

Um olhar de esperança atrás das grades

Relatório de Estágio do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social

Catarina Santos

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor José Marques, ESECS – IPLeiria

Leiria, 26 de Março de 2019

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero gratificar aos meus pais por toda a confiança, pelo orgulho que demonstram, bem como pela ajuda e amor constante que sempre me presentearam. Pois, apesar de todas as dificuldades conseguiram dar-me tudo e despertar sempre o melhor de mim. Mas, sem dúvida, pela pessoa que sou hoje, um muito obrigado.

Um especial agradecimento à Castro, pessoa que em grande parte deste percurso me tem acompanhado, que sempre foi capaz de me ajudar, apoiar e motivar. Também, com quem partilho histórias, emoções, euforias e desgostos.

Agradeço a todos os meus amigos pelo apoio e companheirismo, que sempre acreditaram que era capaz de seguir com os meus sonhos.

Ao Dr. Joel Henriques onde sempre se mostrou disponível a transmitir conhecimentos e valores pessoais e profissionais. Por me ter oferecido um leque de ferramentas necessárias para me tornar numa excelente profissional, tal como ele é. Também por toda a compreensão, apoio e ajuda que desde o primeiro dia me disponibilizou.

Um muito obrigada à Fátima Pereira por me ter acompanhado nesta importante etapa e por me orientar no melhor caminho.

Ao Professor José Marques, agradeço por toda a disponibilidade concedida.

Aos restantes funcionários como os restantes Técnicos do EPL com os quais fui interagindo e trabalhando ao longo destes sete meses, obrigada por toda a prontidão, auxílio e simpatia a qual fui recebida.

Às minhas colegas de estágio, Beatriz e Jéssica, pelo companheirismo e partilha. Acima de tudo, pelos nossos momentos de descontração e pelas nossas risadas.

À DGRSP também agradeço por me facultar esta magnífica e enriquecedora experiência.

Por fim, e tão ou mais importante do que os restantes, o meu mais sincero agradecimento aos reclusos do EPL (Jovens), cujo apoio e disponibilidade incondicional permitiram que esta experiência se realizasse e fosse tão enriquecedora.

RESUMO

O presente relatório de estágio enquadra-se no trabalho final a ser apresentado para a conclusão do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, do Instituto do Politécnico de Leiria.

O estágio foi realizado no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), sendo a sua temática assente em jovens preventivos e condenados cujo objetivo é essencialmente pedagógico e ressocializador. Sendo um período de aprendizagem, o estágio possibilitou o contato direto com o contexto profissional, o emprego dos conhecimentos alcançados durante a formação académica e estimulou a reflexão sobre a prática desenvolvida. Deste modo, o relatório apresenta o trabalho desenvolvido na área da Mediação Intercultural e Intervenção Social, ao mesmo tempo que, faz um paralelismo com a literatura, de modo a contextualizar o estágio. Existe a necessidade de perceber quais os motivos que levaram estes jovens a abandonar o ensino dentro do estabelecimento prisional, bem como as suas histórias passadas e também perceber toda a dinâmica desta prisão.

Idealizar o ambiente prisional não é seguramente o mesmo que ter contacto com a instituição. A ideia de prisão não passa apenas pelo espaço fechado, mas também pelo local frio, temeroso, degradante, onde se aprimora o crime e onde existe um código de ética por parte de reclusos. As prisões são muitas vezes apelidadas de “escolas de crime”.

Assim, a aproximação à realidade do meio prisional, onde concretamente decorreu o estágio, fez-se por um caminho marcado pelos avanços e retrocessos, bem como receios. Deste modo e numa atitude perscrutante, tentou-se sempre compreender os limites e as possibilidades do lugar da instigadora. A adaptação e integração aos espaços e tempos particulares do estabelecimento prisional exigiram uma construção de confiança dos técnicos, dos guardas prisionais e, acima de tudo, dos reclusos.

Palavras-chave:

Educação; Mediação; Prisão; Reinserção Social.

ABSTRACT

This internship report is part of the final work to be presented for the completion of the Master's Degree in Intercultural Mediation and Social Intervention, from the Polytechnic Institute of Leiria.

The internship was held at the Leiria Prison (Youth), and its theme is based on young people who are preventive and condemned, whose objective is essentially pedagogical and socializing. Being a learning period, the internship enabled the direct contact with the professional context, the use of the knowledge reached during the academic formation and stimulated the reflection on the developed practice. In this way, the report presents the work developed in the area of Intercultural Mediation and Social Intervention, at the same time as it parallels the literature, in order to contextualize the stage. There is a need to understand the reasons that led these young people to abandon teaching within the prison, as well as their past history and also to perceive the dynamics of this prison.

Idealizing the prison environment is certainly not the same as coming in contact with the institution. The idea of Imprisonment is not just for the enclosed space, but also for the cold, fearful, degrading place where crime is improved and where there is a code of ethics on the part of inmates. Prisons are often referred to as "schools of crime."

Thus, the approach to the reality of the prison environment, where the stage actually took place, was made along a path marked by advances and setbacks, as well as fears. In this way, and a searching attitude, it has always tried to understand the limits and possibilities of the place of the instigator. The adaptation and integration to the private spaces and times of the prison establish a confidence building of technicians, prison guards and, above all, prisoners.

Keywords:

Education; Mediation; Prison; Social Reinsertion.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice Geral	v
Abreviaturas	vii
Introdução.....	1
Capítulo I- Enquadramento teórico.....	6
Prisão	6
Reinserção Social.....	12
Educação e educação prisional	18
Mediação	27
Mediação na prisão.....	33
Capítulo II- Estabelecimento Prisional Leiria (jovens).....	38
Caracterização Institucional	38
Enquadramento legal e económico nas políticas educativas e sociais	40
Objetivos do EPL (Jovens).....	41
Recursos Humanos e Recursos Físicos	44
Caracterização do público-alvo acompanhado	45
Entrevistas aos reclusos.....	46
A educação no sistema prisional – a voz dos reclusos	47
Capítulo III- O estágio no Estabelecimento Prisional de leiria (jovens).....	50
3.1. Leitura e análise de processos individuais	50
3.2. Atendimentos Individuais	51
Avaliação de 72 horas	51
60 dias.....	52
Plano Individual de Readaptação (PIR)	52

Liberdade condicional	53
Controlo dos contatos telefónicos	53
3.3 Conselho Técnico Interno e Conselho Técnico Externo	53
3.4 Programa de estabilização emocional e adaptação à prisão	54
3.5 Gerar percursos sociais	54
3.6 Sessão cinematográfica.....	55
3.7 Cartaz de Reggae.....	55
3.8 Desenho Lógotipo para o vinho Lagar Quinta D’el Rei.....	56
3.9 Projeto “Ópera na prisão”	56
3.10 Arrumação e Decoração do espaço para o “Dia da Poesia”	57
Conclusões.....	58
Bibliografia.....	62
Anexos.....	1
Anexo 1- Organograma	2
Anexo 2- Caracterização do público-alvo	3
Anexo 3- Avaliação de 72 horas.....	5
Anexo 4- Intake Screening	10
Anexo 5- Avaliação de 60 dias	13
Anexo 6- Plano Individual de Readaptação	18
Anexo 7- Avaliação de Liberdade Condicional.....	21
Anexo 8- Convocatória de CTI E CTE	26
Anexo 9- Atividades realizadas pelas estagiárias	29
Anexo 10- Cartaz realizado pelo recluso	31
Anexo 11- Informação para realização do cartaz	32
<u>Anexo 12- Guião da entrevista</u>	<u>33</u>
Anexo 13- Transcrição das entrevistas realizadas	35

ABREVIATURAS

CEP- Códigos de Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade.

CPI- Centro Protocolar da Justiça

CTI- Conselho Técnico Interno

CTE- Conselho Técnico Externo

DGRSP- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DL- Decreto-Lei

EP- Estabelecimento Prisional

EPL- Estabelecimento Prisional de Leiria (jovens)

GPS- Gerar Percursos Sociais

LC- Liberdade Condicional

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo

PCA- Percursos Curriculares Alternativos

PIR- Plano Individual de Readaptação

RAE- Regime Aberto para o Exterior

RAI- Regime Aberto para o Interior

SAMP- Sociedade Artística Musical dos Pousos

SD- Saída Condicional

SCD- Saídas de Curta Duração

SIP- Sistema de Informação Prisional

SJ- Saídas Jurisdicionais

TEP- Tribunal de Execução de Penas

TSR- Técnico Superior de Reeducação

TSRS- Técnico Superior de Reinserção Social

ULD- Unidade Livre de Drogas

INTRODUÇÃO

O presente relatório incide sobre o estágio curricular desenvolvido no Estabelecimento Prisional Leiria (jovens), realizado no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social realizado na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Como temática de investigação relacionada com o estágio, optei por trabalhar o motivo pelo qual os jovens reclusos abandonam o ensino em contexto prisional.

É de salientar que a prática é fundamental e uma mais-valia para que cada um se torne, cada vez mais, um ser humano melhor, e consequentemente, um melhor profissional. Achei pertinente a realização do estágio curricular por considerar que este permitia um processo de aprendizagem orientado pela experiência e, simultaneamente, realizar uma investigação de cariz etnográfico e de investigação-ação. Deste modo, a escolha do local de estágio nunca constituiu um problema, pois sempre tive um especial interesse e motivação pela área da educação em contexto prisional, mais precisamente no que diz respeito à que envolve a componente juvenil da população prisional. Ao longo dos anos, a vontade e o desejo, não só de compreender, mas acima de tudo poder fazer parte da mudança, da reeducação e da ressocialização deste público-alvo, foi crescendo.

O estágio decorreu entre os meses de janeiro a julho de 2018, sendo que as temáticas predominantemente trabalhadas foram a mediação, a prisão, a reinserção social e a educação.

Durante o estágio esperava consolidar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado e realizar—uma aproximação à vida profissional. Pretendia, ainda, desenvolver competências específicas e adquirir certos valores que fossem relevantes no meu processo de crescimento pessoal e profissional e que refletissem sobre o contexto institucional, da vida destes jovens longe do crime.

Nos primeiros dias de estágio, iniciado a 8 de janeiro de 2018, fui apresentada aos Técnicos Superiores de Reeducação, bem como a todos os elementos da direção e ao corpo de guardas. Também foi feita uma visita pelos diversos pavilhões da instituição e aí comecei a ter contacto direto com estes jovens. Também foi nestes dias que fiz algumas tarefas de integração, expondo ao supervisor de estágio o que era pretendido

realizar, como planificar o respetivo estágio. Assim, nestes dias foi pertinente o trabalho de observação, a realização de pesquisa institucional, a leitura de alguns processos dos jovens, bem como a leitura do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade. Deste modo, e com a orientação do meu supervisor, chegamos à conclusão que seria pertinente fazer um levantamento dos motivos que levam os jovens a abandonarem o ensino dentro o EP.

Desde a minha entrada no EP, fui assistindo ao programa Gerar Percursos Sociais (GPS), ao Programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão, bem como a atendimentos individuais, onde me foi possível, desde logo, ter contato com estes jovens reclusos.

Ao longo dos restantes meses, fui acompanhando o meu supervisor de estágio, que por sua vez é Técnico Superior de Reeducação (TSR) nos atendimentos aos jovens reclusos, a organizar o programa GPS e, por fim, ao programa de Estabilização Emocional e Adaptação à Prisão, onde foram planeadas sessões por mim e pelas restantes estagiárias. A par disso, foram igualmente realizadas atividades complementares pedidas pela direção.

Durante o percurso, foram feitas entrevistas semi-estruturadas a três reclusos, para que, embora sobre a minha orientação, pudessem permitir um sentimento livre de expressão, um maior grau de autenticidade e de profundidade. Na realidade, estava previsto a realização de cinco entrevistas, contudo, atendendo à complexidade do estabelecimento prisional, como as greves dos guardas, à mudança do diretor do estabelecimento, às novas mudanças da recente diretora, ao trabalho intensivo do TSR, e por fim, o facto de uma estagiária não poder andar sozinha pelo estabelecimento prisional, nem mesmo estar sozinha na mesma sala do que reclusos, não foi possível concluir o objetivo inicialmente proposto. O objetivo das entrevistas passa, sobretudo, por perceber o motivo pelo qual os reclusos abandonam a escola em contexto prisional, bem como perceber as suas vidas no exterior, motivações e interesses. As entrevistas foram realizadas no gabinete de atendimento, com a presença do meu supervisor de estágio.

Este relatório incide sobre as atividades e metodologia desenvolvidas no âmbito do estágio de mestrado, com recurso à observação direta participante que, de acordo com os autores Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2012), é uma técnica da investigação qualitativa adequada a um investigador que tenha como intuito “compreender um meio

social que, à partida, lhe é estranho ou exterior e que lhe vai permitir integrar-se progressivamente nas actividades das pessoas que nele vivem” (p.155). A par desta, foi igualmente utilizada a metodologia investigação-ação que, segundo Elliot (1993 in Coutinho, C. et al, 2009), é o estudo de uma situação social, tendo como objetivo a melhoria da qualidade da ação desta mesma situação social. Para complementar as duas metodologias utilizadas, recorreu-se também à análise documental cujo “ (...) uso da informação disponível, qualquer que seja o seu carácter documental (...) é praticamente indispensável em investigação social” (Moreira, 2007, p.153).

A investigação social diz respeito, tal como refere Moreira (2007), ao conhecimento do universo humano. Conhecer implica falar-se em ciência. Enquanto para uns ciência é tão-somente uma atividade apreciável e prestigiante, para outros significa uma forma de conhecer a realidade através dum conjunto de princípios que a organiza, dando origem a um conhecimento sobretudo construído, cujo pensamento científico é crítico, tentativo e sujeito a modificação, para outros ainda, ciência significa uma forma de investigar.

A hipótese de estagiar num local com características adversas foi compreendida como uma mais-valia, pois poderia trazer vantagens ao nível de novas experiências e novos saberes em termos de mediação intercultural e intervenção social, como também possibilitou a reflexão sobre competências pessoais, relacionais e profissionais, intervindo na realidade social e provocando mudança. Deste modo, o estágio aproxima-se da ideia defendida por Isabel Guerra de que “as metodologias de investigação-ação permitem, em simultâneo, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade de cada caso, a produção de mudanças sociais e, ainda, a formação de competências dos intervenientes” (2006c, p.52). Este estágio proporcionou, assim, não só a prática de conhecimentos e competências prévias, como a obtenção de novas competências e experiências pessoais e profissionais e, naturalmente, um novo olhar sobre a realidade social, prisão, que, segundo o Nestor Távora (n.d., p.1) “é o cerceamento da liberdade de locomoção, é o encarceramento”.

A prisão tem evoluído ao longo dos tempos, sendo o seu objetivo inicial a aprendizagem do isolamento para que o recluso afastado da família, dos amigos e de outras situações importantes, tenha a capacidade de refletir sobre o crime cometido. A prisão devia servir como uma instituição transformadora, daí a importância do papel da reinserção social, pois pretendia-se combater os problemas que a prisão trazia ao recluso,

trabalhando nas suas competências pessoais e sociais. Gralha (1997, p.21) é da opinião de que "a formação escolar dos reclusos é hoje considerada, pelo sistema prisional, uma estratégia de intervenção tendo em vista a reintegração social dos mesmos".

Na mesma linha de pensamento, Barbosa (2012, p.208) define educação como “um processo que influencia o modo de pensar, sentir e agir humano”. Para este, a educação não é um processo de repetição de uma informação escrita num livro mas sim a aquisição de estratégias, conhecimentos, valores, habilidades, tornando os indivíduos mais ativos numa sociedade complexa. Ainda o mesmo autor considera o valor da educação como uma aquisição social e um direito de cada indivíduo, “As vezes nesta questão da educação, alguns procuram o prestígio, a seleção, o poder, esquecendo-se dos valores humanos valorizados pela educação (...) fundamentalmente valores associados a calma, tolerância, compreensão, paz, humildade”(p.206).

A vivência por cada indivíduo de uma situação conflituosa é inevitável na sua existência, e o conflito entre as partes é o resultado de uma ligação ou sentimento de pertença, quer na vida individual, quer na vida coletiva. Devido ao meio em que o estágio é realizado, prisão, há muitos conflitos e é necessário haver um mediador, pois:

(...) a mediação vai muito para além da resolução de conflitos, protagonizando um projeto de mudança por via da construção de canais de diálogo e de capacitação para a participação nas esferas sociais, políticas e económicas de populações que tendencialmente delas se mantêm afastadas. (...) Nestes contextos de intervenção a mediação assume-se como um projeto mobilizador de «restauração de laços sociais, sustentando modalidades alternativas de gestão das relações sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais» (Oliveira, et al., 2005, p.25).

Este relatório de estágio divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo concerne à revisão da literatura realizada em torno das palavras-chave que enquadram as atividades de estágio, designadamente prisão, reinserção social, educação e mediação, com recurso. O segundo capítulo diz respeito à descrição da instituição na qual foi realizado o estágio de mestrado, o Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), com base no ponto de vista organizacional como também dos objetivos e população alvo. Por último, o terceiro capítulo, refere as atividades realizadas ao longo do estágio, quer as que

foram induzidas pela instituição, quer as atividades desenvolvidas e dinamizadas por mim.

CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, será feito o enquadramento teórico referentes às palavras-chaves que se revelaram pertinentes aos trabalhos desenvolvidos ao longo do estágio: prisão, reinserção social, educação e mediação.

Com o enquadramento teórico pretende-se expor a informação obtida através da consulta e análise bibliográfica que se julgou relevante para a compreensão da temática em estudo, e que proporcionasse dados suscetíveis de ajudar a responder cientificamente ao objetivo de estágio pretendido, o motivo que levaram estes jovens reclusos a abandonarem o ensino dentro do EP.

PRISÃO

José Netto (2005, p.518) assevera que a prisão é o “Ato pelo qual o indivíduo é privado da sua liberdade de locomoção, em virtude de infração da norma legal ou por ordem da autoridade competente, nos casos e pela forma previstos na lei, também, e em geral, de todo o lugar publico e seguro onde são recolhidos os indivíduos condenados a cumprir certa pena, ou que ali provisoriamente, aguardam julgamento, ou averiguações a seu respeito, quando suspeitos de crimes.” ou seja, prisão é a privação da liberdade, cessando a liberdade individual, para proteger a comunidade contra perigos propositados, pois o bem-estar da sociedade estará assegurada se estes indivíduos se mantiverem isolados, não constituindo um problema contíguo (Goffman, 1974).

Deste modo, quando falamos em prisão, pensamos numa instituição fechada e por sua vez no isolamento e afastamento “entre mundos”, ou seja, os que estão do lado de fora em liberdade e os que estão do lado de dentro sem liberdade, onde todos os acontecimentos e movimentos são controlados e vigiados. Assim, e segundo Foucault, o nascimento da prisão origina de uma dupla necessidade, de excluir e controlar, “as punições em geral e a prisão provêm de uma tecnologia política do corpo” (2002, p.32), que tanto pode revelar o espírito de (re)educar bem como se adota como objeto de suplício físico. Para o mesmo autor (citado por Gonçalves, 2000), as prisões definem-se como um processo político de controlo e segurança interna de um grupo social, onde são as instituições que transformam os reclusos submissos do poder punitivo e garantir a obediência da lei e do poder, constituindo exemplo para a sociedade em geral. O objetivo da prisão é entendido como produzir corpos politicamente dóceis e

economicamente produtivos, ou seja, a prisão, usufruindo um poder quase total sobre os reclusos, tem de ser a maquinaria mais severa para decretar uma nova forma ao indivíduo desencaminhado e o modo de ação é a coação através de uma educação total (Foucault, 2002). Para este autor, a separação entre estes indivíduos e a sociedade constituía uma tentativa de exclusão desses indivíduos, pelo facto de não terem cumprido as regras decretadas, e, na sua opinião, o tratamento era visto sobre o formato de isolamento, pois possibilitava a correção e a disciplina dos corpos e espíritos, “(...) não somente a pena deve ser individual como individualizante” (Foucault, 2002, p.222). Goffman (1974) vê a prisão como uma “instituição total”, representando um mundo fechado e uma tendência para absorver todos os aspetos da vida pessoal e social dos reclusos, bem como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida formalmente fechada e administrada” (p.11).

O mesmo autor refere que:

(...) o aspeto central da instituição total pode ser descrito com a rutura das barreiras que comumente separam algumas esferas da vida, pois no caso das instituições, todos os aspetos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; cada fase da atividade diária é realizada na companhia imediata de um grupo sendo que este grupo é tratado da mesma forma. Todas as atividades são realizadas em horários preestabelecidos, e tais atividades são impostas e obrigatórias, organizadas para atender aos objetivos oficiais da instituição (Goffman, 1974, pp.17-18).

A liberdade pertence a todos na nossa sociedade, porém a sua perda tem o mesmo valor para todos. Desta forma, há autores que dão o seu contributo no que diz respeito à prisão, como Baratta que refere que os muros da prisão são “uma violenta barreira que separa a sociedade de uma parte dos seus próprios problemas e conflitos” (Baratta, 1990, p.3). Por sua vez, Carvalho expõe, afirmando que na prisão “todas as atividades são reguladas, as interdições variadas e a vigilância é constante. Existem regras e horários a cumprir, existe isolamento, visitas controladas e mais. Toda a atividade quotidiana do indivíduo é submetida a uma regulamentação estritamente programada e planificada” (Carvalho, citado por Gomes, 2012, p.5). Palma diz-nos que “em ambiente prisional os reclusos não evocam a sua vida em momento algum, pois mostrar as suas fraquezas pode ser perigoso” (Palma, citado por Gomes, 2012, p.6). Esta mesma

conceção é verificada nas palavras de um dos entrevistados *“Não quero falar sobre isso. Não quero falar sobre a minha vida passada. Eu tenho é que ver a minha vida daqui para a frente, para trás já passou. Não há nada que pode mudar.”* (Entrevistado E).¹

Por fim, para Gonçalves “os reclusos são obrigados a viver em determinadas condições de espaço e clima social por um tempo igualmente determinado de tempo. Estão naquela situação não por vontade própria mas porque outrem assim decretou. Maioritariamente são indivíduos provenientes de estratos sociais mais desfavorecidos, com diferentes modos de pensar e agir derivados da cultura e economia típicas dessas camadas sociais”. (Gonçalves, 1993, p.23). Como afirma um dos entrevistados *“Eu não quero ficar aqui (neste estabelecimento prisional), aqui não me dá vontade para fazer nada, não tenho visitas, não tenho nada, eu preciso primeiro de apoio moralmente para eu continuar a tar aqui normal, que não tenho apoio de família, só tenho por telefone, vou tar aqui o quê? Feliz e contente? Não vejo a minha mãe, se lhe acontece alguma coisa lá fora? Mas ela trabalha também, ela vai deixar de trabalhar? Ela esta sozinha em casa, tem água, luz, gás, comida, tudo para pagar sozinha.”* (Entrevistado E).¹

O sistema prisional, tem sido alvo de uma evolução histórica, pois em séculos passados, a ideia de prisão, estava relacionada ao castigo corporal e à tortura e, muitas vezes, o castigo era executado em locais públicos para que todos pudessem participar e presenciar a humilhação de um indivíduo. Painter e Farrington afirmam que “a prisão é uma invenção canónica para purificar e fazer o condenado pagar pelos seus crimes” (Painter & Farrington citado por Barbosa, 2012, p.18), ou seja, a mortificação corporal servia não só para punir como também libertar os pecados, tendo então, o indivíduo a chance de se redimir. Todavia, Beccaria (1998, pp.93 e 115) dizia “a tortura é o meio mais seguro de absolver os robustos celerados e de condenar os débeis inocentes” e “a certeza de um castigo, se bem que moderado, causará sempre uma maior impressão do que o temor de um outro mais terrível, unido com a esperança da impunidade (...)”.

É precisamente com Foucault que a evolução da “prisão” é analisada, seguindo outros contornos a favor dos direitos Humanos (Fernandes, 2012), sendo um passo importantíssimo, terminando com o terror e com as torturas físicas, “a punição pouco a

¹ Ver anexo 13.

pouco deixou de ser uma cena” (Foucault, 2002, p.14), surgindo novos pensamentos e ideias no que diz respeito ao objetivo da pena.

Verifica-se, assim, que a prisão como instituição tem evoluído ao longo dos tempos. Para De Waele e Depreeuw, até 1800, nas prisões prevaleciam os castigos corporais assim como a deterioração pública e a pena de morte. Seguidamente a esperança na meditação no sentido em que o indivíduo se corrigisse no isolamento total, pois a inexistência de liberdade tornou-se a pena principal. Em 1870, a prisão surgiu como uma ideia de reabilitação, caso o indivíduo mostrasse uma boa atitude prisional, tinha uma libertação antecipada. Por seu lado, de 1900 a 1930, o trabalho na prisão era a ideia central, pois era uma maneira de transformar hábitos e comportamentos dos delinquentes, sendo terminante para a reeducação. Nos anos 60/70, introduziram-se métodos baseados nas ciências do comportamento, tentando facultar um tratamento mais técnico/científico a estes indivíduos, isto é, é na década de 60/70 que se entende que a prisão não tem o efeito pretendido, pois o principal delito habita na sociedade em si, e deste modo, é necessário primeiro mudar a sociedade para se poder modificar o comportamento delinquente (citado por Gonçalves, 2000).

Segundo Guerreiro (2013), após o 25 de abril de 1974, ocorrem várias transformações a nível económico, social e político, que afetaram a execução das penas criminais. A reforma da prisão de 1979, da criação de Eduardo Correia, defendia a inclusão do recluso na sociedade e expunha preocupação com o conforto, a igualdade e o bem-estar do recluso, acompanhando ao extremo medidas que ajudassem o indivíduo na sua reabilitação, precavendo a reincidência. As transmutações no sistema prisional apontavam o uso de políticas mais unificadas na reabilitação do recluso, que passa a ter direitos, deixando de ser apenas um aprisionado. Esta reforma de 1979 apoiou a reinserção social e a ressocialização do recluso. Quanto às penas, propôs-se um diverso leque de medidas opcionais à pena de prisão. Pequenas penas “não institucionalizadas, todas orientadas pelo objetivo de “recuperar” ou “ressocializar” o infrator, ficando a pena de prisão reservada para os crimes mais graves, não se perdendo mesmo aí a meta da reinserção social, enquanto corolário do princípio da dignidade humana” (Costa, 2003, p. 94). Para que as políticas de reinserção social fossem cumpridas, foi publicado o Decreto de Lei n.º 319/82, de 11 de agosto de 1982, ao qual e conforme o artigo 2º, compete, “desenvolver as atividades de serviço social prisional e pós prisional, bem como implementar as medidas penais não institucionais existentes ou que venham a ser

consagradas na lei, relativamente a delinquentes imputáveis e imputáveis” (Relatório Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional, 2004, p. 21). Conseguimos averiguar que a legislação foi publicada conseguindo melhorar a vida quotidiana destes indivíduos nas prisões. O cuidado com a dignidade das condições do recluso ou a minimização dos aspetos destrutivos da reclusão passam a ser as principais preocupações. Assim, e como refere Cunha (2008), estas novas políticas visavam transformar o indivíduo. Esta reforma veio flexibilizar o cumprimento das penas, proporcionando uma interação com a sociedade, uma prisão mais aberta, dentro das suas delimitações.

De acordo com Beccaria (1998, p.41) “quanto mais pronta e mais perto do delito cometido esteja a pena, tanto mais justa e útil ela será”, pois “para que uma pena tenha efeito, basta que o mal nascido da pena, exceda o bem que nasce do delito (...)”, ou seja, o principal objetivo da prisão não era o sofrimento e o castigo corporal, mas sim impedir que o sujeito provocasse novos danos à sociedade como também desaconselhasse os outros a conceberem o mesmo.

Com o passar dos tempos, o termo prisão e a sua funcionalidade têm vindo a evoluir, assumindo um carácter mais socializador e menos punitivo, ou seja, o principal objetivo é limitar a liberdade, tentando acabar com o castigo, havendo uma manutenção para um bem comum, sendo considerado um bem para toda a coletividade. Autores como Fischer, Sykes e Foucault (citado por Barbosa, 2012) caracterizam a prisão por possuir um sistema próprio, onde há regras, normas, valores como também punições, no sentido de reintegrar o indivíduo, ou seja, há sempre punição, mas o grande objetivo é recuperar positivamente o indivíduo para a sociedade. “Mais do que punir, a pena deve possibilitar a reabilitação do delinquente, recuperando-o para a vida em sociedade” (Vaz, n.d.). Deste modo, Baltar (citado por Foucault, 2002, p.26) refere que “a prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Deve tomar a seu cargo todos os aspetos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento quotidiano, sua atitude moral, suas disposições, ou seja, a prisão sem exterior nem lacuna não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente a sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta (...)”, tem de haver um olhar constante para o recluso, preparando-o para os valores morais e sociais. O sistema prisional, está mais humanizado, respeitando a personalidade do recluso, a cultura e a condição social.

Foucault (2002) entende que a prisão tem a missão de transformar o indivíduo no que diz respeito ao seu comportamento, as penas devem adequar-se ao indivíduo, ao fim de conseguir resultados e progressos, fazendo parte na socialização progressiva o trabalho, onde estes não devem olhar como um agravamento da pena mas sim como uma “recompensa”, bem como uma oportunidade de praticar ou aprender um ofício de modo a sustentar ele próprio bem como a sua família. Assim, podemos referir que a prisão tem evoluindo e ao longo dos tempos presenciámos intervenções individuais e grupais de modo a estimular a estes indivíduos mudanças nas suas atitudes e comportamentos. Nesta mesma linha de pensamento um dos entrevistados refere “*Claro, ainda tenho muito para viver. O meu fim da pena é em 2024.*” (Entrevistado E).²

O sistema prisional não deve apenas privar os indivíduos da sua liberdade mas sim favoreça a reinserção destes, apostando na reeducação e no preparo de competências individuais e grupais. Como tal, esta também serve para intensificar e trabalhar as responsabilidades, tentando que não haja a reincidência no crime. Goffman (1974, p.22) diz-nos que “as instituições são estufas para mudar pessoas em que cada urna é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”.

Segundo Azevedo (2006, citado por Barbosa, 2012), os três principais objetivos da prisão são condenar o criminoso, para que sirva de exemplo à sociedade, deter o criminoso afim de este não continuar a cometer crimes, e, por fim, recuperar o criminoso, para que este volte à sociedade, tentando suscitar arrependimento no indivíduo, participando em programas de recuperação. Deste modo, houve uma preocupação com estes indivíduos, não se pode ver só a punição mas sim dar hipótese ao indivíduo de se tornar uma pessoa melhor, para seguidamente alcançar um papel respeitável na sociedade e se reintegrar.

Concluindo, Foucault (2002, p.219) refere que a prisão é uma solução, pois “ (...) desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos”, abandonado a ideia de ser um lugar único e exclusivo para a privação de liberdade, preocupando-se mais com a reeducação dos indivíduos, “procurar corrigir, reeducar e curar” são palavras deste autor e que a prisão deve oferecer.

² Ver anexo 13.

REINSERÇÃO SOCIAL

Castro Ribeiro (1983, p.67), refere que “o Homem não nasce para o crime e se nele caiu, importa mais criar-lhe condições para não o repetir do que puni-lo”. Ou seja, o Homem sendo um ser iminentemente social, seja por diversas razões, se encontre em desarmonia com a sociedade, deverá ter apoio, criando contextos que facultem a sua inteira reintegração social.

Até aos finais do século XVIII e o século XIX, os sistemas punitivos baseavam-se na aplicação de penas corporais (tortura) bem como na morte do indivíduo. Deste modo, a prisão tinha uma utilidade diferente: “(...) era habitualmente aplicada como forma de se atingir outros fins (forçar o pagamento de dívidas, por exemplo) agravada com sanções de natureza corporal.” (Figueiredo, 1983, p.20).

Com o surgimento dos movimentos iluministas, onde se protegia a liberdade como valor fundamental da vida humana, aparece a luta contra as penas corporais, assumindo-se o sistema prisional como meio penalizador. Figueiredo (1982, p.20), afirma que a prisão passa também a adotar um papel de reinserção social, pois “importa, no entanto, afastar definitivamente a pena de prisão dos passados sistemas penais ela passou a não ser encarada e apresentada como puro sofrimento (físico e psicológico) de privação e liberdade: ela era proposta como meio mais adequado para a progressiva regeneração dos delinquentes.”

Assim, a reinserção social pode ser entendida como “a retoma pelo delinquente de um padrão de vida pautado pelo dever ser jurídico-penal, de uma outra aceção que engloba todo o processo de envolvimento do Estado, da sociedade e do cidadão delinquente, na criação de condições que permitam a este optar livremente por viver em sociedade sem cometer crimes, permitindo simultaneamente a reforma da própria sociedade, no sentido de eliminar os factores criminógenos que contém”. De acordo com Pereira (1987) (citado por Rocha & Silvério, 2005, p.251), deste modo, a reinserção social é a recuperação por parte do delinquente, devidamente acompanhado, de um padrão de vida harmoníaco com a lei.

O Artigo 2º, do Decreto – Lei nº 215/2012, de 28 de Setembro, refere que a DGRSP tem como principal missão “o desenvolvimento de políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas de reinserção social, e a gestão articulada e

complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.” Assim sendo, cabe aos serviços de reinserção social a tarefa de planejar e efetuar a reintegração na sociedade daqueles que se afastam dos melhores caminhos, indo em direção ao crime.

A utilização do termo reinserção pode ser ambígua, na medida em que, muitos dos reclusos, antes da sua condenação, não estavam integrados com sucesso na sua comunidade, ou seja, eram, geralmente, marginalizados e excluídos. Muitos destes indivíduos, apresentavam, igualmente, uma história de vida caracterizada pelo abuso físico ou emocional, desemprego e envolvimento num estilo de vida criminoso, que se iniciou em idade muito precoce (Griffiths, Dandurand, & Murdoch, 2007). Deste modo, um dos entrevistados diz-nos “*Fumava, saía à noite, roubava, vendia droga, pa escola não, nunca.*” (Entrevistado J).³

A reinserção social é também o auxílio que deve ser concedido a estes indivíduos antes, durante e após o cumprimento de uma pena de prisão. A preparação dos reclusos para o regresso à sociedade é algo que deve ser visto e trabalhado desde o início de um período da detenção (The Quaker Council For European Affairs, 2011). Assim, espera-se que o trabalho desenvolvido na prisão auxilie a dotar o recluso de competências indispensáveis à sua reinserção, surgindo mudanças comportamentais necessárias (Rocha & Silvério, 2005). Um dos entrevistados afirma “*Mas ainda bem que vim parar aqui. Podia estar na terra. Com a vida que eu levava.*” (Entrevistado E).³

Nos estabelecimentos prisionais, a reinserção social, pretende ajudar e apoiar os reclusos, dando-lhes a eventualidade de acesso a atividades educacionais, culturais e de lazer, em que a principal base passa pelo princípio do respeito pela dignidade humana de cada indivíduo, durante a reclusão. Em muitos casos, a prisão é o único momento para resolver as necessidades destes indivíduos e, caso estas necessidades não sejam satisfeitas, pode haver uma reinserção mal sucedida e existir, novamente, a probabilidade de reincidirem (The Quaker Council For European Affairs, 2011).

³ Ver anexo 13.

É de grande importância que o indivíduo se mostre motivado e empenhado, pois é da sua vida que se trata, porém a sociedade também tem o seu papel, assim como todas as entidades necessárias para todo o processo, pois é essencial que haja uma ponte conjunta para que seja possível eliminar eficazmente os fatores de risco presentes. Por conseguinte, a reinserção social caracteriza-se como uma nova socialização, como o modo através do qual se tenta comprometer o indivíduo socialmente, conseguindo que se distancie dos comportamentos e da prática criminal, ou seja, tentar garantir o seu lugar na sociedade, podendo este se integrar novamente, sem deixar para trás o seu contexto sociocultural (Soares, 2007/2008). Por exemplo, um dos entrevistados diz-nos *“Um bocado, mas isso também não é o fim do mundo. Não nasci aqui, não hei-de morrer aqui, tenho vida lá fora.”* (Entrevistado E).⁴

Em todo o processo de reinserção social é necessário que haja confiança, passando pela capacidade que os técnicos sociais têm de estabelecer uma relação com estes indivíduos, pois sem confiança dificilmente se conseguirá chegar ao que é pretendido (Negreiros, 1983). Uma participação ativa na sociedade é o que se pretende. A estes indivíduos tem, porém, de ser fornecida competências, para deste modo, atingir e assimilar as suas responsabilidades sociais. Esta mesma noção verifica-se numa das entrevistas *“ (...) Pronto e depois já não fiz mais nada. E depois o 6º fiz num centro educativo com o curso de jardinagem, que deu depois fiz o 9º com o IRC. E ficou assim.”* (Entrevistado D).⁴

A libertação da prisão é vivida, pela maioria dos reclusos, com uma enorme ansiedade face à nova realidade que os espera. É importante referir que estes indivíduos são diretamente postos à prova, pois saem de um ambiente muito vigiado, para um ambiente com baixo nível de supervisão ou de completa liberdade. Por sua vez, e com muita frequência, muitos desses indivíduos regressam a locais de alto risco, sendo pouco os indivíduos que desenvolveram competências que os apoiam a não reincidir e a lidar com esses riscos, podendo haver uma certa dificuldade na sua reinserção (Travis et. al., 2001). De igual modo, tem de decidir para onde vão viver, encontrar formas de rendimento para se sustentarem, bem como estabelecer novos contactos com a família e

⁴ Ver anexo 13.

amigos (Bahr, Armstrong, Gibbs, Harris, & Fisher, 2005). Por exemplo, numa das entrevistas, foi mencionado *“O meu irmão e o meu amigo.”* (Entrevistado J).⁵

Segundo Ribeiro (1983), é necessário haver competências e habilidades para que possam lidar com a frustração de ser rejeitado e apontado pela sociedade, e, além disso, se não existir apoio dificilmente conseguirá “sobreviver”, o que acabará por o indivíduo achar que é impotente, levando-o ao mundo do crime novamente. Deste modo, e segundo uma das entrevistas *“Não faziam nada, já não estou com eles desde os meus 10 anos.”* (Entrevistado J).⁵

A família também é um ponto fulcral, pois se há um desequilíbrio a nível familiar, há uma grande possibilidade de se constituir um fator de risco para comportamentos criminais futuros, todavia, a ausência da mesma ou de alguém próximo provoca o mesmo efeito. As relações e os laços que se criam são únicos de cada núcleo familiar, podendo ser bons ou maus, mas, por vezes, isso não se refere apenas ao vínculo com a família em si, ou seja, o meio e o contexto social envolvente também afetam a estrutura de um indivíduo, pois é com base na sociedade e naquilo que nela se passa, que as famílias transmitem os seus valores aos seus entes. Todavia, quando não há ninguém que transmita esses valores, dificilmente se consegue impedir um comportamento delituoso (Soares 2007/2008). Ou seja, conforme uma das entrevistas *“Não faziam nada, já não estou com eles desde os meus 10 anos. Não, acho que não. Se eles tiverem a viver no mesmo sítio sei onde é que eles estão mas eu acho que já não estão porque eu fui lá uma vez e nada, estava tudo fechado, estores fechados, tudo.”* (Entrevistado J).⁵

Assim sendo, para que o choque da libertação seja menor, tanto para o recluso como para a sociedade, há um trabalho de preparação dos indivíduos para a liberdade. Deste modo, há uma série de medidas como por exemplo a transferência do recluso para um estabelecimento prisional ou secção de regime aberto, recorrer a medidas de flexibilização na execução da pena de prisão, conceder ao recluso saídas do estabelecimento prisional pelo período máximo de oito dias, durante os últimos três meses do cumprimento da pena, permitir que o recluso trabalhe ou frequente locais de

⁵ Ver anexo 13.

ensino no exterior, seis dias por mês, nos últimos nove meses do cumprimento da pena (Artigo 15º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto.)

O período de reclusão pode ter diversas consequências colaterais sobre os indivíduos, como ter perdido os seus meios de sustento, como a sua habitação, os seus pertences pessoais, ter danificado as suas redes sociais, como também, ter desenvolvido costumes e posições autodestrutivas (Griffiths et. al., 2007). Conforme uma das entrevistas, verifica-se *“Não, porque eu faço o meu mundo na minha cabeça, eu faço a minha maneira e depois faço da maneira que eu bem decidir. E quando tenho um pensamento ninguém me tira. Fui obrigado a viver assim.”* (Entrevistado E).⁶

Então podemos constatar que a partir da reinserção social se procura, para além de superar problemas pessoais, sociais e de empregabilidade, reduzir o preconceito de pessoas que são reclusos e mesmo ex-reclusos, estimulando motivações pessoais para normalizar as dimensões pessoais, familiares e profissionais. Estas dimensões são elementares, uma vez que estes indivíduos sem emprego terão mais obstáculos em estruturar a sua vida, a nível de habitação, alimentação, pagamento de contas e estabelecer-se na sua vida (Moisão, 2007), precavendo a reincidência. Porém, não são estes os únicos elementos importantes, ou seja, os seus comportamentos passados (atos praticados), a forma como experienciam os seus dias na prisão, como também a forma como cumprem as penas judiciais, é um fator determinante do comportamento futuro. Ter o à vontade para se relacionar com outras pessoas é, também, um fator importante para uma boa reinserção, auxiliando e permitindo que se fomentem laços afetivos e melhores atitudes na procura de emprego (Barbosa, 2012). O autoconceito, as suas perceções de vida e as competências sociais são vistas como uma forma crescente relativamente a cada nível de execução educacional concluído. Ou seja, segundo Jovanic (2011), à medida que os indivíduos aperfeiçoam o seu nível educacional melhoram, por sua vez, as suas condições para encontrar um emprego. Segundo dois dos entrevistados conclui-se *“Não sei, eu acho que a escola é importante po currículo. Eu posso arranjar empregos melhores do que aqueles que tu chegas lá e dás o currículo da escola, ou não é?”* (Entrevistado J). *“Claro, porque isso agora vejo muitas*

⁶ Ver anexo 13.

peessoas sem trabalho e tem 10's anos e não sei o que e se eu sair daqui com o 9º a mim então viro sem abrigo.” (Entrevistado D).⁷

Segundo os autores Laub e Sampson (2001), o afastamento do mundo criminal resulta de um processo que envolve uma resolução individual ou uma circunstância motivadora, mutações de estilo de vida, incluindo novas redes e novos papéis sociais, como, por exemplo, o casamento, ter um filho ou um trabalho, e acima de tudo o apoio social essencial para a transformação de vida (citado por Visser & Travis, 2003). Como refere um dos entrevistados *“Eu tenho muito para cair e para me levantar.”* (Entrevistado E).⁷

Segundo Travis (2001), é de realçar que, independentemente, das circunstâncias de libertação, esta deve estar relacionada com a eventualidade de permitir ao indivíduo o apoio que carece no seu processo de inclusão, isto é, deve estar direcionada para precaver o retorno de comportamentos anti-sociais e difundir a atividade produtiva que é considerada pela sociedade.

Os programas de reinserção social são de extrema importância, pois é a partir destes que estes indivíduos conquistam melhores condições de emprego e de vida e alcançam mais ligações próximas com outras pessoas, como também se sentem organizados para o desdobrar da sua vida social (Day, Ward & Shirley, 2011). Todavia, a reinserção social não depende apenas de programas, mas também, do apoio da sociedade para uma evolução bem-sucedida para o meio livre (Hardcastle et. al., 2011).

Em conclusão, toda esta temática da reinserção social tem a sua razão de ser e o objetivo não é de todo contribuir para uma transformação da personalidade do indivíduo, mas sim acreditar que a sua liberdade seja garantida, a partir da abundância dos meios e competências essenciais, evitando que este ofenda os valores fundamentais da vida coletiva, e estimulando a sua competência voluntária de transformação, pois é sempre ao indivíduo que pertence a decisão de querer aderir ou não aos valores promovidos pela sociedade, como também só a ele compete a decisão de retornar ou não a praticar crimes (Rodrigues, 1983). Deste modo, é de salvaguardar que não há nada que não se consiga resolver, neste caso não há indivíduo que não se possa corrigir. A

⁷ Ver anexo 13.

sociedade não pode excluir nem deteriorar a vida de alguém que foi preso, e para fortalecer essa ideia, o Artigo 30º da Constituição da República alude “nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos” (Artigo 30º, Constituição da República Portuguesa).

EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PRISIONAL

Segundo Durkheim (1978) a palavra educação tem sido muitas vezes utilizada num sentido demasiado amplo, para representar o conjunto de influências que, sobre a nossa inteligência ou sobre a nossa vontade, executam os outros homens.

Porém, o que interessa para definir educação é a finalidade que ela atinge. Kant (citado por Durkheim, 1978) esclarece que a finalidade da educação é desenvolver, em cada indivíduo, toda a perfeição de que ele seja capaz. E esta perfeição está relacionada com o facto de levar ao mais alto grau possível todos os poderes que estão em nós.

Esta definição levaria ao entendimento de que a educação poderia ser um instrumento de felicidade para as pessoas. Todavia, e segundo Durkheim (1978, p.76) “cada sociedade considera em momento determinado de seu desenvolvimento um tipo e um sistema de educação que é imposto aos indivíduos. Por isso, há costumes aos quais as pessoas são obrigadas a aceitar. Isso mostra que todo o passado da humanidade contribuiu para estabelecer um conjunto de princípios que dirigem a educação de hoje.”

Os processos de aprendizagem do ser humano dão-se assim por interação com outros seres humanos e com o meio físico e social envolvente, socorrendo aos comportamentos analisados e apreendidos de exemplo para os seus próprios comportamentos.

Analisando as características de cada sociedade, as ideias que são impostas ao longo do tempo, os costumes das pessoas, pode-se chegar à compreensão do que é educação.

Neste ponto, Durkheim (1978, p. 41) esclarece que a educação “é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e

pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine”. Ou seja, a educação consiste numa socialização da sociedade ao longo do tempo, pois a educação satisfaz as necessidades sociais. As experiências pelas quais o indivíduo vai passando são usufruídas pelas outras gerações e isso também faz parte da educação. Deste modo, um dos entrevistados expõe *“Não, era mais o meu avô, o meu avô é que tinha paciência para isso, a minha mãe não tinha.”* (Entrevistado D).⁸

A educação é um direito de todos, garantido constitucionalmente. Desta forma, é dever do Estado garantir que este direito seja alcançado por todos os indivíduos. O Estado tem influência direta na educação, apesar de que, devido aos costumes da sociedade, a comunidade e a família também tem total influência e colaboração nesse âmbito.

Deste modo, e segundo Canário (2008, p.11), “o campo da educação de adultos apresenta uma complexidade e encontra-se em plena expansão”. Apesar de ser um campo científico recente, a verdade é que a educação de jovens e adultos, enquanto domínio de práticas, sempre existiu e encontra-se em permanente desenvolvimento. Neste sentido, baseado em Kant (2004), Canário defende que:

O homem só pode tornar-se homem através da educação. Esta consiste num processo permanente em que, como ser inacabado e curioso, a pessoa afirma e edifica a sua especificidade humana, interrogando-se, construindo conhecimento sobre o mundo e a forma de nele intervir. É neste sentido que é possível sustentar que o ato de aprender é tão necessário, natural e inevitável como respirar. (citado por Canário, 2008, p.20).

Deste modo, a educação é “um dos requisitos básicos para que os indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços na sociedade. Qualquer ser humano deve ter direito à educação, como condição necessária para disfrutar de outros direitos adaptados numa sociedade democrática” (Gadotti, 2005, pp.1-2). Para o mesmo autor, “o direito à educação implica o direito de aprender” (p.2). Nesse mesmo sentido Honoré (1997) evidência o seguinte:

O termo educação serviu durante muito tempo para designar a ação dos adultos sobre as crianças (...). Neste caso, quando se fala hoje de educação permanente,

⁸ Ver anexo 13.

aparece com facilidade a imagem de alguns adultos agindo sobre outros adultos que substituem as crianças. A educação representou, na vida social, durante demasiado tempo, o seu aspeto de reprodução e de transmissão para que possa, sem dificuldade, alargar o seu sentido ao fenómeno vital, nos seus aspetos evolutivos, tanto individuais como coletivos. (citado por Canário, 2008, p.34).

A educação é identicamente estimada como “um fenómeno complexo por um grande número de correntes, vertentes, tendências e concepções, fixadas em culturas e filosofias diversas” (Gadotti, 2012, p.1). Para o mesmo autor toda a “educação é política e não é isenta, pois inevitavelmente, envolve princípios e valores que formam uma certa visão de mundo e de sociedade” (p.8). Neste sentido, o conceito de educação supera os limites do escolar e do formal e abrange as experiências de vida bem como os processos de aprendizagem não formais, que desenvolvem a autonomia tanto da criança como do adulto. Assim, Amorim (2012, p.8), também refere que a educação de jovens e adultos como uma aprendizagem ao longo da vida, identificando-o como “potencialidades e riscos associados aos dispositivos de reconhecimento de aprendizagens prévias”. Deste modo, compreendemos que a educação é um processo com ponto de partida no reconhecimento do saber instintivo humano e dotado de todos os ambientes dos educandos. Ou então, como diz Ludojoski (1972, p.27) a “educação é um processo progressivamente intencional por parte do ser em desenvolvimento, tendendo a obtenção do aperfeiçoamento integral de sua personalidade e em diálogo com a natureza, a cultura e a história, conforme a sua própria individualidade.”, pois o indivíduo está em permanente desenvolvimento, tendo que se adaptar a todas as mudanças que vão surgindo, continuando com o processo de individualização e de personalidade, e para isso a educação deve ser o objetivo para todo o desenvolvimento harmónico de todo o seu ser (Ludojoski, 1972). Neste sentido, pode-se compreender que ela consiste na atribuição de sentido às vivências pessoais, que acontecem em todos os espaços e tempos. Assim, um dos entrevistados menciona *“Porque muitos trabalhos pedem mais anos de escola do que tenho. Não sei. Se precisar dele para alguma coisa vou ser obrigado a tirar.”* (Entrevistado E).⁹

⁹ Ver anexo 13.

Na conferência de Nairobi, promovida pela UNESCO, no ano de 1976, propõe a educação como sendo “o conjunto de processos organizados de educação qualquer que seja o conteúdo, o nível e o método, quer sejam formais ou não formais, quer prolonguem ou substituam a educação inicial dispensada nos estabelecimentos escolares e universitários e sob a forma de aprendizagem profissional, graças aos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade de que fazem parte desenvolvem as suas aptidões, enriquecem os seus conhecimentos, melhoram as suas qualificações técnicas ou profissionais ou lhes dão uma nova orientação, e fazem evoluir as suas atitudes ou o seu comportamento na dupla perspetiva de um desenvolvimento integral do homem e de uma participação no desenvolvimento sócio económico e cultural equilibrado e independente” (citado por Canário, 2008, p.36). Seguindo a mesma linha de pensamento, Smulders (2001, p.15) define a educação como sendo “toda a atividade que facilita o processo de aprendizagem e habilitação da pessoa para uma melhor participação na sociedade e no exercício da cidadania.” Deste modo, um dos entrevistados aponta “PCA [*Percursos Curriculares Alternativos*] e depois fui para o PIEF [*Programa Integrado de Educação e Formação*] na Lagoa.” (Entrevistado E).¹⁰

A educação de jovens e adultos acompanhou o mundo em constante evolução, tentando acompanhar a evolução da sociedade bem como responder as necessidades do seu tempo. Este desenvolvimento da educação deve a sua visibilidade social e política principalmente às ofertas educativas destinadas a jovens e adultos pouco ou nada escolarizados, ou seja, às iniciativas centradas na promoção da alfabetização e educação de base. Como garante um dos entrevistados “Foi porque quando fui para o 5º ano, não sei porquê meteram-me noutra turma. Meteram-me no 5º PA, que é o percurso alternativos.” (Entrevistado D)¹⁰

A educação para adultos desenvolveu-se, em Portugal, a partir da primeira metade do século XX, quando algumas organizações políticas e sociais acharam pertinente resolver vários problemas, tais como o alfabetismo que afetava indivíduos adultos, onde surgiram várias políticas públicas, criando-se associações e movimentos sindicais populares. Porém, só após o 25 de abril de 1974, nasceram “novos tipos de organização

¹⁰ Ver anexo 13.

social e de exercício de poder, materializados na criação generalizada de comissões, nos bairros, nas aldeias, nas empresas e nos quartéis” (Canário, 2007, p.13).

Assim, segundo Canário (2008, p. 8), “historicamente, a educação de adultos é um movimento nascido de uma ideia de mudança social. A UNESCO viu-a como uma ideia de humanização da civilização”, ou seja, a UNESCO aposta na educação de adultos, sobretudo numa primeira fase pelas campanhas de alfabetização e numa segunda fase pelo movimento de educação permanente. Finger e Asún (2003, p.87) também prosseguem com esta ideia, ao mencionarem que é essencial “humanizar o desenvolvimento, envolvendo as pessoas na construção dos seus caminhos”, provocando a valorização do indivíduo, no que diz respeito aos processos educativos. Deste modo, a UNESCO, considera a educação de adultos uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das sociedades. Com o progresso da educação de adultos nas sociedades, alcançaram-se sentidos de orientação, distinguindo-se por diferenciadas linhas como práticas educativas, formação profissional e, por fim, profissionalização.

No que diz respeito à primeira linha das práticas educativas, consistia na oportunidade de criar alunos a frequentarem novamente a escola, ou então de frequentar pela primeira vez a escola, caso nunca o tivessem feito. Neste sentido, a alfabetização era a principal preocupação, pois nos anos 50, 60 e 70, a maioria da população portuguesa mostrava défice escolar (Cunha, 2013).

A segunda linha determina a formação profissional, onde a principal função era dispor o indivíduo para o exercício de uma atividade profissional, ocorrendo diversos períodos de formação, no decorrer do percurso laboral. Esta formação surge articulada “à necessidade de conferir aptidões e conhecimentos, de carácter técnico ou científico, que permitisse aos operários produzir mais e melhor”, pois “quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos e por isso mais rendosos serão os produtos industriais e agrícolas” (Reis citado por Cunha, 2013, p.14).

Por fim, a terceira linha, transporta-nos para a profissionalização, direccionada para o desenvolvimento local, tendo como intenção o desenvolvimento e avanço da autonomia dos indivíduos locais pertinentes (Besnard, citado por Cunha, 2013).

Neste seguimento, pode-se concluir que a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino, sustentada por lei, sendo destinada para pessoas de todas as

raças, sexo e idade que por um ou vários motivos não tiveram acesso à educação no período de escolarização. Tendo por objetivo possibilitar que estes indivíduos desenvolvam suas habilidades e elevem seus conhecimentos para que possam se satisfazer e participar ativamente na sociedade. (CONFINTEA V, 1997). A importância da educação de jovens e adultos tem ganhado uma crescente importância ao longo dos anos, respondendo às necessidades do seu tempo. Embora as prioridades estejam relacionadas com a produção, evolução e competitividade económica, esta também vem redefinir a sua relevância em termos de cidadania, como defende Finger (2001, citado por Canário & Cabrito, 2005, p.19), “não se consumia educação, dava-se educação para mudar a sociedade”. Também é vista como uma estratégia para prevenir e combater a exclusão e desigualdade social. Redefine valores, resolve conflitos e necessidades, promovendo uma dinâmica de uma cidadania mais participativa.

No que diz respeito à educação em contexto prisional e de acordo com o art.º 5º da Lei n.º115/2009 de 12 de outubro, o tratamento prisional consiste no “conjunto de actividades e programas de reinserção social que visam a preparação do recluso para a liberdade, através do desenvolvimento das suas responsabilidades, da aquisição de competências que lhe permitam optar por um modo de vida socialmente responsável, sem cometer crimes, e prover às suas necessidades após a libertação”.

Deste modo, a história da educação nos estabelecimentos prisionais portugueses está relacionada com o conceito de que o conhecimento promove a reinserção social e laboral, bem como a renovação dos reclusos. Neste sentido, o decreto-Lei de 27 de maio de 1911, cria a Escola Central de Reforma de Lisboa com a finalidade de difundir uma formação básica, industrial e agrícola as menores.

Em 1934, surge o Decreto-Lei 24:476 de 8 de setembro, que cria a Prisão-Escola de Leiria, em que o objetivo principal era corrigir menores com mais de 16 anos. Mais tarde, em 1979, o Decreto-Lei 265/79, do diploma Execução de Medidas Privativas da Liberdade, impõe que devem “ser organizados cursos de ensino que garantam a escolaridade obrigatória ao recluso, com aptidão, que não tenha obtido o respectivo diploma” (1979, art. 80º).

Assim, para que esta medida fosse executada é criado um protocolo entre os Ministérios da Justiça e da Educação, de modo a proporcionar-lhes “um ensino integrado no sistema

educativo de forma a garantir-lhes a possibilidade de continuarem a sua formação” (Despachos Conjuntos 211/79, de 18 de junho). No mesmo seguimento, o ensino passa a ser garantido pelos Ministérios da Justiça e da Educação e as suas funções passam a ser executadas por docentes, pois estas funções eram anteriormente desempenhadas por técnicos do Ministério da Justiça da área da Educação com os cargos de docentes, empregados nos estabelecimentos prisionais. Ainda neste mesmo ano, em outubro, foi reconhecida a necessidade de aumentar o ensino até ao secundário (nº112/ME83, de 17 de outubro).

Das múltiplas leis publicadas e aplicadas nos estabelecimentos prisionais, destacamos o Despacho-Conjunto n.º 451/991, dos Ministérios da Justiça e da Educação, publicado no Diário da República n.º 127 de 1 de junho de 1999, que regulariza até aos nossos dias o ensino em todos os estabelecimentos prisionais. Este Despacho-Conjunto expõe que a população reclusa portuguesa “é constituída maioritariamente, por jovens e adultos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação” (Preâmbulo). Assim “impõe-se criar condições que permitam a esta população (...) adquirir competências facilitadoras de uma reintegração bem-sucedida” (Preâmbulo). Os três jovens entrevistados referenciam “*É sempre o mesmo, 6º.*” (Entrevistado E). “*9º ano.*” (Entrevistado D). “*Tinha o 9º feito.*” (Entrevistado J).¹¹

O 5º Congresso Mundial da Educação sobre a Educação nas Prisões, realizado em Berlim, no ano 2006, determina que o ingresso à educação nos estabelecimentos prisionais tencionam incluir temas de aula em educação básica e geral para adultos, formação creditada que seja perceptível às tendências do mercado laboral, educação à distância, atividades educativas e culturais, educação física e desporto e educação social e reinserção (Scarfó, 2006).

Deste modo, a oferta de ensino nos estabelecimentos prisionais determina num Projeto Educativo que “(...) integra os planos curriculares, os programas e o regime de avaliação adoptados para o ensino recorrente, com ajustamentos ao perfil dos alunos e às condições próprias de funcionamento do estabelecimento prisional, devendo ainda contemplar componentes de formação sócio-cultural, actividades extracurriculares,

¹¹ Ver anexo 13.

designadamente de natureza desportiva e de animação sociocultural” (Despacho Conjunto nº 451/99, nº 1.2).

A educação sendo um direito universal, deve responder às necessidades de indivíduos em contexto prisional, sempre dentro dos parâmetros de cada estabelecimento prisional. Segundo o relatório da Reinserção Social dos Reclusos (2003, p.81), orientado por Boaventura de Sousa Santos e coordenado por Conceição Gomes, compreendemos que o Comité de Ministros do Conselho da Europa beneficia a educação enquanto atividade essencial para o tratamento de reclusos, devendo conceder-lhe “o mesmo estatuto e remuneração básica que o trabalho, desde que seja levada a cabo no horário normal de trabalho e seja parte de um programa de tratamento individual autorizado”. Deste modo, para que origine o resultado tanto esperado, delimita que “a educação escolar seja integrada no sistema educativo nacional para que, após a libertação, aqueles possam continuar o seu percurso escolar sem dificuldade e que tenha lugar em estabelecimentos de ensino exteriores à prisão”. Para além disso, é importante que a educação do recluso faculte formação em competências sociais para que o mesmo consiga ser reinserido na sociedade de um modo menos angustiante. Na mesma linha de pensamento, um dos entrevistados expõe “ (...) *Gostaria de me inscrever num curso de mecânica mas não há aqui, se houvesse até era capaz de me enfiar lá para dentro.*” (Entrevistado E).¹²

A população reclusa, no geral, é composta por jovens com baixos níveis académicos (UNESCO, 1995). A relação destes indivíduos com a escola é quase nenhuma, levando ao insucesso escolar, pelo absentismo e fugas para outros interesses, por exemplo o álcool, a droga e o crime. Para defender esta ideia, Leite (1992, p.22) refere “a escola passada foi aquela que reprovou repetidamente estes indivíduos ou, mesmo quando não teve essa oportunidade por não a frequentaram com regularidade, os ajudou a interiorizar uma imagem escolar desvalorizada. As razões associadas a causas pelas quais se sentem responsáveis são os motivos mais referenciados para justificar as reprovações («não compreendia», «era preguiçoso», «faltava-me vocação», «faltava muito»), «não tinha dom para aquilo», «aquilo era difícil». Constata-se, pois, que não é à escola que estes alunos atribuem maior responsabilidade pelo seu insucesso, mas a si próprios.” Para comprovar o que foi referido dois dos entrevistados delimitam “ (...)

¹² Ver anexo 13.

Não tenho paciência. Não, odeio. Não me dá interesse em ir à escola.” (Entrevistado E). “Eu gosto da escola só que a escola para mim, isso tar muito tempo fechado numa sala não é pra mim. Não dá, eu imagino essas pessoas da universidade que ficam não sei quanto tempo.” (Entrevistado D). “Centro Educativo é como se tivesses preso. É como aqui. E quando tive lá fora na rua não ia à escola. Não, porque não. Não gosto dos professores, não gosto de nada.” (Entrevistado J).¹³

Dentro do estabelecimento prisional, a escola atinge um papel distinto para estes indivíduos, sendo, na sua grande maioria jovens e sem habilitações, tendem a encarar a escola como forma de desenvolver os seus horizontes culturais e obter competências de leitura e escrita. Porém, para outros, é vista como forma de ocupar o tempo, e também pode ser relacionada com objetivos de carácter profissional. Como refere um dos entrevistados “ (...) *Aquilo era pa passar o tempo.*” (Entrevistado J).¹³ O convívio, a troca de ideias, a partilha de conhecimentos, possibilita ao recluso “ausentar-se” do sítio onde está, havendo uma motivação na sua progressão académica e pessoal “(...) acredito que o «eu escolar» com que os reclusos, que frequentaram a escola na prisão é bastante diferente daquele que se atribuem no passado. O facto de se sentirem bem na escola e de se crerem capazes de acompanhar o que é ensinado, ajuda-os a criar uma imagem mais favorável de si mesmos. Acredito também que, para a representação que fazem de si e da escola, tem uma importância decisiva a relação com a instrução (conteúdos, códigos linguísticos, materiais escolares...) e que os «outros significativos» (professores, colegas, responsáveis pelo funcionamento da escola na prisão). Estes homens aperceberam agora de que os conhecimentos também lhes são destinados e que também eles podem ter acesso aos problemas de ordem intelectual. São as influências das expectativas dos professores que os fazem ver-se de forma mais optimista” (Leite, 1992, p.23). Assim, um dos entrevistados diz-nos “*A única coisa de engraçado era ali o campo da bola e o último curso com a professora magrinha.*” (Entrevistado E).¹³

Portanto, conforme os normativos legais publicados pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação, constata-se que:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é

¹³ Ver anexo 13.

obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (...) A educação deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 28º)

MEDIAÇÃO

Deborah Kolb (citado por Torremorel, 2008, p.15) destaca que a mediação é “a segunda profissão mais velha do mundo”, ou seja, segundo a mesma autora, desde o primeiro momento que houve divergência entre duas pessoas, apareceram mediadores, aconselhando o uso da razão em vez do uso de armas. Six (1990, p.11) defende que “a mediação sempre existiu. Sempre houve, nas tribos ou povoações, sábios a quem se recorria com toda a naturalidade, que traziam sossego às pessoas diferentes, seres que eram alicerces da fraternidade”. Ou seja, indivíduos que procuravam a justiça e com a aptidão para dialogar na base de um senso comum relacional, praticando uma ação restauradora em conflitos alheios, construindo pontes entre diversos valores e interesses. Deste modo, a presença de um mediador está relacionada com a procura da paz e da justiça, onde o diálogo é fulcral na resolução de conflitos. Assim, a mediação é um processo de resolução de conflitos, onde duas partes que estão em confronto são auxiliadas por um especialista que conduz o procedimento, “o mediador ajuda as partes envolvidas no conflito na procura de uma solução compatível para os interessados” (Vasconcelos-Sousa, 2002, p.19).

A mediação só adquire a sua designação na década de 70 do século XX com o surgimento dos meios de Resolução Alternativa de Litígios nos Estados Unidos da América. Neste contexto, a mediação é concebida como um método de intervenção, devido ao descontentamento dos cidadãos com as respostas jurídicas existentes. Deste modo, procurava-se, como opção, uma “justiça informal” (Bonafé-Schmitt, 2009), sendo eficiente de resolver conflitos em pouco tempo e a baixo custo, e em que a participação dos interessados sucedesse de forma beneficiária. Segundo Almeida (2001), a mediação é um “meio alternativo de resolução de conflitos, assim como “modo de regulação social” ou como “método de transformação social e cultural”.

Deste modo, passada uma década, presenciámos ao procedimento de afastamento e autonomização da mediação, consagrando-se uma mediação social e alargando-se a sua ação em contextos comunitários, como bairros e estabelecimentos prisionais.

Em Portugal, a mediação, surgiu na década de 90. Segundo Oliveira e Galego (2005), aconteceu devido à entrada de Portugal na União Europeia e desde aí tem vindo a expandir-se. Também surgiu devido à segunda vaga de imigração no nosso país, sendo uma das grandes causas, dados que as condições de integração social para responder à entrada de imigrantes ainda não estavam preparadas. Deste modo, a mediação teve um papel importante no que diz respeito à inclusão social de todos os imigrantes, sendo, genericamente, positivos os resultados, o que atribuiu relevância à figura do mediador.

A mediação começou a ser vista como “função-chave para que a comunicação intercultural se realize” (Oliveira & Galego, 2005, p.21). Já Giró (1997), referia “mediação é comunicação”, onde a mediação começa como portador de convivência, ou seja, o mediador procura criar pontes entre as partes, para uma melhor comunicação. “A comunicação é a base das relações humanas e desenvolve-se no sentido de construir espaços de convivialidade e interações positivas e significativas.” (Palmeirão, 2007, p.132).

Em suma, e segundo Oliveira e Galego (2005, p.26), “as práticas da mediação, nas suas formas diversas, emergem das “crises” patentes e latentes nas tradicionais instituições sociais e são, ao mesmo tempo, uma consequência e uma resposta adaptada, aos novos problemas sociais, de modo a reconstruir uma nova forma de coesão social.”. Ou seja, o mediador esforça-se por dispor a comunicação como apoio das relações entre indivíduos de culturas diferentes, precaver situações de violência, originando a possibilidade de negociação e mediação criadora de um espaço comum, onde se consigam encontrar vias para precaver e resolver tensões e conflitos, assim como instrumentos e estratégias para uma intervenção social apta (AA VV, 2008, p.81).

Logo, a mediação “mobiliza um projeto de restauração de laços sociais, sustentando modalidades alternativas de gestão das relações sociais, tornando-se um processo comunicacional de transformação do social e uma requalificação das relações sociais.” (Oliveira & Galego, 2005, p. 26).

Michéle Guillaume-Hofnung (2013) diz-nos que a mediação se define como um método de criação de laços sociais, ou seja, de um modo de construção e de gestão da vida social devido à intervenção de um terceiro, neutro, autónomo, sem outras aptidões de autoridade que lhe tenham sido concedidos, no caso, o mediador.

Deste modo, a mediação é vista como “um avanço na desejada coesão social” (Vieira, & Vieira, 2016 & Torremorell, 2008, p.8) que envolve os participantes de modo a que identifiquem e consintam as desigualdades como algo natural e reforçar o progresso pessoal e social, compreendendo o outro, vendo as diversas realidades.

A mediação tem muitos âmbitos de intervenção, como a mediação familiar, a mediação judicial, a mediação laboral, mediação de conflitos, mediação intercultural, mediação escolar, mediação comunitária, mediação cultural, mediação educacional, mediação formadora, entre outras (Correia & Silva, 2010). Deste modo, a mediação afirma-se como modo de normalização social e/ou método de transformação social e cultural, existindo uma diversidade de práticas ajustáveis a uma variedade de contextos e à complexificação das redes sociais e evolução dos contatos interculturais (Almeida, 2001, citado por Oliveira & Freire; 2009).

Como já foi referido anteriormente, a mediação procura uma solução para um conflito, onde também se inclui a conciliação, a negociação e a arbitragem. Para Almeida (2008), a conciliação é um processo que pode ser formal ou informal, onde há uma terceira pessoa que tem o papel de facilitar o processo de comunicação, promovendo o diálogo e o debate de ideias entre as partes, de forma a chegar a um acordo. O mediador questiona as partes para que estas cheguem a uma conclusão e uma solução, mutuamente satisfatória. No que diz respeito à negociação, caracteriza-se pela existência de um confronto de posições opostas por duas ou mais partes, em que o objetivo é chegar a um acordo, em que o terceiro incluído está de acordo com uma das partes, ou seja, é parcial. Por fim, a arbitragem é um processo em que, perante as posições opostas de duas ou mais partes, o terceiro vai autonomamente definir qual a solução a adotar, que é vinculativa.

A mediação num significado mais lato distingue-se por “um processo informal em que um terceiro neutro, sem poder para impor uma resolução, ajuda as partes em disputa a alcançarem um acordo mutuamente aceitável” (Torremorell, 2008, p.17). Ou seja,

havendo um conflito, as partes recorrem a um terceiro, auxiliando a comunicação e ajuda a refletir sobre os diferentes interesses e exigências em questão, sugerindo e/ou propondo soluções que vão ao encontro das ambições e expectativas das partes em confronto, de modo a encontrar uma coerência e contentamento comum (Torrego, 2003).

Cunha e Leitão (2011) procuraram reconhecer as particularidades da mediação numa vertente mais tradicional, onde encontramos o carácter voluntário e livre das partes, para que a base fundamental seja a vontade dos envolvidos em resolver o conflito. A par desta particularidade, existem também outras nomeadamente a confidencialidade do processo, que é fundamental, quer para o mediador quer para as partes envolvidas e o carácter informal e oral, que se pretende para facilitar um bom ambiente entre os presentes. Para além disso, coexistem outras particularidades como a exigência de reaproximação das partes, ou seja, pretende-se uma reconciliação sustentada pelo diálogo e partilha de opiniões; o carácter colaborante entre as partes, procurando uma solução que satisfaça ambas as partes, vendo sempre os interesses de cada um dos envolvidos; e, por fim, a presença de uma terceira parte neutra, como ponte no processo de comunicação e colaborante na procura e construção de alternativas e soluções. Sousa (2002), no mesmo sentido de mediação, identifica três princípios que o procedimento cumpre, como a imparcialidade, em que o mediador não deve representar nenhuma das partes ou estabelecer soluções às partes, a confidencialidade, em que é exigido sigilo e possibilitando a exibição honesta dos problemas, e, por fim, a voluntariedade, pois todos os envolvidos devem participar de livre vontade. Deste modo, todo o crescimento humano é um processo de mediação, e segundo Santos (2014) ao longo de toda a nossa vida progredimos, transmutamos, sempre com suporte nas nossas aprendizagens e vivências, existindo uma transformação e assim uma evolução.

Assim, a mediação atinge uma nova dimensão, indo para além da resolução ou gestão de conflitos, “superando as intervenções paliativas que pretendem apenas manter a ordem social” (Boqué, citado por Torremorell, 2008, p. 9). Então a mediação começa a ser encarada também como preventiva e transformativa (AAVV, 2008 & Gimenez, 2014, citado por Vieira & Vieira, 2016). Deste modo, podemos definir mediação preventiva como o facto de “facilitar a comunicação e a compreensão entre pessoas com códigos culturais diferentes” (AAVV, 2008, citado por Vieira & Vieira, 2016, p.59), sobressaltando na “habilitação das pessoas que tomam parte no processo [de

mediação]” (Torremorell, 2008, p.38), estimulando a razão em vez do uso da força, pois a mesma autora alude “conviver exige aceitar e explorar diferenças, entender que todas as pessoas são portadoras de riquezas e estar disposto a partilhá-las” (Torremorell, 2008, p.83).

Por outro lado, a mediação transformativa passa por ser um processo de comunicação e compreensão, levando a uma “criação e manutenção de pontes entre as pessoas e entre estas e a sua comunidade, na direção de uma evolução conjunta.” (Torremorell (2008, p.39), e, segundo AAVV (citado por Vieira & Vieira, 2016, p.59), esta procura “a criação de novas normas, novas ações baseadas entre as partes.”, conduzindo muitas vezes à ideia de “terceiro lugar, terceira pessoa, mestiçagem, cultura(s) dinâmica(s), interculturalidade e (Trans)formação dos sujeitos e culturas envolvidas” (Vieira & Vieira, 2016, p.69).

É nesta linha de pensamento que Vieira (2014, p.32) refere que apesar do conceito de mediação aparecer sobretudo associado à resolução de conflitos, este pode ser visto de forma oblíqua “é passível de usar em vários contextos como vimos, não só na gestão e na dimensão paliativa dos conflitos, mas, também, a montante dos conflitos, antecipando-os, evitando-os e criando um ambiente de respeito pelos outros e por si próprio, um ambiente de cosmopolitismo para uma sociedade inclusiva”. E, segundo Almeida (2016, p.17), a partir dos anos 90, começou a tratar-se da mediação do ponto de vista sociológico que “veio afirmar a mediação como um modo de regulação social, isto é um mecanismo associado à criação, transformação e desaparecimento de regras que integra uma dimensão social ao serviço da criação ou renovação de laços sociais”. Desta forma, a mediação consiste sobretudo na comunicação, na criação de pontes, ensinar-nos a trabalhar nas diferenças de forma positiva. Vieira (2013, p.103), defende “na mediação entre diferentes valores culturais, o trabalhador social emerge com um mediador entre os grupos sociais e as mais diversas instituições públicas e privadas, apoiando-se numa hermenêutica multióptica com vista à concretização dos direitos e dos interesses dos grupos sujeitos em causa na interacção. A finalidade do processo da mediação é buscar a autonomia desses grupos e pessoas”.

O mediador para conseguir tudo o que já foi referido anteriormente tem de se orientar por um conjunto de competências. Segundo Jares (2002) estas são a discrição, o dinamismo, a confidencialidade, a independência e a imparcialidade, o conhecimento

sobre o trabalho que está a desenvolver, a voluntariedade, a escuta ativa e a paciência. O mesmo autor, também nos diz que é importante criar um ambiente em que todos se sintam confortáveis e que sejam capazes de propor novas alternativas, caso a mediação não resulte. Torremorell (2008) elucida que todo o processo de mediação é complexo e existem certas competências que se devem exigir ao mediador, devendo ser muito bem circunscritas e apresentadas às partes, de modo a que não haja qualquer equívoco sobre o papel do mesmo. Esta mesma autora, também fala da neutralidade e da impossibilidade de o mediador ser neutro perante uma situação em que tenha de interferir, pois como Galtung (citado por Torremorell, 2008, p.24) garante que “nunca houve neutralidade, nunca há, e nunca existirá. Creio que a única maneira de ser neutro é estar morto”. No que diz respeito à neutralidade, esta envolve uma equidistância e a ideia de apenas intervir em caso de extrema necessidade, pois a iniciativa de participar é das partes. Assim, para que o mediador seja realmente uma mais-valia, deve sempre procurar as partes, procurar que haja reflexão e pensamento crítico. Não alcançará estes objetivos se se mantiver neutro perante a realidade que esta debaixo dos seus olhos. “Queira ou não queira, o mediador encontra-se integrado no processo – ainda que não no conflito – e a sua principal preocupação consiste em conseguir a horizontalidade do intercâmbio comunicativo” (Torremorell, 2008, p.25).

Porém, é importante frisar que neutralidade e imparcialidade são diferentes. “A necessária empatia que o mediador intercultural tem de desenvolver com as partes envolvidas, enquanto interventor social, não lhe permite a neutralidade axiológica [...] fomos assistindo, mais recentemente, à convocação do conceito de imparcialidade, em vez de neutralidade, embora alguns autores continuem a considerar tal atitude como uma abstração.” (Vieira & Vieira, 2016, p.66). Folger e Jones (1997) e Torremorell (2008) defendem o mesmo objetivo final da mediação, a multiparcialidade, conceito que diz para o mediador ser empático ou como refere Díez e Tapia (1999, p.112) “tomar partido por todos”, e como a mediação é um processo transformador, até mesmo o mediador passa por mudanças. Desta forma, o principal objetivo da mediação passa sempre pela mudança/transformação de todas as partes envolvidas, envolvendo o mediador.

A mediação promove nos indivíduos a aptidão de criar instrumentos de comunicação e reflexão sólidos que lhes permita ter uma consciência e avaliação dos seus próprios conhecimentos e formas de ação (Silva, 2008). A mediação feita pelo terceiro elemento

neutro, um profissional da área social, permite a aprendizagem da convivência, isto é, a viver e conviver com os outros e com as suas diferenças (Batista, 2010; Caride, 2009; Jares, 2007; Peres, 2010; UNESCO, 1996), sejam elas sociais ou geracionais.

MEDIAÇÃO NA PRISÃO

O mediador é compreendido como o profissional que orienta o processo de comunicação, organiza a discussão dos diferentes temas em questão e ajuda as partes a perceberem qual o problema em causa, equilibrando as condições para que encontrem uma solução (Carvalho, 2014). Compreendemos então que o profissional, além da aptidão de comunicar e de executar a escuta ativa, deve ter sensibilidade para a justiça social e flexibilidade mental no sentido de ser capaz de encontrar diferentes soluções para problemas que se assemelhem, mas cujos intervenientes são pessoas distintas, dotadas de personalidade e trajetórias de vida próprias. Para Almeida (2013), um mediador deverá ser detentor de uma capacidade de autocontrolo, não intervindo nas soluções encontradas pelas partes, mas também de assertividade para orientar o diálogo e, sobretudo, capacidade de empatia, de forma a compreender aquilo que são as carências e debilidades das partes envolvidas. Para confirmar um dos entrevistados expõe *“Tá bem. Por exemplo, você é a professora eu chateio hoje, já está pelos limites, no dia seguinte não tem de estar pelos limites, tem de aguentar mais uma beca.”* (Entrevistado J).¹⁴

Para além, das especificidades próprias à população reclusa, o meio prisional representa ainda um desafio no que se refere à intervenção. Contudo, o sistema prisional tem vindo a sofrer transformações notáveis, nomeadamente na forma como compreende a sua função social, procurando-se que o tempo de reclusão consista também numa oportunidade de desenvolvimento da pessoa (Cunha, 2013). Tal mudança atualiza-se na aproximação, cada vez maior, da sociedade civil ao meio prisional e na implementação de novas formas de intervir no contexto prisional mais centradas na pessoa e no seu desenvolvimento integral. Deste modo, um dos entrevistados alude *“Do meu passado, mas a mim não me interessa. É tenho é de pensar na frente.”* (Entrevistado E).¹⁴

¹⁴ Ver anexo 13.

Deste modo, é importante que haja um mediador no contexto prisional para auxiliar nos muitos problemas que a prisão apresenta. Podemos referir que há muitos conflitos entre guardas e reclusos, entre reclusos e reclusos, entre técnicos e reclusos, entre professores e reclusos, entre outros. Ainda na perspetiva de Vieira e Amado (2010, citado por Janes 2014, p.62) “entende-se por conflito uma situação de diferença de critério, de interesses ou de posição pessoal que ocorre em qualquer contexto de interação”. Ou seja, os conflitos não são fenómenos negativos, o que se deve evitar é a sua progressão, pois mal resolvidos, geram agressões e outras manifestações de violências. E sendo a população reclusa impulsiva, é essencial que haja uma intervenção a esse nível, neste caso um mediador, pois quem faz esse trabalho é o TSR, e segundo Feeley e Simon (citado por Bouagga, 2014) estes são facilitadores da gestão de relações. Como afirma um dos entrevistados “*Agressivos? Então se eu sou agressivo já de nascença porque é que vou mudar uma característica minha?*” (Entrevistado J).¹⁵

Gonçalves (1993, p.136) afirma que “compete genericamente ao técnico de educação prestar apoio aos reclusos durante o cumprimento da pena e organizar atividades de tempos livres, elaborar os pareceres solicitados e colaborar em aspetos relativos à vida interna dos estabelecimentos”. Deste modo, quando Gonçalves nos diz que o TSR deve prestar apoio aos reclusos durante a reclusão e auxiliar nos aspetos dentro dos estabelecimentos prisionais, o mediador devia fazer parte dos técnicos que existem nos estabelecimentos para resolverem esses tipos de problemas. Esta mesma conceção é concluída nas palavras de um dos entrevistados “*Um bocado, mas isso também não é o fim do mundo. Não nasci aqui, não hei-de morrer aqui, tenho vida lá fora.*” (Entrevistado E).¹⁵

Segundo Sánchez (2014), o mediador deve ser dotado de competências sociais, especialmente reconhecer os motivos e interesses em causa, flexibilidade, criatividade e sensibilidade, aptidões comunicacionais, como identificar e gerir emoções, expor conclusões estruturadas e promover a comunicação efetiva, capacidade de análise, de forma a avaliar criticamente as carências e motivos, adaptando a intervenção, e, por fim, a formação adequada, desde logo o respeito pela ética e promoção da cultura da

¹⁵ Ver anexo 13.

mediação. Um dos entrevistados assegura *“Foi usar a mentalidade da rua aqui.”* (Entrevistado D).¹⁶

Indo ao encontro das funções do mediador em contexto prisional, as funções do TSR, estipuladas pelo Decreto-Lei nº 346/91 de 18 de setembro, passam por efetuar o acolhimento de novos reclusos para esclarecer sobre normas, formas de funcionamento e regulamentos do EP. Esta tarefa apenas será eficaz se realizada por todos os profissionais que compõem a orgânica institucional, realizando, assim, um trabalho em equipa multidisciplinar, realizar, atualizar e avaliar de forma contínua no tempo, o PIR de cada jovem; efetuar, sempre que necessário e solicitado pelo TEP, pareceres que levem à compreensão da evolução das condutas dos indivíduos e expectativas para a sua reinserção social; preparar em conjunto, através de um trabalho interdisciplinar, com os Técnicos Superiores de Reinserção Social, saídas jurisdicionais e de curta duração, para que estas decorram dentro da normalidade de forma positiva. Para além disso, elaboram relatórios de Liberdade Condicional, sempre que a pena de prisão do recluso atinja certos marcos (meio, dois terços e quinto sextos), e para a medida de adaptação à Liberdade Condicional (pulseira eletrónica); redigem e desenvolvem projetos de atuação a nível individual e/ou grupal, com características específicas de risco psicológico e/ou afetivo, como toxicodependentes e jovens portadores de doença mental ou doenças transmissíveis; organizam e monitorizam cursos escolares em diversos níveis de ensino, estimulando e incentivando os reclusos para a sua frequência fazendo-os refletir sobre a importância e benefícios da educação, estabelecendo sempre contactos protocolares com o Ministério da Educação. A par disso, criam e dinamizam atividades do foro cultural, recreativo e formativo de forma a estimular e fomentar nos reclusos competências psicossociais, incentivam e promovem contactos com o exterior de forma “saudável”, através da troca de correspondência e convívio com familiares e amigos; estimulam a participação de grupos de voluntários da comunidade na vida prisional de forma a viabilizar a ressocialização futura dos reclusos. Por fim, realizam estudos estatísticos, planos de ação e relatórios de atividades, designadamente o relatório anual das atividades do serviço e inserir dados referentes aos reclusos no SIP.

¹⁶ Ver anexo 13.

Ao determinar novas formas de sociabilidade, podemos observar a mediação como um instrumento do TSR, na dimensão em que difunde a mudança e a coesão social, ao mesmo tempo que habilita o sujeito a resolver os seus problemas sem recurso a instâncias judiciais, ou seja expõe uma vertente de empowerment já com uma longa trajetória. Ou seja, mostra que o TSR e a mediação têm em comum muitos dos princípios éticos, valores e princípios de atuação (Sánchez, 2014). Porém, se podemos reconhecer grande parte destas características e funções com as do TSR, por outro lado, há distinção nas duas profissões, de acordo com Carrasco (2016, p.277) "a mediação não é uma nova ação ou técnica para o trabalho social. Pelo contrário, os assistentes sociais têm desempenhado essa função"¹⁷ (Tradução da autora). De acordo com Martín (2001, citado por Carrasco, 2016, p.3) a mediação é uma profissão própria pois "é uma disciplina com um corpo especializado de conhecimentos e habilidades práticas; a aquisição dessas habilidades teóricas e práticas ocorre de maneira específica e autorizada; é uma atividade regulada e auto-reguladora; desempenha um importante papel social; pode constituir a atividade permanente de um profissional e atuar como sua fonte de remuneração; conta com associações profissionais que determinam seu perfil profissional, estabelecem seus regulamentos e promovem seu desenvolvimento; Finalmente, tem sua própria ética profissional."¹⁸ (Tradução da autora). Deste modo, não podemos misturar o papel do TSR com o do mediador, pois reúne perseverantes competências para prosseguir objetivos exclusivos, aplicar métodos particulares e respeitar um código de conduta concreto (Sánchez, 2014).

Concluindo, há princípios básicos que são comuns a ambas as áreas. A mediação parte, não apenas do princípio da igualdade entre todos os indivíduos, como também do princípio da dignidade humana, ao estimular e valorizar a participação dos indivíduos. Os TSR, tem como princípio o acompanhamento e a melhoria das capacidades pessoais,

¹⁷ "mediation is not a new action or technique for social work. Rather, social workers have been carrying out this function".

¹⁸ "it is a discipline with a specialised body of knowledge and practical skills; The acquisition of these theoretical and practical skills occurs in a specific and authorised manner; It is a regulated and self-regulating activity; It plays an important social role; It may constitute the permanent activity of a professional and act as their source of remuneration; It has professional associations that determine its professional profile, establish its regulations and promote its development; Finally, it has its own professional ethics".

laborais e académicas dos reclusos. E é na prisão, que se pretende que sejam dadas as ferramentas de desenvolvimento pessoal e social, numa lógica de empowerment, imputando-lhes a responsabilidade pela sua vida e pela comunidade, sendo um dos objetivos da mediação que faz ponte com o TSR.

CAPÍTULO II- ESTABELECIMENTO PRISIONAL LEIRIA (JOVENS)

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Leiria é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Leiria, localizada na região Centro e sub-região do Pinhal Litoral, o seu município está dividido em 18 freguesias. A cidade é um importante centro de comércio, serviços e indústria. A nível social, o município desenvolve ações de voluntariado, de forma a promover uma maior responsabilidade e inclusão social, coopera com organismos públicos no acolhimento de desempregados; fornece informação acerca de programas e serviços aos que se encontram em desvantagem social, como os idosos ou deficientes, contribui para a prevenção de situações de risco a cidadãos que assim se encontrem. (Município de Leiria, 2018)¹⁹

A criação do Estabelecimento como organização jurisdicional de menores, foi garantida primeiramente no relatório do Decreto nº 15/162, de 5 de março de 1928. Porém, só em 8 de setembro de 1934, através do Decreto-Lei nº 24/476, se concedeu existência legal à instituição, integrando-a na Direção-Geral dos Serviços de Menores, sendo internados menores do sexo masculino com mais de 16 anos. A instituição situa-se numa vasta propriedade, adquirida pelo Estado, conhecida como Quinta do Lagar d'El Rei, que pertencia aos Viscondes de S. Sebastião, com cerca de 90 hectares (Ministério da Justiça, s.d.)²⁰

Com o Decreto-Lei nº 26/646, de 28 de maio de 1936, que reestruturou os serviços penitenciários, a Prisão-Escola foi incluída no conjunto das prisões de carácter especial. Onde a preocupação era que os jovens com idade inferior a 21 anos precisariam ter um tratamento distinto dos adultos, evitando sobretudo a influência nociva que os delinquentes mais velhos poderiam ter sobre eles e, por outro, praticar uma ação reeducativa mais intensa, dando aos reclusos a oportunidade de educação, formação e aquisição de novas competências. (Ministério da Justiça, s.d.)²⁰

A construção iniciou em 1942, contudo só em maio de 1946 o Decreto-Lei nº 35/660, mandou instituir em Leiria uma Prisão-Escola, com destino ao “internamento de

¹⁹Retirado de <https://www.cm-leiria.pt/>, consultado a 1 de fevereiro de 2018.

²⁰Retirado de <http://www.exocop.eu/sixcms/media.php/13/Portugal%20I.pdf>, consultado a 20 de janeiro 2018.

menores delinquentes do sexo masculino”, com mais de 16 anos, onde tinham de cumprir penas ou medidas de seguranças privadas da liberdade.

Em 7 de abril de 1947, a Prisão-Escola recebe os primeiros 50 reclusos. Estes tinham entre os dezasseis e os vinte e um anos de idade, provinham sobretudo das zonas urbanas. Os jovens, possuíam baixos níveis de escolaridade e poucos índices profissionais, estando condenados a penas de prisão devido à prática de crimes contra o património e crimes relacionados com o consumo de estupefacientes, principalmente. (Ministério da Justiça, s.d.)²¹

Localizado no concelho de Leiria, na Avenida da Comunidade Europeia, nº 1, este estabelecimento, e segundo o Dec. Lei nº 35/660, está destinado a jovens rapazes delinquentes que, ao serem maiores de 16 anos, tenham de “cumprir penas ou medidas de segurança privativas de liberdade”. Embora, o internamento nesta instituição, esteja destinado a jovens entre os 16 e os 21 anos, em casos excecionais, e caso seja relevante para a sua positiva reintegração na sociedade, poderá ser prorrogado até aos 25 anos.

Em 1981, com a portaria nº98/81 do Ministério da Justiça houve a necessidade de vários Estabelecimentos Prisionais portugueses sofreram mudanças nos seus nomes e, um destes, foi a Prisão-Escola, que passou a denominar-se de Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens). Não só o nome se mantém até à atualidade, como a missão da anterior Prisão-Escola não se alterou, sendo que se fundamenta na reeducação e reformação dos jovens delinquentes que por ali têm de obedecer às suas penas privativas de liberdade. (Diário da República)²².

²¹Retirado de <http://www.exocop.eu/sixcms/media.php/13/Portugal%20I.pdf>, consultado a 20 de janeiro de 2018.

²²Retirado de <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19810246%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-1221&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Portaria&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>, consultado a 20 de janeiro de 2018.

ENQUADRAMENTO LEGAL E ECONÓMICO NAS POLÍTICAS EDUCATIVAS E SOCIAIS

O Estabelecimento Prisional de Leira (jovens), está a cargo da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) (órgão que pertence ao Ministério da Justiça), tendo o dever de gerir e controlar o serviço prisional, relativamente às questões de segurança e com a execução das penas e medidas privativas de liberdade, garantindo sempre os suportes e matrizes que orientem a reinserção social dos reclusos (Cardoso, 2010). O enquadramento legal e económico tem como base o Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, associado ainda se encontra o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisional, como consta no Decreto-Lei nº 51/2011 de 11 de abril, art. 1º “1- O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais regulamenta o livro I do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (...). 2 –O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, adiante designado por Regulamento Geral, é aplicável a todos os estabelecimentos prisionais dependentes do Ministério da Justiça” (Diário da República, 1ª Série, Nº 71, 2011:2181).

A DGRSP, ainda assume a gestão das áreas específicas presentes nos Estabelecimentos Prisionais, como a administração do EP, a execução das penas, os estudos de planeamento, a formação e segurança, o tratamento penitenciário, os cuidados de saúde, o ensino, a formação profissional, os postos de trabalho, o desporto, a animação sociocultural, a preparação para a liberdade e a exploração de atividades económicas (DL nº125/2007, de 27 de abril, art. 6.º). Contudo cabe ao Diretor em rede com o Conselho Técnico que devem “orientar, dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços dos estabelecimentos, designadamente, os de vigilância e segurança, ensino, saúde, educação e assistência social, trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional dos reclusos” (DL nº125/2007, de 27 de abril).

²³Há ainda três organismos internos principais, pertencentes à DGRSP, atuando e auxiliando no sistema penal e os Estabelecimentos Prisionais de todo o país, sendo eles o SAI, a DGRS e o TEP. O SAI (Serviço de Auditoria e Inspeção) tendo como missão controlar a organização dos Estabelecimentos Prisionais. Pertencente a questões relacionadas com a Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade, estes

²³Dados fornecidos pelo TSR do EP (Jovens).

serviços caucionam bases e matrizes no decorrer da execução de penas e após o seu termino. A DGRS (Direção-Geral de Reinserção Social), atua na execução das medidas alternadas à prisão (vigilância eletrónica) e auxiliando na preparação de liberdade condicional, garantindo o acompanhamento dos reclusos. Os TEP (Tribunais de Execução de Penas) dispersos por todo o país, têm como proficiência, entre outros temas, a cedência e anulação da Liberdade Condicional e a cedência de Saídas Precárias de Longa Duração, tendo sempre o auxílio das avaliações executadas pelo Conselho Técnico e pelo Diretor de cada EP. Este trabalho em rede tem como objetivo o controlo e planeamento dos estabelecimentos prisionais, a gestão de medidas alternadas à pena de prisão (apreciação das condições habitacionais no caso do emprego de medidas de vigilância eletrónica, penas suspensas, auxiliar na reinserção do recluso na sociedade, através da procura de trabalho) e por fim a cedência ou anulação de Saídas Precárias e da Liberdade Condicional.

É uma entidade que está à responsabilidade do Estado, dotada de um orçamento, administrado pelo diretor e um adjunto responsável pela parte económica do EP. Sendo este usado para pagamento de salários, formação escolar, segurança e tratamento penitenciário. Internamente no EP há também um orçamento privado, resultado de todas as atividades agrícolas desenvolvidas no mesmo, sendo que este orçamento é empregue na manutenção de todo o setor agrícola, obtenção de sementes, ferramentas, entre outros.

O EPL atua e subsiste sob a Tutela Judiciária do Tribunal de Execução de Penas de Coimbra.

OBJETIVOS DO EPL (JOVENS)

De acordo com o exposto na Parte Geral do Código Penal²⁴, (...) “o Código traça um sistema punitivo que arranca do pensamento fundamental de que as penas devem sempre ser executadas com um sentido pedagógico e ressocializador. Simplesmente, a concretização daquele objectivo parece comprometida pela existência da própria prisão. No art 2º do Código Penal, o regime “assenta na execução das penas e medidas de segurança privativas da liberdade, assumindo como objetivo principal a reinserção do

²⁴Decreto-lei nº 48/95 de 15 de março. Diário da República n.º 63/1995, Série I-A de 1995-03-15.

agente na sociedade, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer comportamentos desviantes, protegendo os bens jurídicos e a defesa da sociedade” (Código Penal art 2.º).

O EPL jovens está integrado nos Estabelecimentos Prisionais Especiais e é, neste momento, o único no país destinado ao tratamento penitenciário de jovens delinquentes. Esta instituição tem como objetivo primordial a execução de penas e medidas privativas de liberdade, aplicadas a jovens até aos 21 anos com vista à preparação de uma reinserção positiva do recluso na sociedade. Prioriza o acompanhamento individual dos reclusos, salvaguardando sempre os seus direitos e a sua privacidade. Este acompanhamento é realizado pelo Técnico Superior de Reeducação, que coopera na reeducação destes jovens desde que estes são reclusos até ao momento da restituição da sua liberdade, num processo faseado e progressivo.²⁵

O regime do EP de Leiria (jovens) manifesta-se num regime de cumprimento de pena progressivo, ou seja, o recluso progride na sua pena, transpondo por cinco fases distintas que delimitam o aumento ou retrocesso dos níveis de autonomia e de confiança que o abrangente corpo de funcionários do EP tem no mesmo. Estas etapas partem do regime fechado (interno) ao regime aberto (interno que possibilita que os reclusos exerçam atividades laborais e/ou escolares dentro do perímetro do EP mas sob vigilância, ou externo que permite que os reclusos exerçam atividades laborais e/ou escolares fora do perímetro do EP e sem vigilância permanente), onde são instituídos diversos objetivos e programas individuais que são constantemente avaliados e que determinam o progresso ou a regressão do recluso no cumprimento da sua pena. Esta “avaliação” tem por base o comportamento e a aquisição de competências pessoais e sociais do recluso (Ministério da Justiça, s.d.).²⁶ Porém, o regime aberto externo já não se executa no EP.

Este EP é o único na Europa reservado ao recebimento penitenciário de jovens delinquentes. O acompanhamento que nele é proporcionado não se delimita ao atendimento dos reclusos, pois passa também pela obrigação de valores e normas que os ajudam na sua reinserção no exterior. Como consta no Código Penal Artigo, art 42.º, “A

²⁵Dados fornecidos pelo TSR do EP (Jovens).

²⁶Retirado de <http://www.exocop.eu/sixcms/media.php/13/Portugal%20I.pdf>, consultado a 21 de janeiro de 2018.

execução da pena de prisão, servindo a defesa da sociedade e prevenindo a prática de crimes, deve orientar-se no sentido da reintegração social do recluso, preparando-o para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.”²⁷ Deste modo, o EPL oferece aos jovens reclusos a chance de frequentarem o setor escolar, o setor da formação profissional, o setor laboral, e ainda, de recriarem um projeto de vida sustentado, como por exemplo o Programa Gerar Percursos Sociais, e precaução e tratamentos de comportamentos aditivos.

Segundo o artigo 3º da Lei 115/2009 de 12 de setembro, a execução de penas deve favorecer não só a reinserção social como deve estimular a responsabilidade através de atividades e programas específicos na área do ensino, da orientação e formação profissional, aquisição de competências pessoais e sociais e, ainda, na prevenção e no tratamento de comportamentos aditivos.

É então na área do ensino e da formação que se encontra o maior número de reclusos deste EP, uma vez que a grande parte destes jovens detêm um baixo nível de escolaridade, sendo por esta razão, extremamente importante potenciar o acesso à formação escolar, para que seja possível diminuir, de alguma forma, desigualdades sociais.

Em cooperação com o Ministério da Educação, este EP proporciona a frequência e conclusão do 3º ciclo através dos EFA (Educação e Formação de Adultos) B3, de cursos profissionais de dupla certificação no CPJ, que dão equivalência ao ensino secundário através do EFA NS, nas áreas de pedreiro, operador agrícola, jardinagem e espaços verdes, programador de informática e técnico de instalações elétricas. Existem ainda os EFA FMC (Formação Modular Certificada) na área de TIC emprego, formar para integrar e calceteiro. Existe, ainda, a oportunidade destes jovens terem ocupação laboral remunerada, como a faxinagem, apoio na cozinha ou no bar e nas brigadas, ou de outra forma. Estes trabalhos são organizados através de parcerias externas, de forma a que os reclusos sejam capazes de ganhar hábitos de trabalho, responsabilidade e, ainda, para que consigam amealhar alguns recursos monetários.

O EP conta ainda com vários projetos socio-recreativos (“Opera na prisão”, “Ponto de Viragem”), e outros programas específicos, direcionados para diferentes problemáticas

²⁷Retirado do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, 2009, p. 19,20.

com o objetivo de fornecer suporte emocional e proporcionar aos reclusos outras e novas visões sobre si próprios e enveredar por um caminho longe das condutas antissociais.

Concluindo, o objetivo do EP passa pelo acompanhamento individual de cada recluso tendo em conta o seu trajeto de vida, as suas características e as suas perspetivas para o futuro, fornecendo ferramentas, conhecimentos e competências pessoais e sociais que possibilitem uma completa reinserção social exterior, apropriada e evitando a obstinação no mundo do crime (Rodrigues, 2014).

RECURSOS HUMANOS E RECURSOS FÍSICOS²⁸

O corpo técnico do EP encontra-se dividido em quatro áreas de intervenção, da seguinte forma: Área de Administração e Apoio Geral, Área de Execução de Penas e Jurídica, Área do Trabalho Prisional e da Prestação dos Cuidados de Saúde e a Área de Vigilância e Segurança. Para orientar, coordenar e desenvolver todas estas áreas, o EPL (jovens) conta com uma diretora, três adjuntos, cinco Técnicos Superiores de Reeducação, um Técnico de Desporto²⁹, um jurista, doze assistentes técnicos e operacionais, dois enfermeiros, duas médicas, um dentista e uma assistente, uma psicóloga, um engenheiro agrónomo, um chefe principal dos Serviços de Vigilância e Segurança, onze chefes, e ainda, 85 guardas prisionais.

Rodeados por vários hectares de terrenos agrícolas, onde é possível observar, ao longo do dia, os jovens que neles realizam múltiplos trabalhos, encontram-se envolvidos em diversos edifícios, destinados a serviços administrativos e médicos, formação escolar e profissional, práticas religiosas, e ainda, uma lavandaria, uma cozinha e postos de permanência dos Guardas Prisionais. São atualmente cinco, os pavilhões operacionais e destinados à habitação dos reclusos, cada um, dividido em duas alas e dois refeitórios, com balneário e pátio comuns, acolhendo os mais diferenciados tipos de reclusos. O Pavilhão Santo Agostinho (nº 1) que tem a lotação máxima de trinta e seis reclusos, que se encontrem já em situação de condenados, separados em celas individuais. É neste edifício que estão instaladas celas disciplinares, que estão neste momento inativas e ainda o espaço da biblioteca. O Pavilhão Padre António Oliveira com capacidade para cinquenta e quatro reclusos, sendo também denominado de pavilhão da observação que,

²⁸ Ver anexo 1 – Organograma.

²⁹Terá sido transferido para outro EP, não tendo por isso, chegado ao fim do período do Estágio.

como o nome indica tem como objetivo observar o comportamento dos jovens “entrados” nas primeiras semanas após a institucionalização. Aqui encontram-se, em maior número, reclusos ainda preventivos. No piso superior, estão seis gabinetes destinados aos TRS, um gabinete ocupado por um técnico que fornece apoio jurídico, uma arrecadação e um WC. O Pavilhão Padre Américo (simples), composto por sessenta e quatro celas, separadas em duas alas no piso inferior e ainda, duas salas destinadas a atividades no piso superior. À disposição do Pavilhão D. Bosco (confiança), estão quarenta celas individuais e uma camarata, destinada a acolher quatorze reclusos mais velhos, transferidos do EP Leiria para trabalhar na brigada agrícola. É neste espaço que se encontram, também, os reclusos que estão já numa fase mais avançada da execução da medida privativa de liberdade e cuja trajetória em meio prisional os fez ascender a regimes menos severos e mais flexíveis, estando por isso, em Regime Aberto no Interior. A Unidade de Saúde que anteriormente acolhia até dez internados, encontra-se neste momento inativa e, por essa razão, está a ser ocupada pelos reclusos que exercem funções laborais no bar ou na cozinha. Na ala direita deste edifício, estão em funcionamento a farmácia, o gabinete médico, a enfermaria e o gabinete de psicologia. Também estão sediadas neste pavilhão a direção do EP e a Secção Reclusos. Esta divisão dos jovens pelos pavilhões, pressupõe uma certa triagem em regimes distintos e uma ideia de progressividade no percurso penal.

CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO ACOMPANHADO³⁰

É no Sistema de Informação Prisional (SIP) – base de dados da DGRSP – que estão inseridas todas as informações, de diferentes matérias, relativas a todos os reclusos que dão entrada no sistema. Também nesta plataforma estão disponíveis estatísticas sobre a população prisional de cada EP. É de salientar que todos os dados para a caracterização, dizem respeito a informações obtidas a 5 de junho de 2018.

O número de reclusos atualiza de forma regular, uma vez que, são constantes as afetações e as libertações. À data da recolha da informação, estavam reclusos, no EP Leiria (Jovens) 180 indivíduos, sendo que vinte estariam sob a tutela do orientador de estágio.

³⁰ Ver anexo 2 – Caracterização do público alvo.

Institucionalizados neste EP, estão jovens do sexo masculino, principalmente solteiros, com idades compreendidas entre os dezanove e os vinte e oito anos, sendo que a maioria tem entre dezanove e vinte e dois anos. Estão ainda aqui reclusos um grupo de reclusos com idades mais avançadas, transferidos do EP Leiria Regional para trabalhar nas brigadas agrícolas. Embora existam nove diferentes nacionalidades, a grande maioria dos rapazes tem nacionalidade portuguesa e são naturais da zona Centro do país. Possuem baixas habilitações literárias, a maioria (cento e quatro) não tem completo o 3º ciclo do ensino básico, existindo até dois que não sabem ler nem escrever.

Cento e quarenta e oito indivíduos são primários no sistema e trinta e dois são reincidentes. Em relação apenas a reclusos já condenados, existem variadíssimos tipos de crimes. Maioritariamente encontram-se os crimes contra o património, ou seja, roubos e furtos, crimes que estão previstos em legislação penal avulsa, como tráfico e consumo de estupefacientes e ainda condução sem habilitação legal. Contudo, existem também condenações por crimes bastante mais violentos, como os crimes sexuais, de sequestro e ofensa à integridade física e ainda, homicídios. O percurso prisional da grande maioria dos reclusos é marcado também por diversas sanções disciplinares, motivadas principalmente por posse de objetos proibidos e agressões a reclusos e guardas.

Este público-alvo provém, na sua maioria, de classes sociais desfavorecidas, de famílias numerosas, pouco estruturadas ou desestruturadas, muitas vezes, sem redes de suporte, que habitam em bairros sociais com fracas condições e com poucos recursos económicos.

ENTREVISTAS AOS RECLUSOS

Com a baixa taxa de habilitações literárias e sendo indivíduos tão jovens houve a preocupação de perceber os motivos que levaram estes jovens a abandonarem o ensino dentro do EP, entender como era o ensino destes fora do EP, como também perceber a perspetiva dos reclusos face à educação no sistema prisional.

Para chegar ao tema pretendido das entrevistas, o motivo que leva ao abandono escolar dentro do EP, foi necessário primeiro identificar com o supervisor de estágio, também responsável pelo ensino no EP e TSR, qual o tema que devia aprofundar. Depois de definido o tema, com o auxílio do mesmo, procuramos identificar quais os jovens reclusos que abandonaram o ensino dentro do EP.

Ao fim deste processo, achei pertinente ir aos processos individuais de cada recluso que abandonou o ensino no EP, retirando informações que me permitiram fazer o rascunho do meu guião da entrevista³¹. As questões da entrevista pretendem perceber o passado e o presente destes jovens, no que diz respeito à família e seu acompanhamento, os pares, as ocupações no exterior, entre outras questões.

Foi de imensa dificuldade a execução das entrevistas, pois devido à complexidade do EP, houve muitas situações que não permitiram a concretização das mesmas, como a greve dos Guardas Prisionais, em que só se asseguravam os serviços mínimos e os reclusos não saíam dos edifícios, a mudança de direção, em que só disponibilizava um gabinete de atendimento para cinco TSR, com marcação prévia e disponibilidade deste gabinete, ao facto de as estagiárias não poderem estar sozinhas com os reclusos e pelo facto de o supervisor institucional ter muito trabalho a seu cargo. Estavam previstas cinco entrevistas, porém devido ao que foi referido anteriormente, só foi possível efectuar três entrevistas³².

A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL – A VOZ DOS RECLUSOS ³³

Segundo as entrevistas, observou-se que os motivos que levaram os reclusos ao abandono escolar dentro do EP foram sobretudo a falta de interesse e conflitos com os outros reclusos, e para comprovar isso “*Foi aquela turma de otários e a falta de vontade.*” (Entrevistado E). “*Aqui? Ein, foi muitos problemas. Foi usar a mentalidade da rua aqui.*” (Entrevistado D). “*Porque não tive interesse, aquilo pa mim não é uma escola. Aquilo era pa passar o tempo.*” (Entrevistado J).

Também podemos concluir que os três jovens entrevistados têm pontos em comum, como a baixa escolaridade, a falta de apoio familiar, problemas comportamentais, absentismo escolar e consumo de haxixe, na voz dos entrevistados verifica-se “*É sempre o mesmo, 6º.*” “*Acha que eu levava trabalhos de casa? (risos) Não tinha.*” “*Acha que eu levava para casa? Eu chegava no outro dia à escola agarrava num caderno do outro e copiava.*” “*Não, eu já cheguei a mandar uma cadeira a uma professora grávida.*” “*Depois disso é que passei a ter. E deram-me essas medicações*

³¹ Ver anexo 12- Guião da entrevista.

³² Ver anexo 13- Transcrição das entrevistas realizadas.

³³ Retirado do anexo 13.

maradas. Mas depois deixei de tomar por causa da ganza. Fazia o mesmo efeito, acalmava.” “Não me apeteceu, preferi desistir para ir trabalhar.” (Entrevistado E). “9º ano.” “Não, era mais o meu avô, o meu avô é que tinha paciência para isso, a minha mãe não tinha.” “Eu não progredi porque andava noutros caminhos.” “Do, lá dos mais velhos, os gangster. Eu queria ser gangster.” “Muito melhor. Mas não era só coise nos intervalos ia tudo fumar ganzas e depois ia tudo pedrado pa lá, só atrofiar e não sei que.” “Não fazia nada, andava na escola, num curso, andei pouco tempo, depois andava só a passear.” (Entrevistado D). “Tinha o 9º feito.” “Não. Se eu não ia à escola para que queria o acompanhamento?” “Quais trabalhos de casa? Eu não tinha.” “Se eu não ia à escola.” “Eu vi que se não fosse à escola eu fazia dinheiro. Não ia à escola e fazia dinheiro.” “Fumava, saía à noite, roubava, vendia droga, pa escola não, nunca.” (Entrevistado J).

No que se refere aos motivos que levaram os reclusos a frequentar a escola no EP segundo as entrevistas foi “obrigação” do TSR, que, por sua vez, é responsável pelo ensino, nenhum deles fala de vontade de ir para a escola. Nas palavras dos entrevistados *“Obrigação do dr. Joel (risos). Estou a ser sincero.” (Entrevistado E). “O que me motivou foi o Drº Joel, se não tava tramado, se não quisesse ir pa escola. Mas já tá melhor, antigamente se não fosse a vontade do drº Joel eu nem metia lá os pés.” (Entrevistado D). “O Drº Joel mas depois o J disse que não queria que o Drº Joel o manda-se para lá, fui não gostei e sai.” (Entrevistado J).*

Também no que diz respeito à importância que dão ao ensino, estes jovens garantem que é importante, não dentro do EP mas fora, pois abre mais caminhos no que se trata a arranjar trabalhos. Estes também nos mostram que preferem formação profissional, porém, a oferta do EP não vai de acordo com as suas preferências, dificultando o ingresso destes nas formações profissionais. Como afirmam os entrevistados *“Aqui dentro não mas lá fora é.” “Gostaria de me inscrever num curso de mecânica mas não há aqui, se houvesse até era capaz de me enfiar lá para dentro.” (Entrevistado E). “Claro, porque isso agora vejo muitas pessoas sem trabalho e tem 10’s anos e não sei o que e se eu sair daqui com o 9º a mim então viro sem abrigo.” “ (...) e agora vai ser o de redes.” (Entrevistado D). “Eu acho. Não sei, eu acho que a escola é importante po currículo. Eu posso arranjar empregos melhores do que aqueles que tu chegas lá e dás o currículo da escola, ou não é?” “Eu? De culinária.” (Entrevistado J).*

À luz da sociedade, estes jovens permanecem atrás das grades como forma de serem punidos pelos crimes que cometeram, no entanto, estas grades aprisionam-lhes não só o físico, mas principalmente a consciência que necessita de ser trabalhada a fim de voltarem a ganhar autoconfiança e poderem recomeçar de novo. O papel e o trabalho da equipa técnica nestes casos é de extrema importância, pois ajuda-os a retomar o caminho perdido, orientando-os. Através das entrevistas, apercebemo-nos, de facto, que há que trilhar um longo caminho com estes jovens no que diz respeito às suas motivações, perspectivas para o futuro e acima de tudo à sua educação.

CAPÍTULO III- O ESTÁGIO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA (JOVENS)

Ao longo do período de estágio, não foram só adquiridos conhecimentos sobre o funcionamento dos Estabelecimentos Prisionais, mais especificamente, no que diz respeito a uma intervenção direcionada para jovens delinquentes, como também, foi dada a oportunidade de observar, colaborar e dinamizar várias atividades desenvolvidas no sentido de criar e/ou melhorar competências a nível pessoal, social e profissional para proporcionar aos jovens a possibilidade de se recuperarem e distanciarem da possibilidade de retorno ao mundo do crime.

O estágio iniciou com vários momentos integrativos, de forma a conhecer não só o espaço físico e o seu funcionamento geral, bem como as diferentes áreas de trabalho, que embora operem de formas distintas, têm como objetivo comum, a manutenção do bem-estar e da segurança no estabelecimento e possibilitar a efetivação da integração plena dos reclusos. Ainda nesta fase de integração, e com o apoio do técnico orientador, foi possível recolher as informações necessárias sobre o EPL (Jovens), ler e analisar legislação específica e aplicável, de forma a que pudesse, mais tarde, no momento da intervenção saber qual o melhor modo de atuar, seguindo as leis, as políticas e regulamentos gerais e individuais. Gradualmente o meu papel como estagiária tomou um rumo interventivo, tornando-se mais ativa e autónoma, quer em atividades diárias que são inerentes ao trabalho do TSR, bem como em atividades específicas realizadas em colaboração com as restantes estagiárias. Atividades essas que serão seguidamente descritas.

3.1. LEITURA E ANÁLISE DE PROCESSOS INDIVIDUAIS

Para se trabalhar com estes jovens e criar uma aproximação é necessário entender cada um deles, de conhecer o seu nome, o crime cometido e a condenação, ou a espera dela, o seu percurso criminal, desde a sua detenção até à sua saída em liberdade, e, ainda, o acesso a breves resumos sobre a sua história de vida.

Para esta atividade foi necessário analisar fichas individuais, relatórios e avaliações feitas por outros técnicos ou pelo orientador da estagiária. Deste modo, consegui perceber não só o motivo pelo qual estes jovens se encontram num estabelecimento

prisional, mas também alguns dos fatores familiares, sociais e económicos que contribuíram para os seus comportamentos desviantes.

3.2. ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS

Os atendimentos individuais foram realizados em gabinete, a pedido do TSR ou do recluso. Inicialmente, só foi possível presenciar sem qualquer intervenção direta, de forma gradual sendo-lhe permitida a participação supervisionada pelo orientador. Foram vários os objetivos, desta atividade, e foram também variadas as tarefas executadas. Por um lado, nestes atendimentos esclareceu-se ao recluso algumas dúvidas que pudesse ter, como por exemplo, a sua situação jurídica ou económica, através do SIP. Por outro, existiu ainda a oportunidade de realizar o que é designado por entrevistas motivacionais. Estas serviram de orientação e apoio psicossocial para que os jovens pudessem regular a sua conduta, pensar em si e no rumo que a sua vida tomou, de maneira a que conseguissem ter um percurso prisional dentro da normalidade e adquirissem variadíssimas ferramentas que lhes proporcionassem autossuficiência para que se tornassem independentes e responsáveis para que, desta forma, conseguissem mover-se futuramente na sua comunidade e na sua vida por conta própria.

Foi também nos atendimentos em gabinete que foram feitos relatórios e avaliações, posteriormente avaliados e discutidos em Conselho Técnico Externo (CTE), e Conselho Técnico Interno (CTI). Neste contexto, houve oportunidade de elaborar ou participar na elaboração, sempre sob supervisão do Dr. Joel Henriques, os seguintes relatórios:

AVALIAÇÃO DE 72 HORAS³⁴

Ao darem entrada no EP, os reclusos passam pelos vários serviços do mesmo. É também neste momento que lhes é destinado um TSR, e é realizado o acolhimento pelo próprio, com o objetivo de conhecer o jovem, perceber a natureza do(s) crime(s) pelo qual foi acusado ou condenado, qual a duração da pena caso já esteja determinada, compreender o seu meio socio-familiar, habilitações literárias, a sua postura relativamente à entrada na instituição e o seu estado de saúde físico e emocional, para que, posteriormente, seja possível elaborar uma primeira apreciação e preenchimento de um formulário³⁵ com o propósito de avaliar o eventual risco de suicídio.

³⁴ Ver anexo 3 – Avaliação 72 horas.

³⁵ Ver anexo 4– Intake Screening.

60 DIAS³⁶

Estas avaliações, como o próprio nome indica, são realizadas 60 dias após o ingresso do recluso no EP. Consistem numa apreciação do percurso dos reclusos desde a sua afetação, não só do percurso prisional, como também da sua vida pessoal. São refletidos nestas avaliações determinados assuntos como suporte e integração familiar, meio socio-residencial, imagem comunitária e condições económicas e de habitação na sua vida em meio livre, identificar competências escolares e profissionais, competências pessoais e sociais e possíveis problemas de saúde, dentro e fora da instituição. É ainda, no fim, feita uma avaliação dos comportamentos e atitudes em sistema prisional, para posteriormente proceder à realização do PIR que irá então estabelecer qual o melhor caminho da forma mais individualizada possível.

PLANO INDIVIDUAL DE READAPTAÇÃO (PIR)³⁷

O PIR, de acordo com o CEPMPL tem de ser realizado obrigatoriamente no caso dos reclusos menores de 21 anos ou condenados sem pena relativamente indeterminada e para os que tenham pena superior a um ano. Tal como o nome indica, e funcionando assente num processo contratual entre o sistema e o recluso, tem como objetivo primordial promover a aquisição e o desenvolvimento de competências pessoais e sociais para uma inserção positiva em meio livre. É imprescindível que seja um processo dinâmico e, por isso, deve ser ajustado à realidade de uma forma periódica e de acordo com as necessidades de cada recluso na sua forma individual. Para a realização efetiva deste plano, é necessário que os técnicos façam um estudo social, em conjunto com os outros serviços do estabelecimento, sobre o recluso onde incluam várias áreas específicas da sua vida, desde dados pessoais, situação escolar e profissional, estado físico e intelectual, fatores sociais, relações afetivas e fatores do meio (condições de habitação, situação económica e ambiente familiar), para que se possa delinear um percurso em meio prisional, com vista a uma reintegração de sucesso na sociedade.

³⁶ Ver anexo 5– Avaliação 60 dias.

³⁷ Ver anexo 6– Plano Individual de Readaptação.

LIBERDADE CONDICIONAL³⁸

O relatório de liberdade condicional é solicitado aos serviços prisionais pelo TEP, em vários marcos da pena de um recluso condenado a pena superior a 6 meses. Se a condenação for inferior a 6 anos, os marcos em que é solicitado são 1/2 e 2/3 e caso seja superior os marcos são 1/2, 2/3 e 5/6, sendo este último considerado como liberdade condicional obrigatória. A avaliação deve conter a evolução da personalidade, as competências adquiridas, o seu comportamento prisional e a sua relação com o crime cometido. É depois em CTE que se emite o parecer que será apurado através de votação da sua concessão e em que condições a deverá ser sujeita.

CONTROLO DOS CONTATOS TELEFÓNICOS

Todos os jovens desta instituição possuem a possibilidade de realizar telefonemas, com o objetivo de haver uma reaproximação com os seus familiares e amigos. Para tal, é necessário o preenchimento do documento designado “Pedido de Telefone”, onde deve estar presente o nome, o grau de parentesco e a morada das pessoas que os jovens desejam contactar. Após o preenchimento, o TSR deve contactar cada indivíduo de forma a entender se está ou não interessado em receber chamadas do recluso.

3.3 CONSELHO TÉCNICO INTERNO E CONSELHO TÉCNICO EXTERNO³⁹

Existiu a oportunidade de estar presente em CTI e CTE. Em CTI estão presentes todos os TSR, dois adjuntos da direção, a diretora do EP, um membro da secção de reclusos e ainda o comissário em representação dos guardas prisionais. É neste momento que são analisadas e apreciadas em conjunto, avaliações de 72 horas, de 60 dias, os PIR, pedidos de saída de curta duração e pedidos de transferência. São ainda apresentadas propostas de colocação laboral ou de RAI.

Em CTE estão presentes os TSR, um adjunto, a diretora, o comissário, a procuradora, o juiz e a técnica de reinserção social e são discutidas as avaliações para Liberdade Condicional e para saídas jurisdicionais.

³⁸ Anexo 7– Liberdade Condicional.

³⁹ Anexo 8- Convocatória de CTI e CTE.

3.4 PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO EMOCIONAL E ADAPTAÇÃO À PRISÃO⁴⁰

Este programa é conhecido por toda a comunidade prisional do EP como “Grupo de Entrados”, uma vez que é destinado a reclusos recém-chegados à instituição, independentemente da sua situação jurídica e da sua reincidência, tendo como facilitador o Dr. Joel Henriques. O objetivo chave deste programa é proporcionar a estes jovens um momento de respeito e partilha de modo a desenvolver e explorar algumas competências sociais, contribuindo para uma melhor adaptação à instituição, evitando situações de isolamento, medo e frustração. Também é um programa que se destina a apoiar os reclusos recém-chegados ao EP, promovendo a integração, a adaptação e estabilização do recluso ao meio prisional. É através de várias dinâmicas que são introduzidos conceitos e temas que são pensados e discutidos por todos, baseando sempre estes momentos no respeito pelo outro.

Deste modo, houve uma participação ativa nestas sessões e, ainda, a oportunidade de, através de temas propostos pelo técnico, preparar, apresentar e discutir depois, com o grupo sessões.

O TSR, para que a atividade seja eficaz, precisa de compreender o indivíduo, o grupo e o seu funcionamento. Nem sempre é fácil, tendo em conta que a afetação de reclusos no EP é, quase sempre, semanal e o grupo nem sempre está motivado e empenhado. Desta maneira, graças à disponibilidade e abertura do orientador institucional, consegui realizar e preparar várias atividades socioeducativas, nomeadamente, ações de sensibilização sobre a higiene e sobre o corpo humano, “A teia”, “Três razões para a bomba não explodir nas mãos”, “Guião para uma entrevista”, “Juventude e Comunicação”, “A escolha de um sobrevivente”, entre outras. Também foram realizadas atividades com cariz de sensibilização, no que diz respeito à higiene, aos vários tipos de sistemas do corpo humano, bem como referência às possíveis doenças.

3.5 GERAR PERCURSOS SOCIAIS

Gerar Percursos Sociais “é um programa de prevenção e reabilitação psicossocial para jovens em risco ou que apresentem comportamentos desviantes” (Manual Geral Percursos Sociais, 2007), bem como baixas competências pessoais e sociais. Decorre

⁴⁰ Ver anexo 9– Atividades realizadas pelas estagiárias.

semanalmente, direcionado a jovens que assumem comportamentos desviantes, delinquentes e/ou antissociais. Organizado em 40 sessões, divididas por 5 módulos (a comunicação, o relacionamento interpessoal, distorções cognitivas, o significado das emoções e as crenças disfuncionais), tem como objetivo a prevenção e reabilitação psicossocial. São facilitadores deste programa um TSR e um psicólogo, que conduzem as sessões de forma a que os jovens consigam pensar-se, perceber e lidar com atitudes próprias e dos outros desmistificando crenças e distorções.

Existiu a oportunidade de observar e colaborar em 21 sessões, considerando que este é um programa extremamente importante ao nível da ressocialização que é esperada durante o cumprimento da pena.

3.6 SESSÃO CINEMATOGRAFICA

A estágia juntamente com as suas colegas, realizou duas sessões de cinematográfica, em que os reclusos visualizaram os filmes intitulados “Os Escritores da Liberdade” e “O rapaz do pijama às riscas”. Após o visionamento dos filmes, surgiu um espaço de debate sobre os mesmos, de forma a entender se os reclusos receberam as mensagens que os filmes transmitiam, como também faze-los refletir sobre determinados assuntos presentes.

Embora, tenha havido alguma dificuldade em fazer com que estes jovens reclusos participassem no debate, na realidade a maioria dos jovens que estiveram presentes revelaram-se interessados, atentos e pensativos.

3.7 CARTAZ DE REGGAE⁴¹

A atividade “The International Reggae Poster Contest”⁴², que se baseou num concurso aberto a todos os EP’s de âmbito internacional, com o objetivo de criar um cartaz alusivo ao Reggae. O concurso Internacional de Cartazes de Reggae pretendia “apelar a uma consciência para a música Reggae positiva, assim como, comemorar as realizações globais de Reggae e o seu impacto no mundo tendo como objetivo de dar a conhecer e

⁴¹ Ver anexo 10- Cartaz realizado pelo recluso.

⁴² Ver anexo 11 – Informação para a realização do cartaz.

promover Designers que através do seu talento e criatividade apresentassem os seus trabalhos com a energia e vibração da música Reggae.”⁴³

Inicialmente foram selecionados cinco reclusos, tendo em conta as suas aptidões artísticas e os seus gostos, para a realização do cartaz de “reggae”. Numa segunda fase, foi feita a apresentação do que era pretendido bem como as regras e o tema. Na terceira fase, os jovens fizeram um esboço do desenho que desejavam levar a concurso, e, nas últimas sessões, concretizaram e terminaram o seu objetivo.

Para esta atividade, foram necessários vários materiais, nomeadamente, cartolinas, tesouras, lápis de cor e de cera, canetas de feltro, lã, papel vegetal, lápis, entre outros.

3.8 DESENHO LÓGOTIPO PARA O VINHO LAGAR QUINTA D’EL REI

A atividade baseou-se num concurso aberto a todos os reclusos do EP com o objetivo de criar um logótipo para o vinho do EP. Inicialmente foram colocadas inscrições para os jovens reclusos se inscreverem. Na segunda fase, foi feita uma apresentação do que era pretendido. Na terceira fase, os jovens fizeram um esboço que desejavam levar a concurso, bem como terminaram o objetivo.

Para esta atividade foram necessários vários materiais, nomeadamente, folhas brancas A4, lápis de cor e de cera, canetas de feltro, lápis de carvão, borrachas, entre outros.

3.9 PROJETO “ÓPERA NA PRISÃO”

Este projeto tem a duração de cinco anos e deu início no EP em março de 2014, tendo como apoio a Fundação Calouste Gulbenkian e sendo executado pela Sociedade Artística Musical dos Pousos (SAMP). Este projeto tem como objetivo envolver o maior número de reclusos e toda a comunidade prisional do estabelecimento prisional, proporcionando momentos de convívio saudável.

Projeto Ópera na Prisão pretende não só ter uma vertente cultural e recreativa, como também potencializar a reinserção social destes jovens, através de testemunhos. Como o

⁴³ Retirado do anexo 11.

Maestro Paulo Lameiro refere no vídeo colocado no youtube em 2014⁴⁴, “(...) o que se pretende com essa experiência [...] que continuem quando saírem daqui e a única forma é chamar aqui dentro as pessoas que os vão receber no final das suas penas, portanto teremos uma terceira parte do projeto extraordinariamente importante, onde também se vai fazer música, também se vai cantar, mas com maestros das bandas filarmónicas, responsáveis de teatros, responsáveis de coros... onde estes reclusos vão ser recebidos nas suas comunidades (...)”. Houve a oportunidade de estar presente no grande projeto, muito conhecido “Ópera na Prisão – Só Zerlina ou Così Fan Tutte?”.

3.10 ARRUMAÇÃO E DECORAÇÃO DO ESPAÇO PARA O “DIA DA POESIA”

No dia Mundial da Poesia, houve uma atividade planeada por vários docentes que dão formação escolar neste EP, onde os reclusos também participaram. Ao longo desta atividade, foram lidos vários poemas pelos jovens reclusos como também foram cantadas algumas canções por um músico convidado.

A atividade teve como plateia os próprios reclusos, os funcionários e parte da Direção do Estabelecimento, e as estagiárias, que tiveram o papel de ajudar na arrumação e decoração do espaço.

⁴⁴ https://www.youtube.com/watch?v=A_yBByQ9QkM Acedido em 30 de março de 2018.

CONCLUSÕES

O estágio realizado no Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens) ao longo de 980 horas permitiu uma experiência única e bastante produtiva quer ao nível pessoal quer profissional. Ao longo das 980 horas, foi possível conhecer e perceber a dinâmica e a complexa logística que se encontra por detrás de uma instituição tão “pesada” como é a prisão. Ao longo deste relatório, foi possível refletir acerca da intervenção do mediador neste estabelecimento e esta reflexão trouxe à tona inúmeras ideias e potencialidades identificadas para uma possível intervenção na área. O acompanhamento contínuo do supervisor institucional (TSR) ao longo do estágio foi fundamental para a compreensão de todo o fascinante trabalho que pode envolver um técnico nesta instituição.

Enquanto estagiária de Mediação Intercultural e Intervenção Social, foi possível aplicar alguns dos conhecimentos obtidos durante o percurso académico. Porém nota-se que grande parte das aprendizagens se adquire com a prática e com o trabalho de campo, neste caso orientado por um TSR. Com este estágio, foi possível perceber as dificuldades (é de notar que a principal dificuldade encontrada ficou marcada pelas diversas e constantes greves dos guardas prisionais), e as potencialidades em gerir um grupo dentro de uma instituição deste carácter. Todas as barreiras encontradas foram ultrapassadas, mesmo que se tivesse de alterar os planos por dez vezes, foram levadas a cabo as ideias iniciais e isso permitiu a conclusão de um estágio com grande satisfação e com o sentimento de dever cumprido.

No início do estágio e quando se iniciaram os atendimentos e a observação não participante, foi possível adquirir algumas técnicas que pudessem ajudar na futura intervenção com os reclusos, nomeadamente, o saber dirigir o atendimento, o saber identificar alguns problemas não visíveis, o saber compreender o recluso e o saber incentivar o recluso a abordar alguns assuntos mais sensíveis. Ao longo do estágio, foi ainda possível notar a importância do trabalho em equipa, da cooperação entre técnicos e guardas e os outros funcionários, da relação de confiança estabelecida entre técnico e recluso e da gestão rigorosa das tarefas consoante os horários da instituição.

Tive de imediato acesso a toda a documentação da instituição, bem como o total apoio de todos os intervenientes. Observei e participei em todas as atividades relacionadas e foi-me dada a possibilidade de sugerir e implementar novas atividades no âmbito da mediação e da intervenção social.

No Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens), todos os dias se luta e trabalha para a reinserção destes jovens com tantos problemas. Todo o trabalho é realizado pensado em cada indivíduo, com base na sua personalidade e complexa vida.

A mediação pretende criar uma relação próxima com estes jovens, criando pontes, facilitando a comunicação, o relacionamento social e institucional entre as pessoas, sendo este o papel que os TSR desenvolvem no EP. Ao conhecerem individualmente cada um destes jovens, conseguem criar uma relação próxima com estes, no entanto, muitas vezes, era muito difícil trabalhar abertamente com eles, pois inconscientemente constituíam barreiras emocionais.

Percebemos ainda que o que nos separa de uma situação de exclusão social é cada vez menor. São cada vez mais as situações familiares, de desemprego, de perda de alojamento entre outras, que conduzem cada vez mais pessoas a uma situação de fragilidade social, a qual poderá conduzir em casos extremos à marginalidade, à nova pobreza (Paugam, 2003). Assim, a reinserção social tem passado pela ocupação de delinquentes a partir de atividades profissionalizantes, depressa se verificou a necessidade de implementar o ensino como instrumento de preparação destes indivíduos quando libertados, isto porque a educação desenvolve no indivíduo melhores competências de adaptação, maior integração no mercado de trabalho e na comunidade em geral.

A educação na prisão apresenta-se como uma das atividades ocupacionais disponíveis aos reclusos dentro do EP. A grande maioria dos indivíduos apresenta uma baixa ou nenhuma escolaridade, independentemente da sua faixa etária. Permite ao recluso, durante o cumprimento de pena, aumentar a sua qualificação académica, fomentar o seu bem-estar e autoconfiança, levando a que se sinta motivado a prosseguir estudos, sendo também agente reintegrador em termos socioprofissionais.

Percebemos que a escola na prisão é uma mais-valia aquando da sua libertação, pois para uns, melhora significativamente no campo laboral: ao obterem a escolaridade mínima necessária e/ou a aprendizagem de atividades profissionalizantes é possível melhorar a sua situação profissional. Também, o simples facto de lhes permitir uma melhoria na leitura e na escrita facilita as tarefas laborais, bem como aspetos do quotidiano.

Esta investigação mostra que a intervenção do mediador junto desta população deverá assentar na escuta ativa, o que possibilitará a confiança e possibilitará a evolução para o passo seguinte como a mudança para o futuro, atendendo à sua história de vida, às suas

habilidades e desejo do futuro de liberdade. O mediador assume neste processo um papel essencial. É o criador de laços e o fortalecedor. É ele que irá facilitar que o indivíduo compreenda que tem aptidão para modificar a sua vida e pode fazê-lo.

A sua atuação seria valiosa no sentido de fortalecer estes jovens reclusos, favorecendo-os das capacidades que julgaram perdidas, restabelecendo a sua vida e evitando o mundo do crime.

Com este estudo sublinhamos, assim, a necessidade de se atender aos aspetos ideológicos, sociais e culturais que moldam as experiências daqueles/as que involuntariamente são sujeitos à privação da liberdade, pois essa passagem, como refere Moreira (2007, p.45), desenvolve uma “boa adaptação ao real e uma inadaptção ao social”.

Outro especto importante a ter em conta é a necessidade da equipa dirigente acreditar na reabilitação dos seus reclusos, pois influenciará não apenas na melhoria do seu trabalho como também num comportamento positivo. Se o recluso sente que confiam nele e o valorizam de algum modo, sentir-se-á estimulado para melhorar o seu comportamento e terá autoconfiança para sentir que pode mudar para uma vida melhor. É indispensável que a equipa dirigente seja um pouco mais flexível sem que, ao mesmo tempo, deixe de estabelecer as regras necessárias para intervir junto desta população e salvaguardar um devido funcionamento institucional. Sugere-se a implementação de medidas que incentivem o recluso a participar em determinadas atividades e o comportamento a ter, como por exemplo, estabelecer que apenas tem televisão na cela se frequenta a escola e tem bons resultados, o comportamento adequado permite obter esta ou aquela vantagem.

Concluiu-se que, de facto, a escola na prisão coopera para a reinserção social dos reclusos dentro e fora do EP. Durante o tempo de reclusão, o recluso completa assim o tempo de modo a que possa crescer e desenvolver-se enquanto indivíduo. Sente na escola, possivelmente pela primeira vez na vida, que é reconhecido pelos motivos certos. É despertado para uma maior reflexão sobre si próprio e adota uma postura mais positiva em sociedade. Quando libertado, terá mais capacidades e autoconfiança para encarar as mudanças e as barreiras que lhe surgem, desviando-se do caminho que levou à sua detenção.

Deste modo, é importante que os estabelecimentos prisionais invistam na educação, em atividades que permitam o crescimento interior do indivíduo e o estimulem para uma melhor vida. Contudo, não se deve ignorar a sua história de vida, as suas características

de personalidade e o crime cometido. Também não se deve esquecer que a prisão não tem apenas um papel punitivo, mas sim de reeducar e reintegrar. Compete a estas entidades adaptarem políticas que melhoram as suas intervenções junto desta população, de acordo com as suas necessidades. Não se exclui, de todo, a noção que pode ser muitas vezes uma população difícil de trabalhar. Mas não significa que seja impossível colher frutos.

Em suma, este estágio foi bastante vantajoso, pois permitiu o desenvolvimento de novas competências pessoais, sociais e profissionais que impulsionaram e tornaram como certa a vocação nesta área. A mudança da visão em relação aos outros e ao mundo foi instantânea e bastante positiva, pois a carga negativa que é depositada neste tipo de instituições pode ser utilizada como uma mais-valia e um ponto a favor dos trabalhadores do social que, aqui, têm muitos campos de intervenção possíveis.

BIBLIOGRAFIA

- AA VV (2008). *Mediación Intercultural, una propuesta para la formación*. Madrid: Editorial Popular.
- Alberto, A. (2012). *As Aspirações Socioeducativas dos Educandos e a Intencionalidade Educativa da Política da Alfabetização em Moçambique*. Universidade do Minho Instituto de Educação (tese do Mestrado).
- Almeida, H. N. (2008). Conceptualização da Mediação em Trabalho de Rede, *Revista Investigação e Debate em Serviço Social*, nº 17.
- Almeida, H. N. (2001). *Conceptions et Pratiques de la Médiation Social. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*. Coimbra: Fundação Bissaya-Barreto e Coimbra Editora, Lda.
- Almeida, H. N. (2016). *Sustentabilidade da mediação social. Debates e desafios atuais*. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas*. Braga: CECS.
- Almeida, H. N., Albuquerque, C. P. & Santos, C. C. (2013). Cultura de Paz e Mediação Social. Fundamentos para a construção de uma sociedade mais justa e participativa, *Revista Mediaciones Sociales*, nº12.
- Baptista, I. (2010). *Educação, Justiça e Solidariedade na Paz*. In A. Peres & R. Vieira, *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Amarante: APAP e CIID.
- Baratta, A. (1990). *Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado*.
- Barbosa, A. F. (2012) *Fatores preditivos da reincidência: análise de uma amostra aleatória de reclusos portugueses do sexo masculino*. Universidade do Minho. Tese de Mestrado em Psicologia da Justiça.
- Barbosa, A. G. (2012). *Contributos para Pedagogia Social: Neuroética, Educação Vagarosa e Ubuntu*. In *Cadernos da Pedagogia Social*, 4, 1997-219. Lisboa.
- Beccaria, C. (1998). *Dos delitos e das penas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bonafé-Schmith, J. (2009). *Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social*. In Silva, A.M. & Moreira, M.A. (orgs.) *Formação e Mediação Sócio-educativa. Perspetivas teóricas e práticas*. Porto: Areal Editores.
- Bouagga, Y. (2014). *Prison counselors in France: a changing profession and its moral dilemmas*. *Configurações* Vol.13.

- Canário, R. & Cabrito, B. (Org) (2005). *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2007). A educação e o movimento popular do 25 de Abril. In Canário, R. (Org.). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (2008). *Educação de Adultos, Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.
- Cardoso, M. L. D. S. (2010). *Vozes dentro de Grades* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.
- Caride, J. (2009). *Los derechos humanos en las políticas educativas*. In J. A. Caride (Coord.), *Los derechos humanos en lá educación y la cultura*. Argentina: Homo Sapiens Ediciones.
- Carrasco, M. B. (2016). *Mediation and the Social Work profession: particularly in the community context*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- Carvalho, S. (coord.) (2014). *Linhas orientadoras para a mediação social e comunitária no âmbito da reinserção de pessoas com comportamentos aditivos e dependências*, Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. (v: 1997:Hamburgo, Alemanha) Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: sesi/Unesco, 1999.
- Correia, A. J. & A. M. Silva, A. M. (orgs.). *Mediação: (D)Os Contextos e (D)Os Actores*. Porto: Edições Afrontamento.
- Costa, E. (2003). “Prisões: a lei escrita e a lei na prática em Portugal”. In Dorés, A. (org.), *Prisões na Europa. Um debate que apenas começa*. Oeiras: Celta Editora.
- Coutinho, C. Et al (2009). *Investigação-Acção: Metodologia preferencial nas práticas educativas*. Instituto de Educação. Universidade do Minho, Portugal.
- Cunha, A. (2013). *Práticas Educativas em Contexto Prisional*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Cunha, M. (2008). *Prisão e Sociedade: Modalidades de uma conexão*. Braga: Universidade do Minho.
- Cunha, P. e Leitão S. (2011). *Manual de Gestão Construtiva de Conflitos*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Day, A., Ward, T., & Shilrey, L. (2011). *Reintegration services for long-term dangerous offenders: a case study and discussion*. Journal of Offender Rehabilitation.

- Diez, F. & Tapia, G. (1999). *Herramientas para trabajar en mediación*. Buenos Aires: Paidós.
- Durkheim, É. (1978). *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, Fundação Nacional de Material Escolar.
- Fernandes, A. C. M. (2012). *As Parcerias público-privadas no sector prisional: Proposta para um estabelecimento prisional*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia Civil, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Figueiredo, J. (1983). *Antecedentes Legislativos da Reinserção Social*. In P. D. Correia, *Cidadão Delinquente: Reinserção Social?* Instituto de Reinserção Social.
- Finger, M. e Asún, J. (2003). *A Educação de Adultos numa Encruzilhada. Aprender a nossa saída. Coleção Ciências da Educação, Século XXI*. Porto: Porto Editora.
- Finger, M. (2008). *A Educação de Adultos e o Futuro da Sociedade*. In: Canário, R. e Cabrito, B. (orgs.) (2008). *Educação e Formação de Adultos: Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.
- Folger, J. P. & Jones, T. S. (comp.). (1997). *Nuevas direcciones en mediación. Investigación y perspectivas comunicacionales*. Buenos Aires: Paidós.
- Foucault, M. (2002). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gadotti, M. (2005). *A questão da educação formal e não formal*. [http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A a H/estrutura pol gest educacional/aula_01/imagens/01/Educacao Formal Nao Formal 2005.pdf](http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A%20a%20H/estrutura_pol_gest_educacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf).
- Gadotti M. *Educação popular, educação social, educação comunitária Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum*. Anais do Congresso Internacional de Pedagogia Social, Julho. 2012. http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092012000200013&script=sci_arttext.
- Giró París, J. (1997). *Los Fundamentos de la Mediación a Debate*. In J. F. Six, *Dinámica de la Mediación*. Barcelona: Paidós.
- Goffman, E. (1974). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo (Brasil): Editora Perspectiva.
- Gomes, S. A (2012). *Pessoa reclusa em contexto prisional: agressividade, sintomas psicopatológicos e apoio social*. ISPA – Instituto Universitário. Tese de Mestrado em Psicologia Clínica.

- Gonçalves, R. A (2000). *Crime, delinquência e adaptação à prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, R. A. (1993). *A adaptação à prisão: um processo vivido e observado*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.
- Gralha, O. (1997). *A escola: uma estratégia de intervenção*. Prisões em Revista. v.1, n.º4.
- Griffiths, C. T., Dandurand, Y., & Murdoch, D. (2007). *The Social Reintegration of Offenders and Crime Prevention*. <http://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/scl-rntgrtn/index-eng.aspx>.
- Guerra, I. (2006c). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*. S. João do Estoril: Principia.
- Guerreiro, V. (2013). *A posição jurídica do recluso face à reforma penitenciária de 2009*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto, vol. 2. (2).
- Guillaume-Hofnung, M. (2013). *La mediation*. Paris: Puf.
- Hardcastle, L., Bartholomew, T., & Graffam, J. (2011). *Legislative and community support for offender reintegration in Victoria*. *Deakin Law Review*, 16(1).
- Janes, A. V. (2014). *Prática de Ensino Supervisionada em Educação Pré-Escolar e em 1º Ciclo do Ensino Básico: A resolução de conflitos enquanto aprendizagem social das crianças*. Évora: Universidade de Évora.
- Jares, X. (2002). *Educação e Conflito. Guia da educação para a convivência*. Porto: ASA Edições.
- Jares, X. R. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Porto: Profedições.
- Jovanic, G. (2011). *The role of education in the treatment of offenders*. *Support for learning*, 26(2).
- Leite, C. (1992). *O que a Escola Rejeita a Prisão Aproveita*. O Professor.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2012). *Investigação Qualitativa Fundamentos e Práticas (5ª Edição ed.)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ludojoski, J. L. (1972). *Andragogia do Educacion del Adulto*. Guadalupe Editora. Mexico.
- Ministério da Justiça (s.d.). <http://www.exocop.eu/sixcms/media.php/13/Portugal%20I.pdf>.

- Moisão, A. (2007). *Medidas de flexibilização da pena de prisão e reinserção social de reclusos no Estabelecimento Prisional Regional de Silves* [Dissertação não publicada]. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, C. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.
- Moreira, S. (2007). *Vidas encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina. Em Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento (Ed.), Seminário Nacional Educar o Outro: as questões de género, dos direitos humanos e da educação nas prisões portuguesas*. Coimbra: Publicações Humanas.
- Negreiros, M. A. (1983). *Reforma do direito penal e intervenção social*. In: Figueiredo, J., *Cidadão delinquente: reinserção social?*. Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Netto, J. O. Dicionário Jurídico Universitário – Terminologia Jurídica e Latim Forense. 1ª ed. São Paulo: Edijur, 2005.
- Oliveira, A. & Galego C. (2005), *A Mediação Sócio-Cultural: um puzzle em construção (Observatório da Imiração:14)*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Oliveira, A. & Freire, I. (2009). *Sobre... a mediação Sócio- Cultural*, Lisboa: ACIDI.
- Palmeirão, C. (2007). *O esforço do nosso tempo...* Cadernos de Pedagogia Social, 1.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação Social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Peres, A. & Vieira, R. (2010). *Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz*. Amarante: APAP e CIID.
- Ministério da Justiça (2004). *Relatório Final da Comissão de Estudo e Debate da Reforma do Sistema Prisional*. Ministério da Justiça: Lisboa.
- Ribeiro, M. C. (1983). *Reinserção social: diferentes perspetivas. A reinserção social de delinquentes*. In: Figueiredo, J. *Cidadão delinquente: reinserção social?* Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Rijo, D., Sousa, M., Lopes, J., Pereira, J., Vasconcelos, J., Mendonça, M., ... Massa, S. (2007). *G. P. S. Gerar Percursos Sociais - Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento social desviante*. Ponta Delgada: Equal.
- Rocha, J. L. M., & Silvério, S. A. M. (2005). *Entre a reclusão e a liberdade*. (Vol. I). Coimbra, Portugal: Almedina.

- Rodrigues, A. (1983). *Polémica atual sobre o pensamento da reinserção social*. In: *Figueiredo, J. Cidadão delinquente: reinserção social?* Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Rodrigues, A. (2014). *Sobre o crime de importunação sexual*, Revista de Legislação e Jurisprudência, Coimbra Editora.
- Sánchez, L. C. (2014). *Valor añadido del trabajo social en mediación*, Madrid: Consejo General del Trabajo Social.
- Santos, B. S. (2003). *A Reinserção Social dos Reclusos - Um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Santos, M. E. (2014). *Que escola? - Que educação? Para que cidadania? Em que escola?* Lisboa: Alfarroba.
- Scarfó, F. (2006). *Educación pública de adultos en las cárceles: garantía de un derecho humano*. Revista Decisio: Saberes para la Acción en Educación de Adultos. Educación de Adultos en Reclusión.
- Silva, A. (2008). *Mediação Formadora e Sujeito Aprendente ao longo da vida*. In *ANAIS (Actas) do IV Colóquio Luso-Brasileiro, VIII Colóquio sobre Questões Curriculares: Currículo, Teorias, Métodos. 2, 3 e 4 de Setembro de 2008*. Brasil: Universidade de Santa Catarina – Florianópolis. Textos convidados.
- Six, J. (1990). *Les temps des médiateurs*. Paris: Le Seuil.
- Smulders, M. (2001). *The Challenge of Adult Education at the Eduardo Mondlane University*. Maputo, Moçambique.
- Soares, R. I. M. (2007/2008). *A um passo da liberdade: estudo sobre a importância das relações familiares para a reinserção social de reclusos em regime aberto*. Lisboa: Serviços Prisionais. Monografia
- Sousa, J. V. (2002). *Mediação*, Lisboa: Quimera.
- Távora, N. (n.d.). *Prisões e Liberdades Provisórias*. <http://www.tc.df.gov.br/ice4/vordf/estudos/penal/prisoas.pdf>
- The Quaker Council for European Affairs (2011). *The Social Reintegration of Ex-Prisoners in Council of Europe Member States*. http://www.cepprobation.org/uploaded_files/rprt-reintegration-full-en-may-2011.pdf.
- Torrego, J. (2003). *Mediação de conflitos em instituições educativas*. Porto: Edições ASA.
- Torremorrell, M. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto editora.

- Travis, J. (2001). But They All Come Back: Rethinking Prisoner Reentry. *Corrections Management Quarterly*, 5(3).
- Travis, J., Solomon, A. L., & Waul, M. (2001). *From prison to home: dimensions and consequences of prisoner reentry*. http://www.urban.org/pdfs/from_prison_to_home.pdf.
- Vasconcelos-Sousa, José (2002), *O que é mediação*. Lisboa: Quimera.
- Vaz, M. J. (n.d.). *Ideais Penais e Prisões no Portugal Oitocentista*. IV Congresso Português de Sociologia.
- Vieira, A. (2013). *Educação e Mediação Sociocultural*. Porto: Afrontamento.
- Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Porto: Profedições, Lda./Jornal a Página.
- Vieira, A. (2014). *Intervenção Social: mediações, prevenção e resolução*. A Página da Educação, n.º Série II.
- Vieira, R. & Vieira, A. (2016). "Mediações Socioculturais: Conceitos e contextos", in Vieira R. et al. *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*. Porto: Afrontamento, Vieira, A. &. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações* (Profedições ed.). Porto: Profedições, Lda. / Jornal da Página da Educação.
- Visher, C. A., & Travis, J. (2003). Transitions from prison to community: Understanding individual pathways. *Annual Review Sociology*.
- UNESCO (1996). *Educação um Tesouro a Descobrir*. Lisboa: Edições Asa.

Legislação

- Artigo 15º do Decreto-Lei Nº 265/79 de 1 de Agosto.
- Artigo 2º do Decreto – Lei nº 215/2012, de 28 de Setembro.
- Artigo 30º da Constituição da República (Constituição da República Portuguesa, 2 de abril de 1976. Título II – Direitos, liberdades e garantias. Capítulo I – Direitos, liberdades e garantias pessoais. Artigo 30º - Limites das penas e das medidas de segurança, ponto 3.)
- Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, 2009.
- Decreto-Lei nº 319/82, de 11 de agosto.
- Decreto-Lei nº 346/91 de 18 de setembro.
- Decreto-Lei nº 24:476 de 8 de setembro.

Decreto-Lei de 27 de Maio de 1911.

Decreto-Lei nº 265/79 de 1 de Agosto.

Decreto-lei nº 98/81 de 22 de janeiro

Decreto-lei nº 48/95 de 15 de março.

Despacho conjunto 451/99 de 1 de junho.

Despachos Conjuntos nº 211/79, de 18/6 e nº 112 ME/83 de 17 de Outubro.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diário da República: I Série n.º57, (1978-3-9), 8 (28º).

Lei 115/2009 de 12 de setembro.

Webgrafia

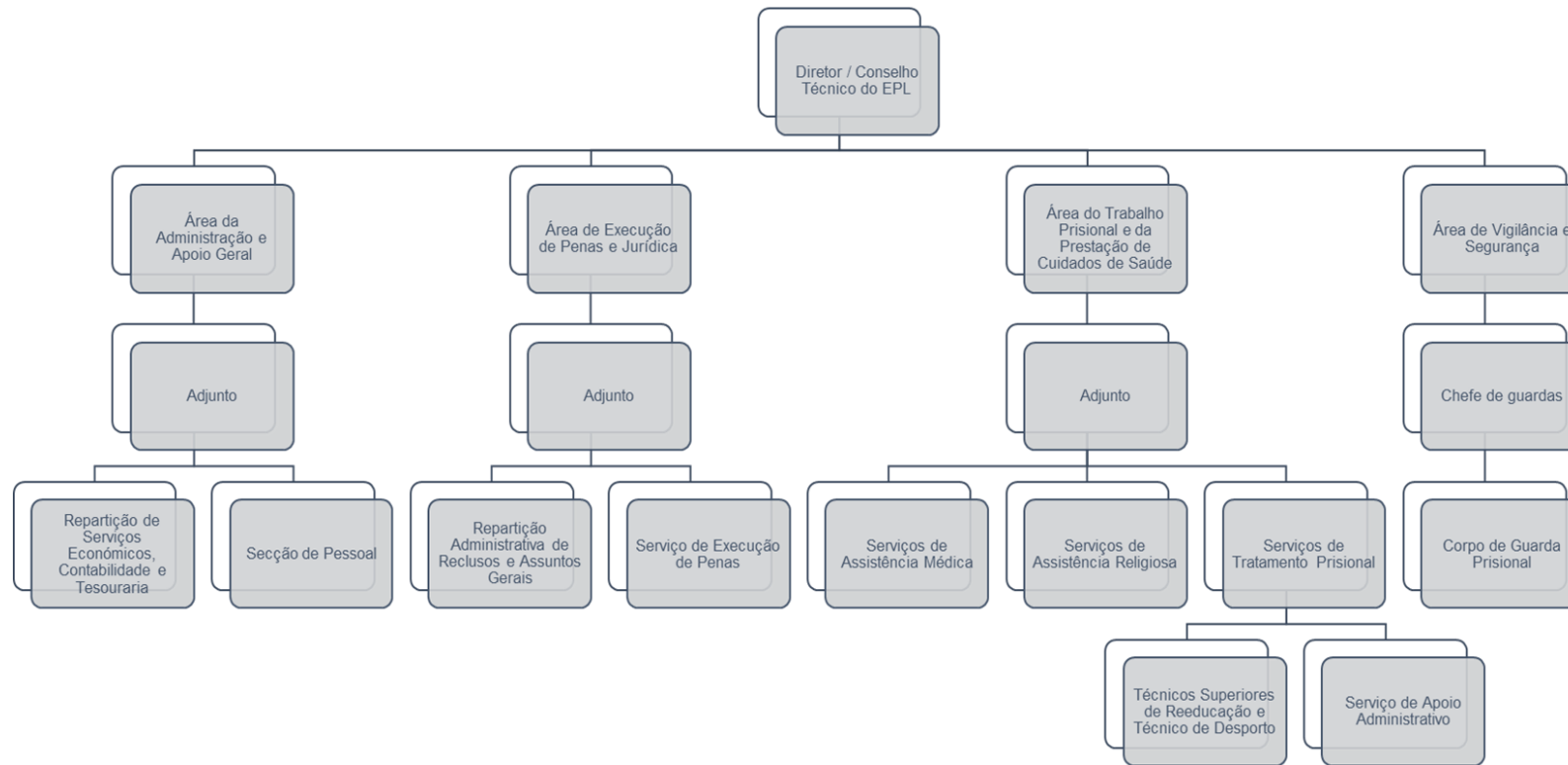
Município de Leiria. (13 de Março de 2018). Acedido em 6 de março de 2018, de

<https://www.cm-leiria.pt/>

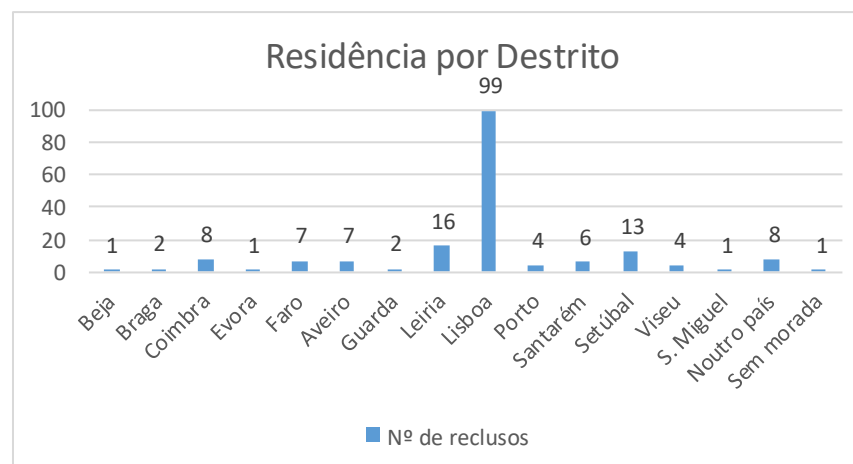
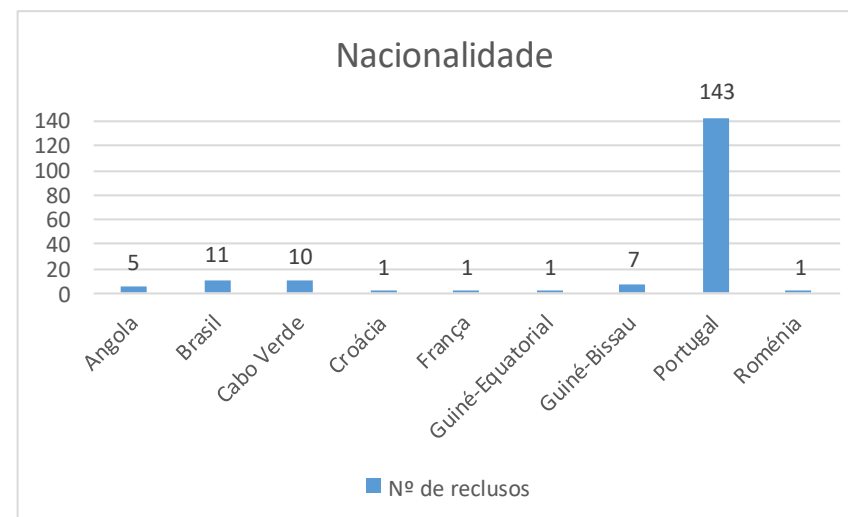
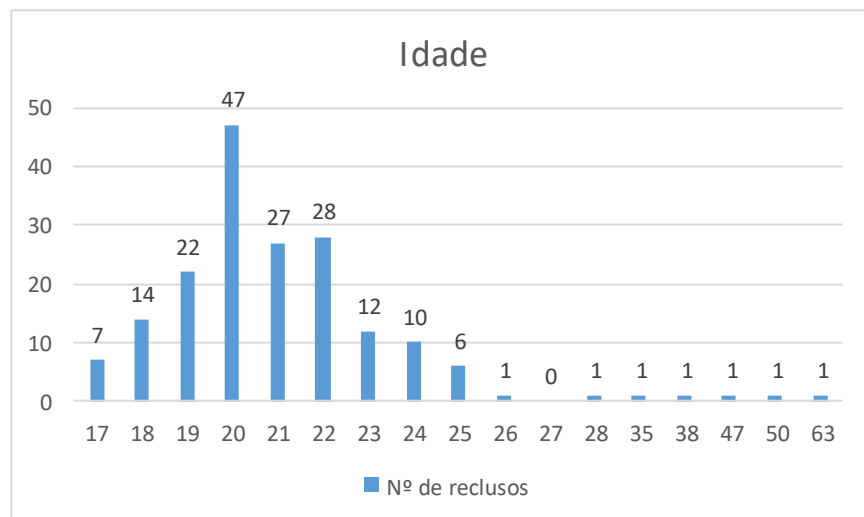
https://www.youtube.com/watch?v=A_yBByQ9QkM Acedido em 30 de março de 2018.

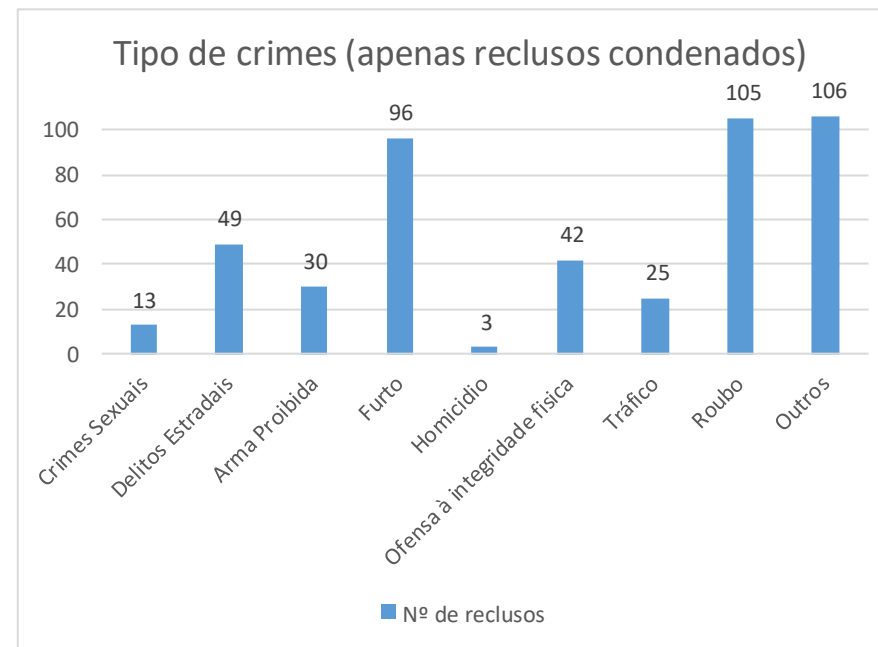
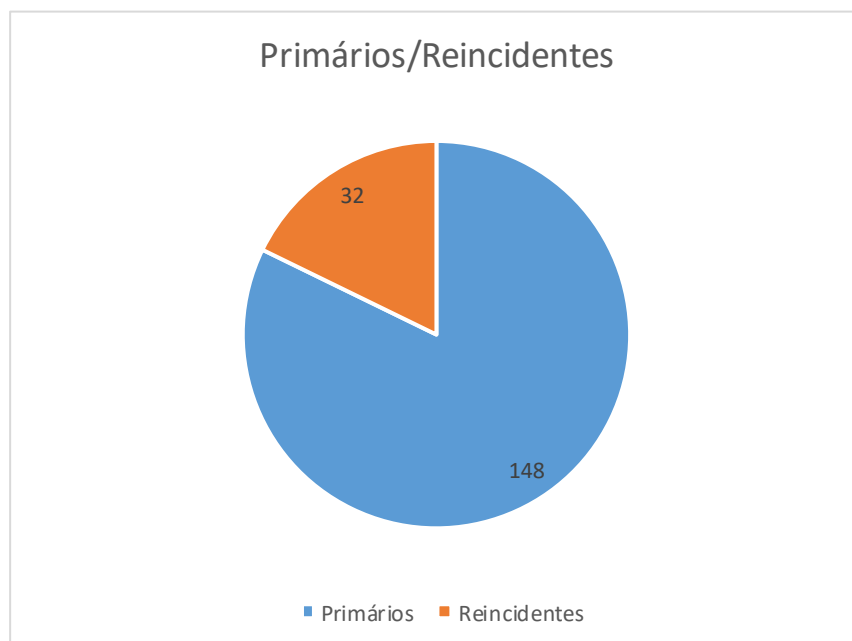
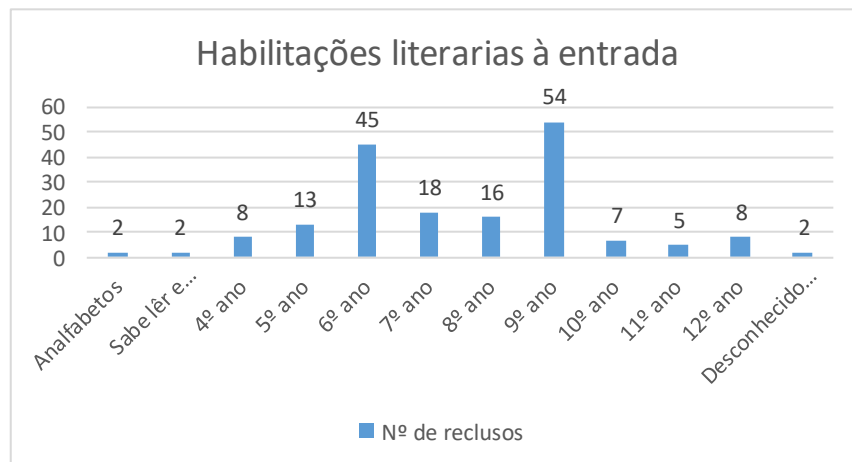
ANEXOS

ANEXO 1- ORGANOGRAMA



ANEXO 2- CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO





FICHA DE AVALIAÇÃO APÓS INGRESSO

– 72 Horas –

Nome:

Nº Mec.:

ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE LEIRIA (JOVENS)

TÉCNICO:

DATA:

1 - DADOS PESSOAIS

1.1. Nome:

1.2. Nº Mecanográfico:

1.3. Nº Interno no Estab. Prisional:

1.4. Filiação:

1.4.1. Pai:

1.4.2. Mãe:

1.5. Data de Nascimento:

1.6. Idade:

1. **ko:**

1.8. Naturalidade:

1.8.1. Freguesia –

1.8.2. Concelho –

1.8.3. Distrito –

1.9. Nacionalidade:

1.10. Documento de Identificação:

1.10.1. Tipo de Documento:

1.10.2. Nº do documento:

1.10.3. Validade do documento:

1.11. Habilitações Literárias:

1.12. Profissão/Ocupação:

1.13. Estado civil:

1.14. Residência:

Lista de contactos telefone:

1.15. Observações (outros dados relevantes para a sua integração neste EP, nomeadamente dieta alimentar, assistência religiosa, identidade cultural e linguística. No caso de recluso estrangeiro, indicar se a situação de permanência no território nacional está, ou não, regularizada)

2 - DADOS RELATIVOS À SITUAÇÃO PRESENTE

2.1. Situações/problema para intervenção imediata:

(Contacto c/ a família, entidade patronal, advogado, médico, etc.):

2.2. Apresentação, estado emocional e reacção à instituição:

3 - SITUAÇÃO JÚRIDICO/PENAL ACTUAL

3.1. Situação prisional:

Preventivo:

Condenado:

3.2. Data da detenção/prisão:

3.3. Circunstâncias em que ocorreu a detenção/prisão:

Motivo/Acusação/Crime:

3.4. Pena (caso seja condenado):

3.5. Postura perante o crime e reacção à pena (caso seja condenado):

4 - OUTROS DADOS DE NATUREZA JÚRIDICO/PRISIONAL

4.1. Já esteve preso anteriormente?

Sim:

☐

Nã

☐

-->Passe à questão 5

4.2. Se sim, indique:

Nº de vezes	Idade	Motivo/Crime	Pena/Decisão Judicial	Estabelecimento Prisional	Data da libertação
1ª					
2ª					

4.3. Caso já tenha estado neste E.P., como passou esse período?

(Ocupação, disciplina, etc.)

4.4. Relativamente às anteriores prisões, como decorreu o cumprimento da pena?

(Castigos, liberdade condicional, saídas precárias, etc.)

5 – ESTADO DE SAÚDE

5.1. Como considera presentemente o seu estado de saúde?

5.2. Alguma vez consumiu drogas?

☐

Sim:

☐

Não:

--->Passe à perg. 5.3.

5.2.1. Contexto psico/social relativo ao consumo de drogas:

5.2.2. Abstinência, recaídas, motivação para o tratamento:

5.3. Consume habitualmente outro tipo de substâncias?

(Tabaco, álcool, medicamentos, etc.)

☐☐

Sim:

Não:

--->Passe à questão 6

5.3.1. Contexto psico/social relativo ao consumo destas substâncias:

6 – PRETENSÃO DE VISITAS

Nome	Grau de parentesco ou vínculo relacional	Área de residência Concelho

7 - APRECIÇÃO GLOBAL

--

ANEXO 4- INTAKE SCREENING

INTAKE SCREENING

(Traduzido do Relatório da OMS/2007- Versão Inglesa)

1. Identificação

Nome:		
Recluso nº:	EP:	Data de entrada:
Situação jurídica	Preventivo: _____ Condenado: _____	
Antecedentes Prisionais	Primário: _____ Reincidente: _____	
Estado civil:	Solteiro: _____ Casado: _____ Divorciado: _____ Viúvo: _____ União de facto: _____	
Moldura penal:	_____ anos Início: __/__/__; ½: __/__/__; 2/3: __/__/__; Termo: __/__/__	
Observações:		

2. Screening:

Dados da literatura nacional e internacional apontam para a probabilidade de o acto suicida poder ocorrer nas primeiras horas de detenção (apesar de não apontarem para uma prevalência do fenómeno neste período), o Screening inicial deverá ser realizado o mais precocemente possível, isto é, nas primeiras horas de detenção/entrada no Estabelecimento Prisional. Para que este procedimento seja o mais eficaz possível, cada recluso entrada (preventivo, condenado, transferido, etc), deverá ser avaliado nesse momento e tantas vezes quantas as mudanças de circunstâncias pessoais ou ambientais ocorrerem no seu percurso. Assim, há a necessidade de proceder a uma avaliação recorrendo a um instrumento simples, que apresente indicadores claros, para que possa ser aplicado na sua totalidade por qualquer Técnico que proceda à Entrevista de Ingresso do recluso. Em regra, os questionários de entrada deverão conter itens relacionados com factores de risco estáticos

(variáveis históricas e demográficas), bem como dinâmicos (variáveis situacionais e pessoais). Em contexto prisional, a presença/resposta afirmativa a pelo menos um (ou mais) dos indicadores abaixo revelados deverá ser interpretada como indicador de risco acrescido de suicídio, o que, consequentemente, deverá desencadear procedimentos no sentido de encaminhar o recluso para uma intervenção adequada (ver PIPS):

Factor / Variável de risco de Suicídio	SIM
O recluso aparenta estar intoxicado e/ou tem antecedentes de abuso de substâncias.	
O recluso expressa, de forma pouco habitual, elevados níveis de vergonha, culpa e preocupação excessiva com a detenção ou reclusão.	
O recluso expressa desesperança ou medo acerca do futuro, ou mostra sinais de depressão, tal como choro, ausência de emoções, falta de expressões verbais.	
O recluso admite pensamentos recorrentes acerca do suicídio (é errado pensar que é perigoso questionar o recluso sobre se ele/ela está a pensar em suicídio, não sendo por isso que o recluso fica com "ideias").	
O recluso já recebeu, anteriormente à reclusão, tratamento para uma doença mental.	
O recluso sofre actualmente de uma patologia psiquiátrica ou age de forma bizarra e pouco usual, nomeadamente dificuldades de concentração, falar sozinho, ouvir vozes.	
O recluso já cometeu uma ou mais tentativas de suicídio e/ou admite que o suicídio é, actualmente, uma solução aceitável.	
O recluso admite que está a planear o suicídio (também familiares e outros reclusos deverão ser tidos em consideração).	
O recluso admite ou aparenta ter fracos recursos de suporte, quer a nível interno quer a nível externo.	
Os elementos das forças de segurança que transportaram o recluso acreditam que apresenta risco de suicídio.	
Registos de internamentos/detenções anteriores indicam que o recluso teve risco de suicídio.	

3. Apreciação/Parecer do Técnico:

Pensa que o recluso(a) se encontra em risco e deve ser encaminhado para avaliação psicológica? Sim ☐ Não ☐

Justifique, identificando os números das perguntas, aos quais o recluso respondeu sim, que sustentem o seu parecer

Data: __/__/__ O Técnico Superior de Reeducação: _____

AVALIAÇÃO

1. Identificação

N.º Mecanográfico:

1.1. Dados pessoais

Nome:			
Data de Nascimento:	Estado civil:	Sexo: <input type="text"/>	
Filiação: Pai:			
Mãe:	<input type="checkbox"/>		
Naturalidade:	<input type="checkbox"/>	Indocumentado	
Nacionalidade:	<input type="checkbox"/>	CC. N.º:	
Habilitações literárias:	<input type="checkbox"/>	Passaporte N.º:	
Profissão/Ocupação:	<input type="checkbox"/>	Outro Doc.:	
Residência:			

1.2. Situação jurídico-penal

Preventivo:	<input type="text"/>	Data da detenção:	
	<input type="text"/>		
Condenado:		Pena:	
Contagem de Pena:			
Início:	1/4:	1/2:	2/3:
			5/6:
			Termo:
N.º Processo Actual:		Tribunal:	
Processos Pendentes: Sim :	<input type="text"/>	Não:	<input type="text"/>
Tipo de Crime:			
Antecedentes Criminais: Sim:	<input type="text"/>	Não:	<input type="text"/>

2. Enquadramento socio-familiar e comunitário

2.1. Suporte e apoio familiar

2.2. Integração e relacionamento familiar

2.3. Meio socio-residencial

2.4. Imagem comunitária do recluso

2.5. Situação económica e habitacional

--

3. Competências básicas

3.1. Qualificação escolar

Em meio livre	Em meio prisional

3.2. Qualificação profissional

Em meio livre	Em meio prisional

3.3. Percurso laboral

Em meio livre	Em meio prisional

4. Competências pessoais e sociais

4.1. Características pessoais

Em meio livre	Em meio prisional

4.2. Relacionamentos sociais

Em meio livre	Em meio prisional

4.3. Ocupação dos tempos livres

Em meio livre	Em meio prisional

5. Saúde

5.1. Problemas de saúde

Em meio livre	Em meio prisional

5.2. Programas de tratamento

Em meio livre	Em meio prisional

5.3. Internamentos

Em meio livre	Em meio prisional

6. Atitudes face ao comportamento delituoso

6.1. Atitude face ao crime

--

6.2. Atitude face à vítima

--

7. Atitude em meio prisional/disciplina

--

ESTABELECIMENTO PRISIONAL Leiria (Jovens)

TÉCNICO:

DATA:

PLANO INDIVIDUAL DE READAPTAÇÃO*

NOME:

N.º MECANOGRÁFICO:

ESTABELECIMENTO PRISIONAL:

TÉCNICO:

DATA:

1. Área de competências básicas

* O Plano Individual de Readaptação é elaborado a partir do diagnóstico das necessidades por áreas específicas, que resulta da avaliação do recluso, contemplando os objectivos a alcançar, as acções a desenvolver, o tempo previsível para a sua aplicação e os recursos necessários a sua concretização.

1.1. Inserção em actividades escolares e acções de formação profissional

--

1.2. Inserção laboral

--

2. Área de competências pessoais e sociais

2.1. Inserção em actividades sócio-culturais e desportivas

--

2.2. Inserção em programas de treino de competências pessoais e sociais

--

3. Área de saúde

--

4. Área socio-familiar e comunitária

4.1. A nível socio-familiar

--

4.2. A nível comunitário

--

5. Preparação para a liberdade

--

6. Adesão ao Plano

--

Técnico

Recluso

ANEXO 7- AVALIAÇÃO DE LIBERDADE CONDICIONAL

RELATÓRIO

LIBERDADE CONDICIONAL

TRIBUNAL DE EXECUÇÃO DE PENAS DE:

NOME:

Nº Mec.:

ESTABELECIMENTO PRISIONAL:

TÉCNICO:

DATA:

1. Identificação

1. N.º B.I.:

N.º Passaporte:

Outro Doc.:

1.2. Filiação:

1.2.1. Pai

1.2.2. Mãe

1.3. Data de Nascimento:

1.4. Idade:

1.5. Naturalidade: 1.5.1. Freguesia:

1.5.2. Concelho:

1.5.3. Distrito:

1.6. Nacionalidade:

1.7. Habilitações literárias:

1.9. Profissão/Ocupação:

1.8. Profissão/Ocupação:

1.9. Estado civil:

1.10. Residência:

1.11. Tel.:

2. Situação jurídico-penal

2.1. Proveniência/Data de Entrada no Estabelecimento:

2.2. N.º Processo Actual:

Tribunal:

2.3. Tipo de Crime:

Pena:

2.4. Contagem de Pena:

Início: **1/4** **1/2:** **2/3:** **5/6:** **Termo:**

2.5. Perdões/Indultos:

2.6. Processos Pendentes:

Tribunal:

3. Antecedentes pessoais, criminais e prisionais

--

4. Evolução durante o cumprimento da pena

4.1. Atitude face ao crime e reacção à pena

--

4.2. Comportamento e disciplina

--

4.3. Integração e desempenho laboral

--

4.4. Qualificação escolar e/ou profissional

--

4.5. Integração noutras actividades sócio-culturais e/ou programas específicos

--

4.6. Saúde

--

4.7. Medidas de flexibilização da pena

--

4.8. Apoios do exterior e relacionamento sócio-familiar

--

5. Perspectivas de reinserção social

5.1. Competências pessoais e sociais

--

5.2. Motivação para a mudança

--

5.3. Enquadramento sócio-familiar e profissional

--

6. Avaliação e Parecer

--

ANEXO 8- CONVOCATÓRIA DE CTI E CTE

Convocatória de CTI

CONVOCATÓRIA

Conselho Técnico do Estabelecimento Prisional

Acta n.º 842

Em cumprimento do artigo 5.º da Portaria n.º 286/2013, de 9 de Setembro, convoco o Conselho Técnico do Estabelecimento Prisional para o dia _____, pelas _____ horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Reclusos entrados: avaliação no prazo de 72 horas após o ingresso (artigos 19.º, n.º 1, 2 e 3, do CEPMPL, e 19.º do RGEF)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS

2. Avaliação dos reclusos para programação do tratamento prisional adequado ou elaboração do PIR:
prazo de 60 dias após o ingresso (artigo 19.º, n.º 4, 5 e 7, do CEPMPL)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS
------	-------------	-------

3. Aprovação e actualização de PIR (artigos 68.º, n.º 2, e 70.º, n.º 1, do RGEF)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS ¹

¹ Indicar se se trata da aprovação ou da actualização do plano individual de readaptação.

4. Colocação laboral (artigo 79.º, n.º 3, do RGEF)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS ²

² Indicar actividade / sector laboral e se se trata de início ou cessação de funções.

5. Colocação em regime aberto no interior (artigo 180.º, n.º 3, do RGEF)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS ³

³ Indicar quando se tratar de cessação.

6. Colocação em regime aberto no exterior (artigo 181.º, n.º 2, do RGEP)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS ^d

^d Indicar quando se tratar de coação.

7. Pedido de licença de saída administrativa de curta duração (artigos 80.º do CEPML, e 189.º do RGEP)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS

8. Aplicação de medida disciplinar (artigos 112.º, n.º 3, do CEPML, e 167.º, n.º 2, do RGEP)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS
------	-------------	-------

9. Outras situações (artigo 5.º, n.º 4, da Portaria n.º 286/2013, de 9 de Setembro)

NOME	N.º INTERNO	NOTAS ^d

^d Indicar qual a situação em análise.

Estabelecimento Prisional de Leiria (Jovens)

O Director

Convocatória de CTE

Conselho técnico em

LIBERDADE CONDICIONAL

	<i>PROC/ NÚMERO</i>	Nome	Observações

Saídas Jurisdicionais

Nome	Numero interno	Dias	Observações

ANEXO 9- ATIVIDADES REALIZADAS PELAS ESTAGIÁRIAS

9.1- A teia

Objetivo: Apresentação nos grupos; conhecimento mútuo; a importância de cada um assumir a sua parte na vida.

Participantes: 20 pessoas.

Tempo Estimado: 10 a 15 minutos.

Material: Um rolo (novelo) de fio ou lã.

Descrição: Dispor os participantes em círculo.

O coordenador toma nas mãos um novelo (rolo, bola) de cordão ou lã. Em seguida prende a ponta do mesmo em um dos dedos de sua mão.

Pedir para as pessoas prestarem atenção na apresentação que ele fará de si mesmo. Assim, logo após se apresentar brevemente, dizendo que é, de onde vem, o que faz etc, joga o novelo para uma das pessoas à sua frente.

Essa pessoa apanha o novelo e, após enrolar a linha em um dos dedos, irá repetir o que lembrou sobre a pessoa que terminou de se apresentar e que lhe atirou o novelo. Após fazer isso, essa segunda pessoa irá se apresentar, dizendo quem é, de onde vem, o que faz etc...

Assim se dará sucessivamente, até que todos do grupo digam seus dados pessoais e se conheçam. Como cada um atirou o novelo adiante, no final haverá no interior do círculo uma verdadeira teia de fios que os une uns aos outros.

Pedir para as pessoas dizerem:

- O que observaram;
- O que sentem;
- O que significa a teia;
- O que aconteceria se um deles soltasse seu fio etc.

Mensagem: Todos somos importantes na imensa teia que é a vida; ninguém pode ocupar o seu lugar.

9.2- Juventude e Comunicação

Objetivo: Criar comunicação fraterna e madura.

Desenvolvimento: distribuir aos participantes papel e convidá-los a fazer um desenho de um homem e uma mulher.

Anotar na figura:

Diante dos olhos: as coisas que viram e mais o impressionaram.

Diante da boca: 3 expressões (palavras, atitudes) dos quais se arrependeu ao longo da sua vida.

Diante da cabeça: 3 idéias das quais não abre mão.

Diante do coração: 3 grandes amores.

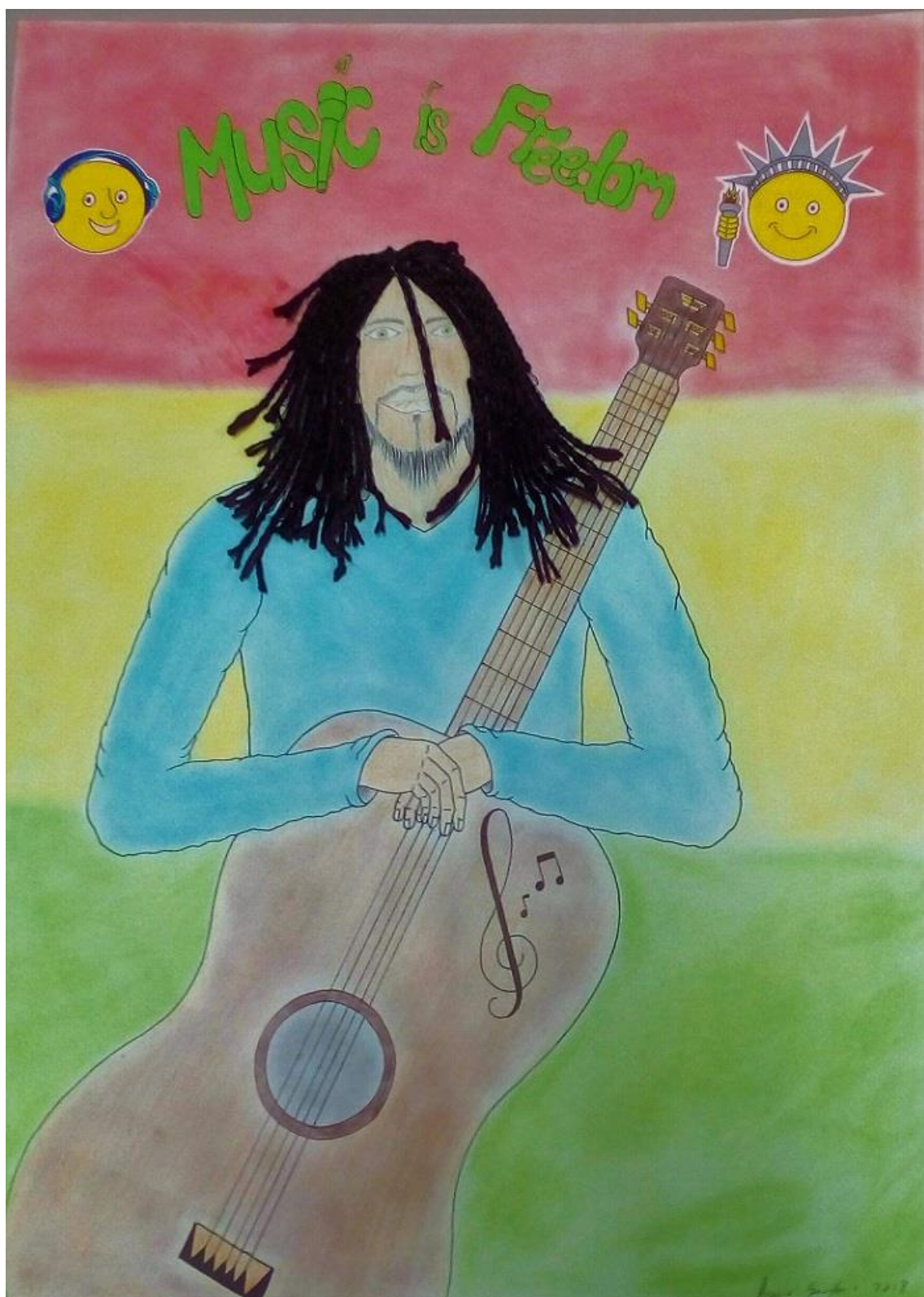
Diante das mãos: ações inesquecíveis que realizou.

Diante dos pés: piores enroscadas em que se meteu.

Comentário:

- Foi fácil ou difícil esta comunicação? Porquê?
- Este exercício é uma ajuda? Em que sentido?
- Em qual anotação sentiu mais dificuldade? Porquê?
- Este exercício pode favorecer o diálogo entre as pessoas e o conhecimento de si mesmo? Porquê?

ANEXO 10- CARTAZ REALIZADO PELO RECLUSO



ANEXO 11- INFORMAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO CARTAZ



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PARECER

Concordo.
A proposta segue o modelo
organizativo dos concursos
realizados nos 3 últimos
anos, onde a DGRSP foi
participante.
É de autorizar a divulgação
pelo CP para a participação
nos termos do regulamento
que se anexa.
A considerar superior.

CHEFE DE EQUIPA DO

17.01.2018
Regina Branco

DESPACHO

Concordo.
Divulgue-se pelo estabelecimento
prisional.

17.01.2018

Isabel Antunes
Subdiretora-Geral

Informação Nº: 02/CCGPATP/ASC/12. 01.2018

Assunto: Participação da DGRSP no 6º Concurso Internacional de Cartazes sobre o tema Reggae

À semelhança de anos anteriores, vem novamente este Centro de Competências, apresentar proposta de participação no **"6th INTERNACIONAL REGGAE POSTER CONTEST 2017" (IRPC 2017)**.

O Concurso Internacional de Cartazes de Reggae pretende apelar a uma consciência para a música Reggae positiva, assim como, comemorar as realizações globais de Reggae e o seu impacto no mundo tendo como objetivo dar a conhecer e promover Designers que através do seu talento e criatividade apresentam os seus trabalhos com a energia e vibração da música Reggae.

Os participantes devem criar um cartaz sobre Reggae Music com a sua criatividade, podendo se inspirar em Ska, Rocksteady, Roots Reggae, Dub, Dancehall, Soundsystem jamaicano, cantores, produtores e instituições que promovem a música pelo mundo.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Centro de Competências para a Gestão da Programação e das Atividades do Tratamento Prisional
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853653
Apartado 21207 – 1133-001 Lisboa

ANEXO 12- GUIÃO DA ENTREVISTA

Guião de entrevista

Esta entrevista foi elaborada enquadrada num trabalho do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, na qual ainda frequento.

Pretendo procurar saber quais os motivos que vos leva a abandonar o ensino aqui no EP.

É importante que se sinta à vontade e que seja o mais honesto possível. Não há respostas certas ou erradas, o importante é recolher a sua opinião. Esta entrevista, se autorizar, será gravada para melhor tratamento da informação. A entrevista será apenas usada para efeitos de investigação e é garantido o anonimato dos dados recolhidos.

Data da entrevista:

Idade:

Data de entrada no EP:

Que ocupações tinha no exterior?

Qual o ano de escolaridade que tinha quando chegou ao EP?

Que tipo de ensino frequentava?

No exterior teve acompanhamento escolar? De quem?

Estas pessoas eram presentes na sua vida escolar? Em quê?

Como era o seu grupo de amigos da escola?

Gosta da escola? Porquê?

Porque razão não progrediu os estudos no exterior?

No EP escolheu continuar a estudar? O que o motivou? O que pretendeu alcançar com a continuidade da formação?

Qual é a importância e o interesse das matérias lecionadas na escola/formação?

Quais os motivos que o levaram a abandonar a escola/formação profissional?

Na sua opinião acha que a escola/formação é fundamental para o futuro? Porquê?

Qual é a sua opinião em relação à escola/formação no EP? Acha que é importante mudar alguma coisa em relação à escola/formação? Se sim, o quê?

ANEXO 13- TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevistas do E

A entrevista iniciou-se a explicar o fundamento da entrevista e com a assinatura do consentimento da entrevista.

Data da entrevista: 2018-07-25

Idade: 20 anos

Data de entrada no EP: 2017-10-18

Que ocupações tinha no exterior?

E: Não tinha ocupações, já trabalhei em entrega de publicidade e entregas de eletrodomésticos ao domicílio

E despediu-se?

E: Não, era quando havia, quando não havia não trabalhava

Qual o ano de escolaridade que tinha quando chegou ao EP?

E: É sempre o mesmo, 6º

E não quer continuar os estudos?

E: Não, é verdade, vou estar a mentir? Não tenho paciência

Mas acha que vai continuar sempre sem paciência?

E: Eu não quero ficar aqui (neste estabelecimento prisional), aqui não me dá vontade para fazer nada, não tenho visitas, não tenho nada, eu preciso primeiro de apoio moralmente para eu continuar a tar aqui normal, que não tenho apoio de família, só tenho por telefone, vou tar aqui o que? Feliz e contente? Não vejo a minha mãe, se lhe acontece alguma coisa lá fora?

Já não vê a sua mãe há quanto tempo?

E: Há quase um ano. Ela não me vem visitar, ela aqui só veio duas vezes.

Ela não tem apoio para vir cá visitá-lo?

E: Não.

Da Câmara ou da Junta de Freguesia?

E: Nada.

Mas ela pode pedir isso.

E: Mas ela trabalha também, ela vai deixar de trabalhar? Ela esta sozinha em casa, tem água, luz, gás, comida, tudo para pagar sozinha.

O que é que a sua mãe faz?

E: Ela trabalha na copa de um restaurante. É por isso que não quero sair do pavilhão, prefiro estar sozinho.

Mas porquê?

E: Porque prefiro estar sozinho, fechado na cela.

Mas você agora está melhor E.

E: Então agora tou melhor porque a minha pena baixou e quero ir embora.

A sua pena é de quanto tempo agora?

E: É de sete.

Sete anos?

E: Sete anos. E agora quando sair daqui (do gabinete) vou pedir a minha precária.

E já cumpriu quantos anos E?

E: Um e oito. Fez ontem um e oito.

E não tem mais nada para cumprir?

E: Quer mais do que aquilo que eu já tenho?

Não, mas não tem mais nenhum processo pendente?

E: Eu acho que não. Eu não sei, fiz tanta porcaria, que eu já não sei o que é que tenho pendente.

Você aqui podia fazer alguma coisa boa.

E: O N, saiu da faxina, o que era bom bom era eu ir para faxina, houve lá confusão com o N, andou a porrada logo de manhã, saiu da faxina, posso ir eu para faxina. Eu lá no algarve (no E.P. do Algarve) trabalhava como faxina.

Porque ele andou à pancada?

E: Opa não sei, é entre eles.

Você não sabe nada?

E: Não, estava fechado.

Você tem o ½ da pena em Agosto de 2020.

E: Pronto tá a ver? A faxina para mim era bom.

Era uma hipótese. E como está condenado.

E: Mais me ajuda ainda.

Mas depois deveria ser incluído numa formação.

E: Não não.

Uma formação mais prática.

E: Desculpe lá mas não.

Você gosta de artes e pinturas?

E: Eu prefiro limpar o pavilhão.

Pronto, mas vai haver aqui uma ação/projeto/programa de pintura de artes, não será todos os dias, será um dia e meio, dois dias por semana.

E: Onde?

No pavilhão onde fazem a Ópera.

E: Não, não quero.

Seria bom para casos como E para fazer, você não perdia a atividade de faxina e também fazia isso, para a sua cabeça ainda ficar mais ocupada.

E: Agradeço mas não quero.

Você é um bocado casmurro.

E: Eu? Não sei, depende das pessoas que me atenderem.

Quando você mete uma coisa na cabeça. Você já percebeu onde a sua casmurrice o trouxe. Já?

E: Um bocado, mas isso também não é o fim do mundo. Não nasci aqui, não heide morrer aqui, tenho vida lá fora.

Exatamente e ainda é muito novo.

E: Claro, ainda tenho muito para viver. O meu fim da pena é em 2024.

E de certeza que sai antes.

E: Vamos a ver como vão correr as coisas.

Pelo menos aos 5/6 vai ter de sair, é obrigatório, em 2023.

E: Já não digo nada, posso sair antes como não posso.

Mas também pode sair aos 2/3 da pena, em 2021. Tem é de fazer coisas boas para conseguir sair.

E: Não, se é escola não quero, prefiro levar até ao fim, seja aqui seja noutra cadeia.

Tem irmãs E?

E: Tenho duas irmãs. Uma em Inglaterra e outra ali em Lisboa.

E elas estão bem? Trabalham?

E: A que ta em Inglaterra trabalha, a de Lisboa não sei.

E elas nunca tiveram problemas com a justiça? Problemas graves?

E: Acha? Os homens é que são sempre tolos.

Não pensem não é? Os homens só pensam com os músculos.

E: Mas ainda bem que vim parar aqui.

Se não?

E: Podia estar na terra. Com a vida que eu levava.

E e o seu pai? Você fala com o seu pai?

E: Não, não quero saber dele.

Mas sabe quem é?

E: Só sei que ele é cabo-verdiano. De resto..

Você cresceu sempre sem pai? Nunca teve um padrasto?

E: Tenho padrasto.

E dá-se bem com ele?

E: Eu dou-me bem com ele mas só posso contar com a minha mãe e com a minha irmã mais velha, de resto.

A mais velha é a que está em Londres?

E: Sim, é a mais velha que tá lá.

A sua mãe tem quantos anos?

E: 50, sei lá, 52, 53, por volta disso.

Porque é que o E ficou assim sempre revoltado com a vida?

E: Não quero falar sobre isso, prefiro não falar.

A sua irmã mais velha tem quantos anos?

E: Tem 24.

E você cresceu com a sua irmã?

E: Minha irmã, minha irmã mais nova e minha mãe e meu padrasto.

E elas não o ajudavam? Não davam mimo? Afetos?

E: Não quero falar sobre isso. Não quero falar sobre a minha vida passada. Eu tenho é que ver a minha vida daqui para a frente, para trás já passou. Não há nada que pode mudar.

Mas você neste momento é consequência do que?

E: Do meu passado, mas a mim não me interessa. É tenho é de pensar na frente.

Mas você percebe isso? Entende?

E: Eu entendo mas o que é que vai mudar?

Que tipo de ensino frequentava?

E: PCA e depois fui para o PIEF na Lagoa.

Você teve no PIEF e depois fez o 6º ano e depois foi embora? Ou fez o 6º ano numa turma PIEF?

E: Fiz o 6º ano no PCA, 5º para 6º em Portimão, depois fui para Estômbar e depois é que fui para a Lagoa.

Frequentar uma turma PIEF?

E: Depois da Lagoa foi o PIEF.

E foi aí que acabou o 6º ano?

E: Não, já tinha. Entrei no 6º faltava-me só um ano para acabar o 7º, o 8º e o 9º e eu desisti.

Então Foi através de PCA que fez o 6º ano?

E: Sim.

E depois frequentou uma turma PIEF onde não conclui o 9ºano?

E: Sim.

Então você foi sinalizado pela escola, porquê?

E: Pelos comportamentos e pelas substâncias que levava na cabeça para as aulas.

Você começou a consumir substâncias psicotóxicas com quantos anos?

E: Prai com 10, na praia.

O quê? Haxixe?

E: Haxixe e tabaco ao mesmo tempo.

E fumava outras coisas?

E: Isso foi só a partir dos 17.

Saiu da escola com quantos anos?

E: Acho que foi com 15/16, sei lá, para ir trabalhar.

E foi trabalhar para quê?

E: Publicidade.

Era só as vezes?

E: Não, isso era todos os dias, entrega de eletrodomésticos é que era de vez enquanto.

Isso lá em Portimão?

E: Sim.

No exterior teve acompanhamento escolar? De quem?

E: Acha que eu levava trabalhos de casa? (risos) Não tinha.

E a sua irmã não o ajudava?

E: Acha que eu levava para casa? Eu chegava no outro dia à escola agarrava num caderno do outro e copiava.

Mas sua mãe ia a reuniões?

E: Ia, ia sempre. Matava-me em casa quando sabia de alguma coisa. (risos)

Como era o seu grupo de amigos da escola?

E: Não tinha grupos, não gosto de grupos.

Então?

E: Gosto de estar sozinho.

Você fazia os crimes sozinho?

E: Tudo sozinho. Aqui não há xibarias atrás de mim. Se eu me queimar queimo-me a mim próprio.

E na escola não fazia delitos?

E: Apanhavam-se a jeito.

Então roubava na escola?

E: Roubava.

Telemóveis? Os lanches?

E: Lanches? Lanches para quê? Eu quero é coisas que deem dinheiro.

Por exemplo?

E: Telemóveis, psp's, portáteis.

Gosta da escola?

E: Não, odeio.

Porquê?

E: Não me dá interesse em ir à escola.

Você lembra-se do primeiro dia que foi à escola?

E: Lembro-me.

Ia a chorar?

E: Não, ia normal. Ia para a escola, ia fazer o quê?

E na escola aconteceu alguma coisa grave para você detestar assim tanto a escola?

E: Não, eu já cheguei a mandar uma cadeira a uma professora grávida.

Na escola primária?

E: Sim. Por me ter amarrado com fita-cola.

Amarrou-o com fita-cola?

E: Sim, e eu com um cliper andei a picar a picar sai da fita-cola agarrei e atirei-lhe a cadeira. Fui suspenso da escola durante 1 mês.

E porque é que ela fez isso?

E: Não sei, mas recordo-me disso.

Tinha o quê? 7/8 anos?

E: Por volta disso. Cheguei a casa nunca mais. Ainda por cima contado pela minha irmã, ela acrescenta sempre mais alguma coisinha.

Você na altura não tinha ajuda de psicólogos?

E: Depois disso é que passei a ter. E deram-me essas medicações maradas. Mas depois deixei de tomar por causa da ganza. Fazia o mesmo efeito, acalmava.

Em vez de tomar a medicação fumava haxixe.

E: Ya. A minha mãe é que me deu a escolher à frente do médico. A minha mãe falou à frente do médico o meu filho consume haxixe e está a tomar essa medicação, qual é os problemas que isso pode trazer? Ele diz que o coração podia parar e eu disse-lhe então olhe tire a medicação daí que eu não tome mais isso.

E mas não teve ajuda de nenhum psicólogo na altura?

E: Na altura não mas depois comecei a ter, até a casa iam, eram muita chatos pah. Eu não gosto de pessoas chatas. Eu gosto de ser chato mas não gosto que as pessoas me chateiem. (Risos)

E nada disso resultou?

E: Não, porque eu faço o meu mundo na minha cabeça, eu faço a minha maneira e depois faço da maneira que eu bem decidir. E quando tenho um pensamento ninguém me tira. Fui obrigado a viver assim.

Temos de ser flexíveis E.

E: Eu tenho muito para cair e para me levantar.

Se fosse tem esse pensamento rígido é mais difícil você ouvir os outros e mudar. Ninguém nasce sozinho, ninguém aprende sozinho.

E: Eu sei mas eu prefiro aprender sozinho.

Pois, mas o seu problema foi esse.

E: Por eu ter de aprender sozinho é que estou aqui.

Você tem capacidade, podia fazer coisas boas para si, como ir à escola, ir a atividades. Pronto, porque razão não progrediu os estudos no exterior?

E: Não me apeteceu, preferi desistir para ir trabalhar.

E no EP escolheu continuar a estudar?

E: Escolhi mas arrependi-me.

Então que se passou?

E: Aquilo é crianças que tá ali. A professora quando está a dizer alguma coisa eles estão a falar e palhaçadas por cima, isso é o que? Isso a mim não me dá graça de ir a escola pra isso fico na cela, fico a dormir.

E o que o motivou a ir à escola aqui no EP?

E: Obrigação do dr. Joel (risos). Estou a ser sincero.

Qual é a importância e o interesse das matérias lecionadas na escola/formação?

E: Neste momento nenhuma.

E antes quais eram?

E: A única coisa de engraçado era ali o campo da bola e o último curso com a professora magrinha.

Sim a professora M.P. formar para integrar.

E: Por acaso era interessante se aqueles indivíduos não fizessem palhaçadas.

Quais os motivos que o levaram a abandonar a escola/formação profissional?

E: Foi aquela turma de otários e a falta de vontade.

Na sua opinião acha que a escola/formação é fundamental para o futuro?

E: Aqui dentro não mas lá fora é.

Porquê?

E: Porque muitos trabalhos pedem mais anos de escola do que tenho.

Você pensa tirar o 9º ano E?

E: Não sei. Se precisar dele para alguma coisa vou ser obrigado a tirar.

Qual é a sua opinião em relação à escola/formação no EP? Acha que é importante mudar alguma coisa em relação à escola/formação? Se sim, o quê?

E: Os alunos. Com mais interesse. Gostaria de me inscrever num curso de mecânica mas não há aqui, se houvesse até era capaz de me enfiar lá para dentro.

Quer dizer mais alguma coisa E?

E: Quando é que me abrem as portas para me ir embora?

Entrevista do D

A entrevista iniciou-se a explicar o fundamento da entrevista e com a assinatura do consentimento da entrevista.

Data da entrevista: 2018-06-27

Idade: 20 anos

Data de entrada no EP: 15-05-2015

Que ocupações tinha no exterior?

D: Não fazia nada, andava na escola, num curso, andei pouco tempo, depois andava só a passear.

Que curso frequentava no exterior?

D: Eletrónica e arrumação de comando.

Depois começou a faltar às aulas?

D: Infelizmente sim.

Que equivalência lhe dava o curso?

D: Equivalência ao 12º ano.

Qual o ano de escolaridade que tinha quando chegou ao EP?

D: 9º ano

Que tipo de ensino frequentava?

D: Aquilo era uma escola profissional, Escola profissional de Salva Terra de Magos, e era esse curso

No exterior teve acompanhamento escolar? De quem?

D: Como assim? Tive explicações quando estava no 6º ano.

Sim, mas a sua mãe acompanhava/ajudava o seu percurso escolar? Ajudava-o?

D: Não, era mais o meu avô, o meu avô é que tinha paciência para isso, a minha mãe não tinha.

Estas pessoas eram presentes na sua vida escolar? Em quê?

D: O meu avô era.

Como era o seu grupo de amigos da escola?

D: Ui, o meu grupo de amigos é um grupo que não me devia ter metido com eles.

Eram assim muito maus?

D: Foi porque quando fui para o 5º ano, não sei porquê meteram-me noutra turma. Meteram-me no 5º PA, que é o percurso alternativos.

Porque isto aconteceu?

D: Não sei, era só marmões e chungaria tudo lá pa coise, era com cada um.

E era tudo mais velho?

D: O mais velho tinha 23 anos, veja lá. Era o mais puto de lá.

Mas havia algum relatório medico, algum relatório psicológico?

D: Não, entrei memo para lá. E depois perguntei então, porque a minha turma toda foi para o 5º E, eu devia era tar naquela turma, mas não mandaram-me foi para o PA, lá com os mais velhos, com os malucos e o caraças.

E ninguém, como a sua mãe, falou sobre isso?

D: Não, depois chumbei nesse ano também, depois quando acabou esse ano fui para uma turma normal. Mas eu quando entrei memo na secundária, como vocês dizem, fui logo para essa turma, eramos 12 praí, 12 ou 13. Pessoal mais velho, já viu. O mais velho tinha pai 23.

E a sua professora da primária não fez um relatório sobre isso? Você era mau comportado na escola?

D: Não era mau comportado, até ao 4º ano não era.

Reprovou algum ano na primária?

D: Chumbei no 3º ano.

Porque reprovou?

D: Foi por faltas.

Já no 3º ano?

D: Ya foi por causa da morte do meu pai e não sei o que, deixei de ir. Depois passei para o 4º ano e consegui fazer o 4º ano todo limpinho e passei para o 5º e do 5º fui para o PA e depois do 5º não passei mais.

Mas porque lhe puseram nessa turma especial?

D: Não sei, é assim as coisas depois ninguém se responsabiliza. Se eu não tivesse ido paquela turma logo no princípio já podia tar no 12º ano. Acredito que sim.

Pois, as coisas corriam de forma diferente, se calhar.

D: Muito melhor. Mas não era só coise nos intervalos ia tudo fumar ganzas e depois ia tudo pedrado pa lá, só atrofiar e não sei que.

Você tinha quantos anos 12/13 anos?

D: Tinha praí 14. Era no 5º PA ainda me lembro, era o percursos alternativos. Não tínhamos muitas disciplinas, tínhamos pai, que, 5/4. Era eletrónica, matemática, era história e português e inglês, não havia mais. E educação física, assim coise, mas não era educação física que aquilo se chama.

E os seus colegas do 4º ano foram todos para outra turma?

D: Todos memo.

4º ano que você também passou.

D: Sim. Eu fui o único que saiu daquela turma, não sei porquê. E não era mau comportamento e isso tá aí relatórios e coise que me portava bem. Se eu passei do 4º para o 5º não tinha mau comportamento.

Mas deve haver alguma razão para isso.

D: Não sei, sei que me mandaram logo pa lá, pumba fiquei logo referenciado naquela escola. Mas é que fiquei memo. Há dias que chegava-me ao pé das pessoas, olha o bacano anda no 5º PA, cuidado com o gajo.

Você era dos mais novos nessa turma, no 5º PA?

D: Era o mais novo.

Mas a sua mãe soube disso? Nunca viu isso?

D: A minha mãe soube mas nunca fez nada, para ela era normal. Depois chumbei nesse ano e fui para o 5º D.

E aí já passou para o 6º depois?

D: Não, fiquei por aí. Depois fui para Fátima e etc e não sei o quê. Mas tinha boas notas.

E fez o 6º ano no Centro Lar de Infância e Juventude de Fátima? Como é que foi?

D: É. Eu tive uma oportunidade que fui pa o São Miguel, que é um colégio, não sei se, que é em Fátima o colégio privado. Aquilo até tinha de ser com notas pa tar lá e não sei quê. E passei do 5º para o 6º. Pronto e depois já não fiz mais nada. E depois o 6º fiz num centro educativo com o curso de jardinagem, que deu depois fiz o 9º com o IRC. E ficou assim.

Então fez o 9º ano em qual centro?

D: Navarro de Paiva, em Lisboa.

Vamos continuar, gosta da escola? Porquê?

D: Risos.. Eu gosto da escola só que a escola para mim, isso tar muito tempo fechado numa sala não é pra mim. Não dá, eu imagino essas pessoas da universidade que ficam não sei quanto tempo.

Por que razão não progrediu os estudos no exterior?

D:Eu não progredi porque andava noutros caminhos.

Que caminhos?

D: Do, lá dos mais velhos, os gangster. Eu queria ser gangster.

No EP escolheu continuar a estudar? O que o motivou?

D: O que me motivou foi o Drº Joel, se não tava tramado, se não quisesse ir pa escola.

Então foi uma opção do Drº Joel?

D: Não, se ele me metesse e eu não fosse mais, eu ainda disse ao Drº Joel, só que eu é que não tenho cabeça pa continuar, ainda falta esse bocadinho. Mas já tá melhor, antigamente se não fosse a vontade do drº Joel eu nem metia lá os pés. Dizem que a terceira é de vez, tem se der etapa por etapa. Já foi os de pedreiros, já foi o de informática e agora vai ser o de redes.

Qual é a importância e o interesse das matérias lecionadas na escola/formação?

D: O interesse? Tem interesse, algumas matérias tem interesse, as outras não. Historia para mim não me interessa nada, porque não gosto de saber o passado, quero é saber do futuro. Matemática é aquela cena, não gosto muito mas faço, coise. Não sei dividir por acaso, mas multiplicar e isso sei fazer tudo, e tabuadas e aquelas coisas que é as frações e isso.

Quais os motivos que o levaram a abandonar a escola/formação profissional?

D: Aqui? Ein, foi muitos problemas.

Que problemas?

D: Foi usar a mentalidade da rua aqui.

Na sua opinião acha que a escola/formação é fundamental para o futuro? Porquê?

D: Claro, porque isso agora vejo muitas pessoas sem trabalho e tem 10's anos e não sei o que e se eu sair daqui com o 9º a mim então viro sem abrigo.

Qual é a sua opinião em relação à escola/formação no EP? Acha que é importante mudar alguma coisa em relação à escola/formação? Se sim, o quê?

D: Não, até é muito soft.

Quer dizer mais alguma coisa D?

Não, espero ter ajudado.

Entrevista do J

A entrevista iniciou-se a explicar o fundamento da entrevista e com a assinatura do consentimento da entrevista.

Data da entrevista: 2018-07-31

Idade: 19 anos

Data de entrada no EP: 2017-08-19

Que ocupações tinha no exterior?

J: O que eu fazia? Para ser sincero?

Sim..

J: Fumava, saía à noite, roubava, vendia droga, pa escola não, nunca.

Qual o ano de escolaridade que tinha quando chegou ao EP?

J: Tinha o 9º feito.

Que tipo de ensino frequentava?

J: Eu já tive em vários cursos mas foi porque tive em Centro Educativo.

E fez que cursos então?

J: IRC, instalação e reparação de computadores.

Está a ver J, e tem um curso aqui que pode continuar.

J: Eu já sei isso tudo de cor. OPI, operador de impressão, que é com photoshop e tive jardinagem.

E qual dos cursos lhe deu equivalência ao 9º ano?

J: O de IRC, 7º, 8º e 9º.

E foi no Centro Educativo?

J: Sim foi no Centro Educativo.

Qual foi o Centro Educativo que esteve?

J: Tive em Vila do Conde, em Santa Clara e tive em Sete Rios.

No exterior teve acompanhamento escolar? De quem?

J: Não. Se eu não ia à escola para que queria o acompanhamento?

E lá em casa quem o ajudava com os trabalhos de casa? Ninguém o ajudava?

J: Quais trabalhos de casa? Eu não tinha.

Não tinha?

J: Se eu não ia à escola.

E nesses cursos não tinha trabalhos de casa? Como é que funcionava J?

J: Centro Educativo é como se tivesses preso. É como aqui. E quando tive lá fora na rua não ia à escola.

O que é que a sua mãe fazia e o seu pai?

J: Qual mãe?

Os seus pais adotivos.

J: Não faziam nada, já não estou com eles desde os meus 10 anos.

Mas a escola primária passou com eles?

J: Sim.

E aí tinha acompanhamento?

J: Devia de ter, não sei já não me lembro.

Não se lembra?

J: Eu era um rebelde eu. Só fazia porcaria.

O J reprovou algum ano na escola primária?

J: Não. Só entrei com 7, devia ter entrado com 6 anos.

Como era o seu grupo de amigos da escola?

J: Eram aqueles que ficavam à porta.

Então eram aqueles que não iam às aulas?

J: Tá certo.

Eram aqueles que também fumavam, entre outras coisas?

J: Claro.

Gosta da escola? Porquê?

J: Não, porque não. Não gosto dos professores, não gosto de nada.

E alguma vez gostou?

J: Já, as raparigas (risos) Então não é? Elas vão à escola.

Mas você não ia, como via as raparigas? (Risos) Via só na entrada.

J: Algumas tipo faltavam só para tar connosco. Tá a ver? Tipo iam a uma aula, tipo de manhã iam a uma aula e as duas ficavam tipo ya a fazer companhia, a fumar também que elas também gostam, elas são espertas (risos).

Porque razão não progrediu os estudos no exterior?

J: Sei lá.

O que o levou J a não ir às aulas? A portar-se mal? O que acha que aconteceu?

J: Eu vi que se não fosse à escola eu fazia dinheiro. Não ia à escola e fazia dinheiro.

O que acha que na sua vida pessoal o levou a isso? A sua história de vida acha que tem alguma coisa a ver com isso?

J: Claro.

Porquê?

J: Não gosto de falar muito disso ya.

A relação com os seus pais adotivos certo?

J: Sim.

Você nunca mais falou com os seus pais adotivos?

J: Não.

Então? Nunca mais falou com eles?

J: Não e nem quero.

E a sua mãe e o seu pai não sabe deles?

J: Não, acho que não. Se eles tiverem a viver no mesmo sítio sei onde é que eles estão mas eu acho que já não estão porque eu fui lá uma vez e nada, estava tudo fechado, estores fechados, tudo.

E sabe se eles ainda estão juntos, os seus pais?

J: Não sei, eles são casados, mas não sei se tão. Devem tar. Eles trabalharam os dois na *Fundação Calouste Gulbenkian*.

Os seus pais adotivos certo?

J: Sim.

Mas estavam a falar dos seus pais biológicos.

J: Não conheço eles. Esses não conheço. Fui para adoção com 2 anos, como é que me vou lembrar?

Mas nunca soube nada deles?

J: Não sei se estão mortos se estão vivos. Se tão bem se tão na droga, não sei.

E quem é o seu apoio lá fora?

J: O meu irmão e o meu amigo.

Continuando, no EP escolheu continuar a estudar?

J: Se eu quero?

Não, se quis continuar a estudar aqui no EP, já estive num curso certo?

J: Não, estive no 10º ano e desisti. Aquilo para mim não é escola.

O que o motivou?

J: O Drº Joel mas depois o J disse que não queria que o Drº Joel o manda-se para lá, fui não gostei e sai.

Qual é a importância e o interesse das matérias lecionadas na escola/formação?

J: Os jogos e ir à internet.

Então não gostou de nenhuma disciplina?

J: Não.

Quais os motivos que o levaram a abandonar a escola/formação profissional?

J: Os motivos?

Sim, os motivos pelos quais abandonou a escola aqui no EP.

J: Porque não tive interesse, aquilo pa mim não é uma escola. Aquilo era pa passar o tempo.

Mas está a falar do quê? Dos seus colegas? Dos professores?

J: De tudo. O tempo, lá fora é 90 minutos, aqui é 30 minutos, o professor não fala 10 palavras.

E porque isso acontecia J? Porque os alunos se portavam mal certo?

J: Sim mas eu não era um desses, só porque eu lá fora era tal tal tal aqui dentro já está a pensar que eu também era.

Não mas porque é que isso acontecia? Porque os alunos não deixavam, portavam-se mal. Não estou a dizer que era o J. Porque de si nunca houve queixas.

J: Mas também os professores embirram muito.

Porque será? Porque muitos não se comportam de forma adequada e cansam as pessoas.

J: Tá bem. Por exemplo, você é a professora eu chateio hoje, já está pelos limites, no dia seguinte não tem de estar pelos limites, tem de aguentar mais uma beca.

Ai é?

J: Então? (Risos) Já é outro dia. E também muitos professores metem os problemas de casa dentro das aulas.

E vocês metem os vossos problemas pessoais dentro das aulas.

J: Não.

Quando são agressivos, quando são impulsivos.

J: Agressivos? Então se eu sou agressivo já de nascença porque é que vou mudar uma característica minha?

Porquê? Porque há ali outra pessoa que não tem culpa nenhuma da sua agressividade.

J: E eu tenho culpa delas trazerem os problemas de casa? Não.

Por isso é que temos de nos respeitar uns aos outros J, se eu não gosto que o outro faça eu também não vou fazer o mesmo ao outro porque eu não gosto que me façam a mim. É o respeito pelo ser humano que está à nossa frente. Se eu sei que estou mal e o outro está mal se piorarmos as coisas é claro que ninguém se entende.

J: Sim é uma grande diferença.

Se nós soubermos ouvir e respeitarmo-nos uns aos outros é muito mais fácil. Claro, há sempre opiniões diferentes e temos de respeitar, temos é de saber não meter as nossas coisas más em cima dos outros.

J: Eu posso fazer coisas para o meu mal mas se as outras pessoas entenderem que eu estou a fazer mal a elas isso é com elas.

Não, se eu acho que me está a fazer alguma coisa mal e se eu acho que me estou a sentir ofendida.

J: Eu estou zangado né? Você vem ter comigo e eu não quero falar com você, você vai vir falar comigo, eu vou dizer vá prontxex fui mal educado que culpa é que eu tenho? Nenhuma.

O que você tem de dizer é que neste momento não quer falar comigo porque está mal disposto e eu respeito isso.

J: Mas se eu for mal educado?

Está a ser incorreto comigo porque eu não estou a ser mal educada consigo.

J: Não.

O seu mal estar não significa que tem de ser mal educado com as pessoas.

J: Mas se você está nervoso, zangado, com raiva como é que você vai controlar isso? Não dá, ainda por cima com a minha idade.

Que culpa tenho disso?

J: Nenhuma.

Certo, você está zangado não quer falar comigo está bem, fala no dia a seguir certo? Se eu o vejo assim não vou estar a insistir consigo porque depois aí sim é que faz asneiras. Agora se você está mal disposto diz olhe estou mal disposto não quero falar hoje, estou revoltado, estou zangado, basta dizer isso e ao dizer isso não está a ser mal educado comigo pois não?

J: Não.

Pronto está a ver assim ninguém se zanga certo J?

J: Certo.

Vamos continuar, na sua opinião acha que a escola/formação é fundamental para o futuro? J: Eu acho.

Porquê?

J: Não sei, eu acho que a escola é importante po currículo. Eu posso arranjar empregos melhores do que aqueles que tu chegas lá e dás o currículo da escola, ou não é?

Então isso serve para você ter um melhor emprego é isso?

J: Claro.

Então porque não continua a estudar?

J: Porque ainda há empregos sem ter currículo.

Sem precisar desses conhecimentos todos não é J?

J: Claro.

Mas isso não invalida que você se especialize nalguma área.

J: Mas eu sou culto eu. Eu sou culto.

Então ninguém lhe vai dar trabalho na McDonald's porque você é culto.

J: Sim mas eu não disse que ia para a McDonald's.

Então onde você acha que vai com o 9º ano?

J: Com o 9º ano? Tanta coisa. Taxista.

Tem carta de condução?

J: Não, mas posso fazer.

Fazer não mas pode tirar (risos). Pode trabalhar como calceteiro, como eletricista.

J: Só coisas boas tá a ver?

São coisas que são precisas.

J: Agora eu vou-lhe já dizer odeio o seu trabalho, o trabalho das senhoras, tarem sentados com papelada, à frente do computador, que é isto?

Trabalho, alguém tem de o fazer J. E a última pergunta acha que é importante mudar alguma coisa em relação à escola/formação?

J: Não porque eu não vou.

Certo e se tivesse acesso a um curso mais prático?

J: Não.

Por exemplo, de atendimento ao público já que é um rapaz com conhecimento.

J: Tenho vergonha. (Risos)

Tem vergonha?

J: Acha?

Você é um rapaz culto podia muito bem fazer esse curso, gostava de fazer?

J: Depende do público.

Pode ir para qualquer sítio de atendimento ao público, é uma formação para saber estar com as pessoas.

J: Não gostava.

Não gostava? Então queria que curso?

J: Eu? De culinária.

Vai haver um de restauração.

J: Não quero. É restauração não é culinária. Fazer mesmo comida, não é de servir às mesas.

Gostava de ser cozinheiro portanto.

J: Sim.

Que prato já fez especial?

J: Quando estava sozinho em casa abria um pacote de batata frita, fazia um ovo estrelado, salsichas a acompanhar, maionese e ketchup e tá a andar. (Risos) Se você me meter uma receita, por exemplo esparguete à bolonhesa eu faço.

Ainda bem que há alguma coisa que gosta de fazer J, isso é muito bom. Quer dizer mais alguma coisa?

J: Não, não há mais nada a dizer.